



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE**

**AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO DA POLÍTICA DO
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTO – PAA EM DUAS
ASSOCIAÇÕES RURAIS NO MUNÍCIPIO DE ROLIM DE MOURA /RO**

MARCOS APARECIDO ATILES MATEUS

PORTO VELHO (RO)

2015



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE**

**AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO DA POLÍTICA DO
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTO – PAA EM DUAS
ASSOCIAÇÕES RURAIS NO MUNÍCIPIO DE ROLIM DE MOURA /RO**

MARCOS APARECIDO ATILES MATEUS

Orientador: Prof. Dr. Artur de Souza Moret.

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Área de Concentração em Políticas Públicas, para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Porto Velho (RO)

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

M419a

Mateus, Marcos Aparecido Atilés.

Agricultura familiar: estudo de caso da política do Programa de Aquisição de Alimento – PAA em duas associações rurais no município de Rolim de Moura - RO / Marcos Aparecido Atilés Mateus. Porto Velho, Rondônia, 2015.

139f.

Orientador: Prof. Dr. Artur de Souza Moret.

Dissertação (Mestrado)

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA).

MARCOS APARECIDO ATILES MATEUS

**AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO DA POLÍTICA DO
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTO – PAA EM DUAS
ASSOCIAÇÕES RURAIS NO MUNÍCIPIO DE ROLIM DE MOURA /RO**

Comissão Examinadora



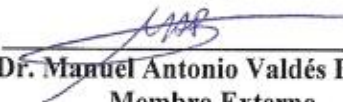
Dr. Artur de Souza Moret
Orientador

Fundação Universidade Federal de Rondônia



Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva
Membro Externo

Fundação Universidade Federal de Rondônia



Dr. Manuel Antonio Valdés Borrero
Membro Externo

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Dra. Arneide Bandeira Cemin
Suplente

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Porto Velho, 12 de Fevereiro de 2015.

Resultado: Aprovado

DEDICATÓRIA

A minha Mãe, que partiu deixando saudade.

A minha filha, Tainá, que chegou trazendo
esperança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Criador Eterno por me dar sabedoria!

Ao meu orientador, amigo e prof. Dr. Artur de Sousa Moret que, com sua sabedoria, dedicação, equilíbrio e competência me auxiliou a trilhar novos caminhos no aperfeiçoamento do conhecimento.

A minha esposa, Lucia Helena, pela paciência em ouvir a leitura e releitura de todas as páginas do meu trabalho.

Ao meu pai, Benedito Tavares Mateus, aos meus Irmãos: Marcio Aparecido Atilas Mateus e Moacir Atilas Mateus, pelo apoio e inspiração em cada uma de nossas conversas.

Enfim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, puderam me ajudar nesta realização.

RESUMO

Esta é uma pesquisa do tipo estudo de caso, no termos de Luke e André (1986), qualitativa, orientada pelo entendimento filosófico de método, que compreende o perguntar-se sobre determinado problema, e tem por objetivo estudar a aplicação das políticas públicas voltadas para a AF, tomando o PAA como uma ação em duas associações rurais de Rolim de Moura, a AFAR e a ADAGRIM, compreendendo como se dá a produção, comercialização dos produtos, identificando as dificuldades vivenciadas pelos agricultores bem como a relação que há entre o êxodo rural, associativismo e as referidas políticas. Para tanto, recorreremos ao Programa Fome Zero e suas subdivisões em eixos articuladores, a um dos quais o PAA pertence, ou seja, ao eixo Fortalecimento da Agricultura Familiar, Geração de Renda e Articulação, mobilização e controle social, relacionando essa proposta de inserção social com o capitalismo. E como argumento de autoridade, recorreremos, principalmente, a Harvey (2005), que analisa a relação entre capitalismo e trabalho assalariado, a Marx (2010), que pontua ser o capitalismo o responsável por retirar a população do campo e endereçá-la às cidades causando o descontrole urbano e instalando o colapso social e econômico. A coleta de dados ocorreu com o auxílio de formulário, dirigidos a 45 (quarenta e cinco) associados, sendo 18 (dezoito) da associação AFAR e 27 (vinte e sete) da Associação ADAGRIM. Para a tabulação dos dados, usamos o aplicativo Excel, gerando figuras e quadros dispostos ao longo do texto dissertativo. Os resultados esperados são o de que o PAA representa um suporte à economia familiar; possibilita exercer o planejamento da produção e contribui para o desenvolvimento de práticas agrícolas que podem ensinar o agricultor a gerir suas atividades de modo a estabelecer controle interno.

Palavras-chave: PAA. Agricultura Familiar. Políticas públicas. AFAR. ADAGRIM.

ABSTRACT

This is a field research, a case by case study, as summarized by Luke e Andre (1986), using a quantitative approach, guided by the philosopher understanding of methods and intends to study the enforcement of the PAA's public politics per two rural Rolim de Moura's associations, the AFAR and the ADAGRIM, perceiving how the production is done, their trade, identifying the difficulties faced by the farmers and its relation with the rural exodus, the activism in associations and the mentioned politics. Thus, the Fome Zero Program and its divisions in pivots, one of them being where the PAA belongs, the Fortalecimento da Agricultura Familiar, Geração de Renda e Articulação pivot, mobilization and social control, was turned into resource, relating this proposal of social insertion to the capitalism. As a reference, mostly was guided by Harvey (2005), analyzing the relation between capitalism and the paid work, and Marx (2010), who explain the capitalism as being the one responsible of removing the population of the fields and bringing them to the cities causing the urban entropy e installing the social and economic collapse. The data collection was taken by a form subscription done by 45 (forty and five) associates, 18 (eighteen) from AFAR and 27 (twenty seven) from ADAGRIM Association. The Excel applicative was used to tab the data, generation the pictures and tables in the dissertation. The results are that the PAA represents a holder for the familiar economics; it makes the production planning possible and concur to the farmers practices developments that might teach the farmer to manage his activities in a way to establish internal control.

Keywords: PPA. Familiar Farming. Public politics. AFAR. ADAGRIM.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Migrações internas no Brasil 1940-1990	13
Figura 2 – Mapa do Estado de Rondônia	17
Figura 3 - Organização do Agronegócio	37
Figura 4 - Organização da agricultura familiar	38
Figura 5 - Evolução da execução financeira do Programa, no período 2003 - 2012 ..	45
Figura 6 - Evolução do número de agricultores familiares participantes do Programa, no período de 2003 – 2012	46
Figura 7 - Evolução de alimentos adquiridos pelo Programa, no período de 2003 – 2012	46
Figura 8 – Pessoas entrevistadas por linhas vicinais	55
Figura 9 – Regiões do país de onde migraram.....	56
Figura 10 – Faixa etária dos entrevistados.....	57
Figura 11 – Número de filhos por família.....	59
Figura 12 - Número de dependentes na família	59
Figura 13 – Escolaridade dos entrevistados.....	60
Figura 14 – Situação do agricultor em relação à propriedade da terra.....	61
Figura 15 – Trabalho em parte do ano com relação de emprego.....	61
Figura 16 – Venda de dias de serviço	62
Figura 17 – Exercício de outra ocupação	63
Figura 18 – Utilização de trabalho temporário	64
Figura 19 – Pessoas da família que migraram para centros urbanos	65
Figura 20 – Pessoas que gostariam de ter migrado antes do PAA	66
Figura 21 – Pessoas que gostariam de migrar depois do PAA	66
Figura 22 – Locação de sindicato, associação ou cooperativa perto do entrevistado ..	67
Figura 23 – O entrevistado é associado?	68
Figura 24 – Período da associação do entrevistado.....	69
Figura 25 – Participa do Sindicato Rural?	69
Figura 26 – Envolvimento social depois do PAA	70
Figura 27 – Condição legal do produtor antes do PAA.....	71
Figura 28 – Condição legal do produtor depois do PAA.....	72

Figura 29 – Tamanho da propriedade do entrevistado	72
Figura 30 – Alteração no tamanho da propriedade depois do PAA.....	73
Figura 31 – Área destinada à agricultura.....	74
Figura 32 – Área de terra em estado natural	75
Figura 33 – Área de terra em comodato	76
Figura 34 – O entrevistado fez algum tipo de financiamento?	77
Figura 35 – Uso de tecnologias pelos associados.....	78
Figura 36 – Assistência governamental às associações	81
Figura 37 – O entrevistado fez capacitação?	82
Figura 38 – Gostaria o entrevistado de receber capacitação?	82
Figura 39 – Agroindustrialização na propriedade	83
Figura 40 – Renda familiar do entrevistado	84
Figura 41 – Renda de outra origem	85
Figura 42 – O entrevistado vende para o PAA?	86
Figura 43 – Tamanho da residência antes do PAA	87
Figura 44 – Tipo de construção da residência.....	87
Figura 45 – Tamanho da residência na data da pesquisa	88
Figura 46 – Tipo de telhado da residência	89
Figura 47 – Há energia elétrica?	89
Figura 48 – Melhorias na residência depois do PAA	90
Figura 49 – Amostra da produção do PAA.....	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Eixos Articuladores do Fome Zero.....	42
Quadro 2 - Modalidades do PAA	43
Quadro 3 – Esferas produtivas do PAA no Estado de Rondônia via CONAB	49
Quadro 4 - Crescimento do PAA Via Estado no Estado de Rondônia.....	51
Quadro 5 - Demonstrativo do uso do recurso do PAA por DAP	51
Quadro 6 – Demonstrativo da aplicação do recurso do PAA por pessoa atingida ...	52
Quadro 7 – Evolução da renda per capita segundo o tipo de família*. Brasil, 1992-98.....	53
Quadro 8 – Principais culturas da propriedade.....	79
Quadro 9 – Eletrodomésticos e veículos em casa.....	91
Quadro 10 - Participação do milho no total da produção agrícola municipal e do país	112
Quadro 11 - Participação do café no total da produção agrícola municipal e do país	112

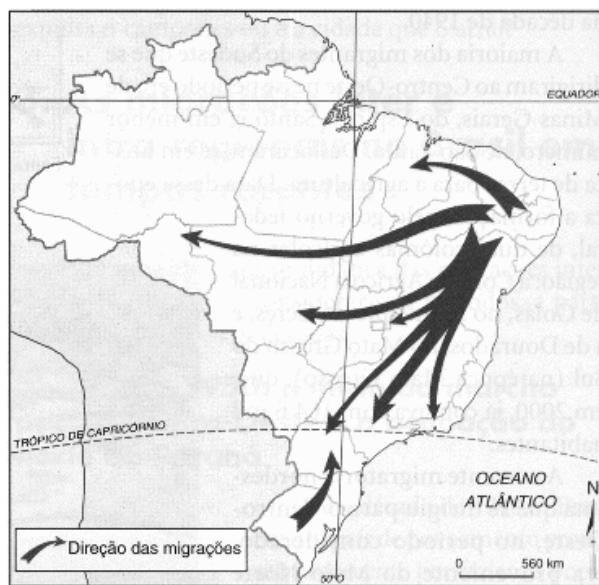
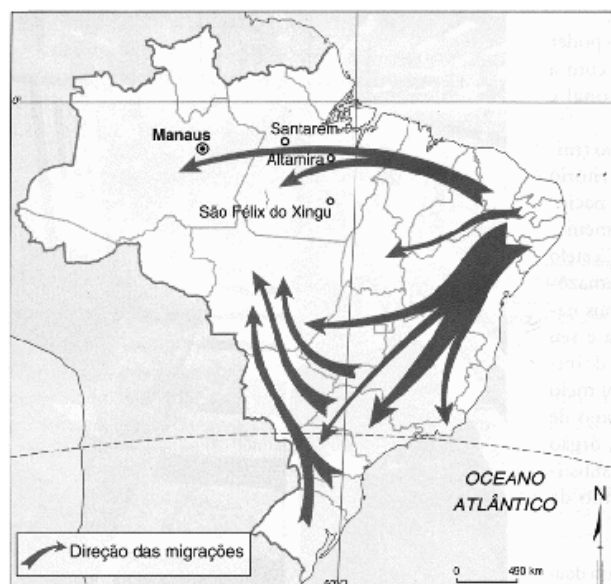
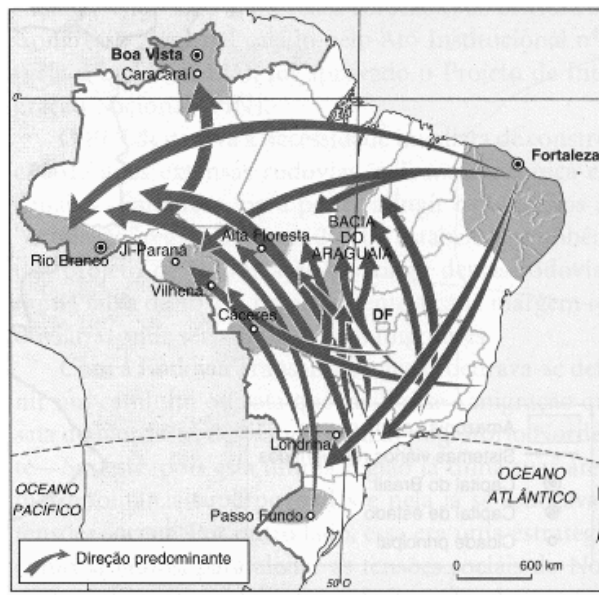
SUMÁRIO

CAPÍTULO 01- INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS E MÉTODOS APLICADOS A PESQUISA.....	16
2.1- A PESQUISA	16
2.2- REGIÃO ESTUDADA.....	16
2.3- TIPO DE PESQUISA.....	19
2.4- INSTRUMENTO DA PESQUISA.....	19
2.5- O MÉTODO.....	20
2.6- TABULAÇÃO DOS DADOS	21
2.7- PROBLEMA DA PESQUISA.....	21
CAPÍTULO 03 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM ROLIM DE MOURA: DA MIGRAÇÃO ATÉ O PAA	23
3.1- O GOVERNO CENTRAL IMPLEMENTA PROGRAMAS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	26
CAPÍTULO 04 - POLÍTICAS PÚBLICAS QUE BENEFICIAM A AGRICULTURA FAMILIAR E APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA	28
4.1- REFERENCIAL TEÓRICO.....	28
4.2- APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA	40
4.3- ORIGEM DO PAA	42
CAPÍTULO 5 - APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA.....	55
CAPÍTULO 6 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS.....	121
ANEXOS:.....	126

CAPÍTULO 01- INTRODUÇÃO

O Estado de Rondônia é uma unidade da federação, com colonização recente, e coordenada pelo Estado Brasileiro que visava atender interesses geopolíticos específicos e dar vazão a problemas socioeconômicos das demais regiões do país (OLIVEIRA, 2010), como o excedente demográfico e a insuficiência de solos agricultáveis, sejam pelas condições climáticas e geológicas, pela baixa presença de tecnologias e/ou pela má distribuição de terras.

Propagandas e programas estatais das décadas de 1970 e 1980 apresentavam o atual Estado de Rondônia como nova fronteira de expansão agrícola do país. Um novo Eldorado capaz de absorver todos os sonhos e produzir riquezas fabulosas, devido à quantidade de terras e águas disponíveis (OLIVEIRA 2014). Essa expansão, também, pode ser entendida como a expansão do capital, isso porque uma parte das terras distribuídas naquele momento não foram mantidas pelos colonos e absorvidas pelas grandes fazendas, seja porque as condições de vida eram precárias, ou mesmo, a terra não era adequada para a agricultura do colono; a figura a seguir que a dinâmica da migração teve origem na seca do Nordeste, na mecanização da agricultura do centro sul. Entre 1960-1970 a migração foi direcionada para o Centro Oeste, na década seguinte (como já abordado acima) Rondônia foi o foco.

Figura 1 - Migrações internas no Brasil 1940-1990**Brasil: migrações Internas – 1940-1950****Brasil: migrações Internas – 1950-1960****Brasil: migrações Internas – 1960-1970****Brasil: migrações Internas – 1970-1990**

Fonte: Adaptado de Pereira e Filho (2012).

Os colonos que para cá vieram depararam-se com dificuldades de toda ordem, desde a inadequação do solo para a produção de alimentos, a má divisão dos lotes e disponibilização dos recursos hídricos, a falta de acesso à infraestrutura educacional e de saúde, dificuldades no transporte, na comunicação, dentre outras (ÁLVARES-AFONSO, 2008). Dificuldades essas que levaram muitas famílias de agricultores a reconstruírem seus projetos de vida no espaço das cidades rondonienses.

Para os que permaneceram na zona rural, a partir da década de 1990, a formação de pastagens e a criação de rebanho bovino despontaram como a alternativa econômica, resultando em desmatamento de grandes áreas e degradação ambiental. A pressão do poder financeiro dos criadores de gado e madeireiros acabou por desalojar muitos agricultores que, apesar das dificuldades, resistiam produzindo em sistema de agricultura familiar. O desmatamento na Amazônia brasileira tem como principais causas diretas a pecuária, a agricultura de larga escala e a agricultura de corte e queima. Dessas causas, a expansão da pecuária bovina é a mais fortemente correlacionada com o desmatamento (RIVERO et al, 2009).

Do processo decorreram diversos conflitos agrários e uma nova configuração social. Rondônia conta, atualmente, com uma população de 73,6% urbana, segundo censo demográfico de 2010, divulgado pelo IBGE¹, e que precisa importar alimentos, apesar de possuir vastas parcelas de terras que poderiam ser utilizadas para a produção alimentícia. O que ocorre em Rondônia, respeitadas suas peculiaridades, também se reproduz em outros cenários nacionais.

Os desafios históricos da Agricultura Familiar, principalmente aqueles voltados ao crédito e, sobretudo, apoio a comercialização foram incorporados pelo Governo Central do Brasil a partir de 2002. O Governo Federal criou, em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, que tinha como objetivo promover o acesso à alimentação às populações em situação de vulnerabilidade, promovendo a inclusão social e econômica no campo, mediante fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2014).

A importância de Políticas Públicas voltadas à Agricultura Familiar tem alto efeito em Rondônia, em 2013 havia em torno de 102 mil propriedades da Agricultura

¹ Dados disponíveis em <http://www.alunosonline.com.br/geografia/populacao-rondonia.html>.

familiar (de um total de 120 mil) e em torno de 60% de toda a alimentação vem dessa categoria de agricultura, movimentando R\$190 milhões por ano (IBGE, 2014), entretanto esse valor representa menos de 1% do PIB demonstrando baixa eficiência econômica, mesmo que a quantidade de empreendimentos seja grande.

Com esta pesquisa, buscamos analisar os efeitos, isto é, os resultados, as mudanças, a melhoria socioeconômica gerada a partir do acesso do agricultor ao PAA de duas Associações Comunitárias do Município de Rolim de Moura – RO, adesão que compreende o período de 2005 a 2013.

Para tanto, perseguimos os seguintes objetivos: (a) Identificar limites e potencialidades da produção e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros das associações a partir da economia solidária; (b) Identificar os entraves educacionais enfrentados pelos agricultores para desenvolver suas atividades laborais a partir de tecnologias e suas implicações com o desenvolvimento sustentável; (c) Desvelar a correlação entre êxodo rural, associativismo e as políticas públicas.

No capítulo 2 trataremos da contextualização da agricultura em Rolim de Moura, considerando a migração até a implantação do PAA. O capítulo 3 está reservado à metodologia da pesquisa e no capítulo 4, trataremos das políticas públicas relacionadas à agricultura e no capítulo 5 estão os dados da pesquisa e no capítulo 6 reservamos à análise dos dados.

CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS E MÉTODOS APLICADOS A PESQUISA

2.1- A PESQUISA

Operamos com as hipóteses de que o PAA, desde sua implantação no ano de 2005, no município de Rolim de Moura: (1) tem servido de suporte para a implementação da economia familiar; (2) possibilita exercer o planejamento da produção; (3) desenvolve práticas que ensinam o agricultor a estabelecer mecanismos de controle interno, aprimorando a sua gestão administrativa e financeira da propriedade e da produção.

O desenvolvimento desta pesquisa foi desafiador por não haver literatura sobre o assunto que aborde o tema no recorte empírico selecionado e pelas dificuldades de construção de uma relação de confiança com os entrevistados, agricultores que até então nunca tinham sido ouvidos pela Academia.

Os dados levantados na pesquisa de campo, considerados relevantes, ocupam nesta pesquisa um espaço em que são sintetizadas ideias e descrito o desenvolvimento histórico do pequeno agricultor no Brasil que, quase sempre foi marcado pelo processo de exploração. São raízes fixadas na história da colonização, nos moldes da divisão das terras gerenciadas pelos latifundiários, que queriam ocupar o maior número de terra possível e produzir em larga escala. Esse processo de colonização adotado pelos exploradores vindos de Portugal ainda parece fazer parte da formação sociocultural dos brasileiros que vivem no meio rural. Só bem mais tarde é que a agricultura familiar começa a ocupar espaço.

2.2- REGIÃO ESTUDADA

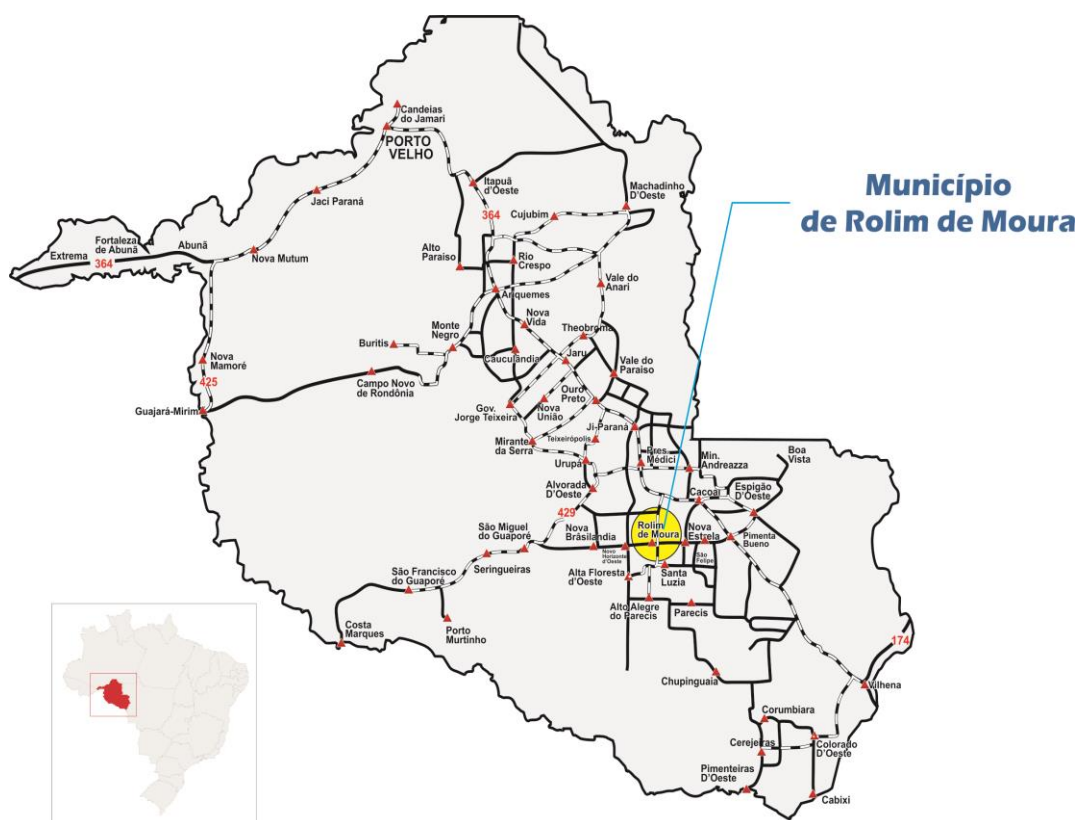
Por região entende-se uma categoria de análise geográfica que diz respeito à diferenciação de espaços. Nesse sentido, quando falamos da região estudada nos reportamos especificamente ao município de Rolim de Moura, definido no ZSEE - Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Rondônia como zona destinada ao cultivo agropecuário, por se tratar de área com forte antropização.

O município de Rolim de Moura é um importante polo regional, sendo a cidade mais populosa e economicamente ativa da Zona da Mata rondoniense, com

uma população, segundo dados do IBGE (2010), de 55.357 habitantes e área de 1.458km², localiza-se a 476 km (quatrocentos e setenta e seis quilômetros) de Porto Velho (capital de Rondônia), seguindo o trajeto da BR-364. Teve sua emancipação político-administrativa efetivada pelo Decreto-Lei N^o. 071 de 05 de agosto de 1983 e, sua instalação em 09 de novembro de 1984. (Prefeitura Municipal de Rolim de Moura, 2012).

Rolim de Moura, segundo dados do IBGE de 2010, é um dos sete, dentre os 52 municípios rondonienses com IDM^H, classificados na faixa de “Alto Desenvolvimento Humano Municipal”.

Figura 2 – Mapa do Estado de Rondônia



Fonte: João Augusto Soares Neto. Acadêmico do 5^o período de Física do IFRO – Câmpus Porto Velho Calama, 2013.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Agricultura, na década de 1990 o município sofreu o processo de concentração de terra, produtores considerados como agricultores familiares venderam suas propriedades, para grandes criadores de gado e migraram para os novos municípios dentro e fora do Estado. Com todos os desafios da migração e da grande pecuária, Rolim de Moura

destaca-se no cenário econômico do Estado de Rondônia com sua forte representação na atividade agrícola com área de 7.870 hectares plantada, distribuída entre os principais produtos produzidos na região: café, arroz, milho, feijão, mandioca, e banana. Produção essa que, segundo Moacir Atilés Mateus,² vem sendo modificada com a inserção dos incentivos de diversificação agrícola, a partir das políticas públicas.

De acordo com dados disponibilizados pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR, do total de habitantes, menos de 20% da população do município habita a zona rural (UNIR, 2012). O PIB do Município é de R\$ 792.969,881,00 isso justifica a sua posição de sétimo (7º) maior do estado, IBGE (2013).

A proposta inicial do estudo de caso seria pesquisar três associações comunitárias do Município de Rolim de Moura que comercializam hortifrutigranjeiros para o Programa de Aquisição de Alimento - PAA. No entanto, só foi possível a concretização em duas associações, as quais somam 140 associados.

Quanto a não-participação da referida associação, registramos que, embora o pesquisador tenha se dirigido, por três vezes, à presidência, esta não sinalizou estar interessada em fazer parte da pesquisa, o que o levou a prosseguir os trabalhos, reorganizando seu levantamento de dados com as duas associações interessadas.

Foram pesquisadas duas Associações Comunitárias de produtores, mesmo que a proposta inicial do estudo de caso tenha sido três associações, do Município de Rolim de Moura que comercializam hortifrutigranjeiros para o Programa de Aquisição de Alimento - PAA. No entanto, só foi possível a concretização em duas associações, as quais somam 140 associados. Assim, o recorte das Associações está relacionado a participação com fornecedor do PAA.

A terceira Associação não teve interesse em participar, mesmo que o pesquisador tenha se dirigido, por três vezes até a residência da presidência.

² Esse parágrafo foi produzido no mês de novembro de 2012, a partir de dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Agricultura de Rolim de Moura, na época representada por Moacir Atilés Mateus.

2.3- TIPO DE PESQUISA

Estudo de caso, compreendido por Gil (2008), trata de um recorte do objeto de estudo que produz informações para compreender o objeto analisado. A concepção de pesquisa utilizada foi a de interdisciplinaridade por permitir a integração teórica entre fronteiras disciplinares (história, geografia, economia e política). Para Phillippi Junior (2011), esse método didático contribui na compreensão das limitações do conhecimento científico disciplinar moderno; problematiza e transforma os paradigmas estabelecidos do conhecimento para internalizar um novo saber.

A metodologia utilizada foi a de abordagem qualitativa e metodologia do Estudo de Caso. De acordo com Luke e André (1986), o estudo de caso caracteriza-se por envolver a obtenção de dados descritivos, por meio do contato do pesquisador com a situação estudada. Segundo Chizzotti (2005), neste tipo de pesquisa o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa, mas o sujeito-pesquisador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes significado.

As características do estudo de caso, de acordo com Gil (2008), são: “estudos profundos e exaustivos de um ou poucos objetos, exploração de situações da vida real, preservação do caráter unitário do objeto estudado, formulação de hipóteses ou desenvolvimento de teorias e explicação de variáveis em situações complexas”. O estudo de caso foi desenvolvido com base nas seguintes etapas: (1) Formulação do problema; (2) Definição da unidade-caso; (3) Elaboração do protocolo; (4) Coleta de dados; (5) Avaliação e análise dos dados; (6) Redação do texto dissertativo.

2.4- INSTRUMENTO DA PESQUISA

Para obtenção dos dados socioeconômicos foi utilizada a técnica de entrevista com uso de formulário que, conforme Silva e Menezes (2001), apresenta as seguintes características: é um conjunto de questões que são perguntadas e anotadas por um entrevistador, numa situação “face-a-face” com o entrevistado.

Foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: formulário com 45 (quarenta e cinco) associados, sendo 18 (dezoito) da associação AFAR e 27

(vinte e sete) da Associação ADAGRIM; visando apreender as informações relativas à aquisição de materiais e equipamento, estrutura, organização e funcionamento das associações, recursos recebidos, os resultados provenientes da comercialização dos produtos agrícolas, a ampliação da residência e a aquisição de bens móveis, após a adesão ao PAA.

Por proceder com a abordagem de uma pessoa por família, foi necessário visitar 12 (doze linhas vicinais) no município de Rolim de Moura, onde se encontram os associados da associação ADAGRIM. Os associados pertencentes à associação AFAR concentram-se quase todos na linha 180, lado sul, 17 pessoas da mesma linha e somente uma família pertencente ao município de Santa Luzia D'Oeste³.

A aplicação do formulário foi de forma direta pelo pesquisador. Em cada formulário levou-se em média 2h00min para ser aplicado, somando aproximadamente 90 horas de atividades. As perguntas dirigidas foram do tipo fechadas, considerando serem mais apropriadas para este tipo de estudo.

Fez-se necessária a utilização do único documento exigido pelo PAA, como identificador de pessoa cadastrada para que pudesse vender alimentos e que estivesse inserida na agricultura familiar. Documento este que outras pessoas da família poderiam também possuí-lo, no entanto, decidimos pela entrevista de somente uma pessoa, portadora da Declaração de Aptidão a Crédito – DAP4, emitida pela EMATER e pelos Sindicatos Rurais, de cada grupo familiar.

2.5- O MÉTODO

Na Filosofia, o conceito de método⁵ indica um procedimento de investigação organizada, repetível e autocorrigível com técnica particular de pesquisa que garanta a obtenção de resultados válidos. As metodologias aplicadas a esses procedimentos servem para a ciência garantir cada vez mais o procedimento proposto pelo pesquisador.

³ A distância da associação AFAR à residência da família pertencente ao município de Santa Luzia é de apenas 12 quilômetros.

⁴ A Instituição credenciada retira a DAP no sistema eletrônico diretamente do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA.

⁵ Abbagnano (2000), no dicionário de filosofia, utiliza o termo com dois significados fundamentais, o primeiro consiste, qualquer pesquisa ou orientação de pesquisa, porém, neste trabalho, utilizamos o segundo significado, uma técnica particular de pesquisa.

O conceito de metodologia⁶ no entendimento filosófico é destinado à análise das técnicas de investigação empregadas em uma ou mais ciências, capaz de facilitar a compreensão de qualquer procedimento linguístico ou operacional, qualquer conceito e qualquer instrumento que uma ou mais disciplinas utilizam na aquisição e na verificação dos seus resultados.

Os métodos, para o sujeito do conhecimento e ao objeto a ser conhecido (ARANHA, 1986), adquirem um sentido de invenção e descoberta. Observa-se que a pesquisa alicerçada com o método permite vencer as barreiras entre o sujeito e o mundo pesquisado favorecendo o acesso do pesquisador aos resultados propostos na pesquisa.

Descarte, no “Discurso do Método”, propõe colocar o conhecimento à prova para descobrir caminhos seguros que conduzam à razão, sendo esse entendimento que deu confiança na metodologia aplicada no desenvolvimento deste trabalho.

2.6- TABULAÇÃO DOS DADOS

Na tabulação dos dados, usou-se o aplicativo Excel e como comparativo facilitador da análise colocaram-se os dados antes e depois do PAA, para que o objetivo proposto de analisar o que mudou pudesse ser atingido no que tange à alteração da situação econômica e socioeconômica dos membros das associações entrevistadas.

2.7- PROBLEMA DA PESQUISA

O problema da pesquisa “o PAA tem fortalecido a agricultura familiar em Rolim de Moura e promove a permanência das famílias cooperadas no campo?” Será investigado, orientado pelas hipóteses de que o PAA funciona como suporte à implementação da economia familiar, possibilita o planejamento da produção, desenvolve práticas que ensinam o agricultor a estabelecer controle interno, bem

⁶ Abbagnano (2000) considera que na Filosofia o conceito de metodologia designa quatro coisas diferentes: 1ª. lógica ou parte da lógica que estuda os métodos, 2ª. lógica transcendental aplicada, 3ª. conjunto de procedimentos metódicos de uma ou mais ciências e 4ª. análise filosófica de tais procedimentos, para tanto, utiliza-se dos dois últimos nesse trabalho.

como aprimora a sua gestão administrativa e financeira da propriedade e da produção. Já os dados da pesquisa estão transcritos no item 2.3.1 que se segue.

CAPÍTULO 03 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM ROLIM DE MOURA: DA MIGRAÇÃO ATÉ O PAA

Na economia do município de Rolim de Moura/RO, a pecuária de leite apresenta importância preponderante, uma vez, que dos R\$ 732.124,00 (setecentos e trinta e dois e cento e vinte e quatro reais) do PIB (Produto Interno Bruto) 29, 07% são provenientes desta, configurando-se como segunda mais importante atividade econômica do município, conforme IBGE (2010). Os produtores comercializam o leite com os laticínios e os bovinos com os frigoríficos da região. Estes agricultores ainda produzem hortifrutigranjeiros que nem sempre possuíam comercialização garantida, ou eram comercializados a preço muito baixo, ficando os agricultores e seus familiares, na sua grande maioria, à mercê dos preços que eram praticados pelos atravessadores e empresários do ramo de supermercado

A região também é afetada pela limitação de assistência técnica e de políticas públicas, o que se entende contribuir para inúmeros problemas sociais enfrentados pela família e favorecer o êxodo rural. Conforme Nota Técnica⁷ emitida por: AFAR, ADAGRIM, OPM

Os hortifrutigranjeiros produzidos não possuem uma comercialização garantida, e quando há, são comercializados por um preço muito baixo, ficando os agricultores familiares na sua grande maioria à mercê dos preços praticados pelos atravessadores e empresários do ramo de supermercado. Essa desvalorização é tão notável que menos de 20% da população do município vive na zona rural, foram desestimuladas a produzir (2011, p.2).

De toda forma é interessante notar que os agricultores pertencentes às duas associações rurais do Município: Associação de Desenvolvimento Agrícola de Rolim de Moura - ADAGRIM e Associação Família Rural – AFAR, beneficiadas pelo PAA vêm mudando sua postura quanto ao trabalho no sentido de garantir que seu excedente agrícola possa ser comprado pelo Governo Federal.

⁷ Nota Técnica Conjunta PAA 2011 – Rolim de Moura. Documento exigido pela CONAB para justificar o valor dos projetos conjuntos das três associações que somados ultrapassavam o teto máximo, na época, R\$: 600.000,00 por município. Esse documento foi entregue para a CONAB, assinado pelos três presidentes das associações, Prefeito, Secretário de Agricultura e Secretária de Assistência Social. Faz parte do processo de pedido de recurso aos projetos apresentados.

Para Silva, (1986, p. 23) a origem da pequena produção no Brasil sempre esteve ligada à produção de alimentos por uma massa heterogênea de brancos, que não eram senhores, de negros libertos que não eram escravos, de índios e de mestiços que ocupavam certos pedaços de terra, onde produziam sua subsistência e vendiam parte da produção nas feiras das cidades.

Visto sob essa luz, a realidade dos pequenos agricultores, Silva (2004) analisa que até metade do século XX essa população era considerada como o símbolo do atraso econômico do país, das relações sociais arcaicas, e também responsáveis pelas condições de miséria da grande maioria dos trabalhadores. Entretanto, a partir da década de 1950, essa ideia começa ser modificada com o início de intensos debates políticos em torno da agricultura familiar na região Sul do país, a partir da experiência de imigrantes italianos, alemães e poloneses.

Por outro lado e de maneira muito mais forte, segundo Silva (2004, p. 20) o Governo Brasileiro após a Segunda Guerra Mundial fez aliança para o progresso com os Estado Unidos que visava aumentar seu poderio econômico por meio da venda de produtos industrializados, sobretudo máquinas e insumos agrícolas e, em nome da modernização da agricultura, mediante aumento da produção e da produtividade, o capitalismo inseriu no campo, grandes empresas nacionais e internacionais e concentrou a terra e da renda. O que acarretou a exploração e expropriação dos pobres do campo, marcado por violência, cometida pela força dos grandes proprietários de terra. Foram essas políticas de transformação da terra em lucro para o capital que, para Ribeiro (1982), estão em lados separados: os pequenos posseiros e o grande capitalista.

A partir de Brose (1999) percebemos que o desenvolvimento da modernização no campo, atrelado ao capital, da década de 50 do século passado para cá marca o empobrecimento de amplos segmentos da agricultura familiar, desencadeando o processo migratório de milhares de famílias do Sul e Sudeste para ocupar o vazio do Norte do Brasil.

Na análise de Oliveira (2004), em Rondônia, o processo de colonização se deu nas décadas de 1970 a 1980 e avançou por todo o Estado. O Governo Federal, com seus projetos de assentamentos através do INCRA, distribuía terras para a população vinda de todo o país. Para facilitar o acesso e a colonização, o DER

(Departamento de Estrada de Rodagem) abria estradas em todas as Regiões do Estado.

Estes procedimentos e ações, fortalecimento dos órgãos governamentais e criação de política de investimentos em infraestrutura, contribuíram para a consolidação e criação do estado de Rondônia em 22 de dezembro de 1981. Podem-se citar como exemplo os projetos de colonização desenvolvidos pelo INCRA que recebeu recurso e apoio do Programa POLONOROESTE, iniciado em 1980, centrado na construção da BR 364 e estrada vicinais; a notícia de terra fácil foi causa do alto número de imigrantes colonos vindos das regiões mais centrais e desenvolvidas para acelerar o explosivo crescimento de Rondônia; entretanto, é apenas a aparência, seja porque a oportunidade de acesso à terra influencia aqueles que não as tem, por outro lado, segundo Moret (2000) que discutiu o aspecto do desmatamento crescente e a migração, a concentração de terras que hoje se instalou em RO indicava que aqueles primeiros vieram para amansar a terra e na sequência ser apropriada pelo capital .

Outra ação política no desenvolvimento do Estado foi a implantação do programa PLANAFLORO, desafiado a implantar procedimentos que assegurassem o desenvolvimento sustentável para Rondônia, e criar possibilidade da conservação da rica biodiversidade local; anteriormente foi implantado em RO e numa parte do Mato Grosso o POLONOROESTE que viabilizou a infraestrutura, principalmente estradas, e que impulsionou fortemente o desmatamento, tanto que o Banco Mundial propôs o PLANAFLORO para minorar os problemas causados e organizar alguns pontos cruciais no Estado de Rondônia, dois deles foram: formar e capacitar a governança social e ambiental e da demarcação de áreas de proteção e preservação

Não diferente do ocorrido nas outras regiões do país, é possível observar em Rondônia que a pequena propriedade, utilizada para desbravar os lugares de difícil acesso, está perdendo terreno e sendo engolida pelas grandes propriedades, especialmente as ligadas à agropecuária, à produção de soja e à produção de cana-de-açúcar Assim, um fato importante e silencioso acontece, como os pequenos agricultores estão sendo “empurrados” para as cidades, abre-se um espaço para a reprodução primitiva do capital ou também utilizando uma nomeação mais amena: o "desenvolvimento capitalista" no campo. A esse respeito Silva (2014) afirma:

O aumento da soja e o crescimento da pecuária para exportação produziu a expropriação do campesinato, resultando na migração intra-estadual (sic). A expansão das commodities valorizou o preço da terra, pressionou o campesinato a se capitalizar e a migrar para outras regiões rurais de Rondônia, causando forte queda da população rural no sul rondoniense (2014, p. 14).

Acredita-se que estes resultados decorrem da falta de apoio governamental voltado para a agricultura familiar, se contrapondo à exploração que estão submetidos, tanto na compra de insumos necessários para produzir como no momento da venda dos produtos, na disponibilização de crédito, na internalização da tecnologia; Silva (2004) analisa e afirma que a luta por esses direitos é também a luta pela inclusão social, é um ato coletivo, portanto político.

3.1- O GOVERNO CENTRAL IMPLEMENTA PROGRAMAS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR

Nessa perspectiva, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, possui duas finalidades básicas: *promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar*. Para o Governo Federal o PAA exerce papel estratégico no combate à pobreza, é uma das ações que compõem o *Plano Brasil Sem Miséria* – BSM, em seu eixo Inclusão Produtiva Rural⁸.

A execução do Programa, está ancorada em seis modalidades: 1) Compra Direta Local da Agricultura Familiar ou Compra Antecipada da Agricultura Familiar, 2) a Compra Direta da Agricultura Familiar, 3) a Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar, 4) o Contrato de Garantia de Compra, 5) o Leite, 6) Formação de Estoques para Agricultura Familiar a CONAB firma Termo de Cooperação com o MDS e com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

No início do PAA os governos estaduais e municipais não aderiram ao Programa, na sua maioria, porque viam como obra política e de partido de esquerda, entretanto organizações do campo se interessaram em fazer adesão a essa política vinda do Governo Federal.

⁸ Disponível em <www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura>. Acesso em 14 de julho de 2014.

Seguindo a proposta do programa PAA, os agricultores familiares, para participar da Compra com Doação Simultânea pela CONAB, deveriam estar *organizados em cooperativas ou associações* e encaminhariam a proposta de adesão à CONAB, informando os envolvidos os alimentos que produzem com a agricultura familiar, quantidade, e as entidades que seriam beneficiadas e, por fim, informando a prioridade de entrega dos alimentos (dia da semana e horário).

CAPÍTULO 04 - POLÍTICAS PÚBLICAS QUE BENEFICIAM A AGRICULTURA FAMILIAR E APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA

.4.1- REFERENCIAL TEÓRICO

As reflexões teóricas desta pesquisa ancoram-se na bibliografia de Harvey (2005), crítico do capitalismo que, dentro da linha marxista, discute a necessidade de nova orientação na prática política que rompa com os paradigmas do liberalismo econômico e possibilite a criação de ações alternativas, capazes de transformações sociais. O autor alerta para contradições do sistema capitalista que operam na produção de espaços desiguais, nos quais, a miséria, as desigualdades sociais, o desemprego, a corrupção e até mesmo a fome se manifestam de forma degradante.

Harvey (2005, p. 45) questiona o Estado que semeia ideal de liberdade e, ao mesmo tempo, causa repressão e nega a própria liberdade proposta em prol de um posicionamento competitivo frente a outros Estados no mercado global. Por exemplo, a liberdade de explorar o trabalho ou a liberdade de obter ganhos extraordinários sem prestar um serviço adequado à comunidade, a liberdade de impedir que as invenções tecnológicas sejam usadas para o benefício público ou a liberdade de obter lucros de calamidades públicas secretamente planejadas para vantagens privadas.

Liberdade, liberalismo, individualidade e a retração do Estado de bem-estar social são paradigmas criados pela política capitalista segundo Harvey. Contradições capazes de desviar a atenção dos problemas econômicos, culturais, sociais, ambientais, etc. para construir um consentimento político neoliberal individual. Ainda para o mesmo autor, a prática do Estado neoliberal apresenta muitas contradições de evolução bastante caótica e desigual entre instituições, poderes e funções nos últimos trinta anos, ocasionando, inclusive, desenvolvimento socioeconômico e geográfico desigual e a “superexploração por alguns indivíduos de bens comuns a todos, como a terra e a água” (HARVEY, 2005, p. 76).

Na análise de Harvey, o Estado neoliberal apresenta teorias que sustentam a ideologia do favorecimento dos interesses individuais, como garantia da liberdade em ação protegida pelo Estado como, por exemplo, a propriedade privada, o regime de direito, as instituições de mercados livre, e as obrigações contratuais entre

indivíduos. A competição tida como algo saudável, no Estado neoliberal, tem “resultado no monopólio ou no oligopólio à medida que empresas mais fortes vão expulsando do mercado empresas mais fracas” (HARVEY, 2005, p. 77). Com isso, as tensões e contradições aumentam na medida em que o vínculo constitutivo entre:

Dinamismo tecnológico, instabilidade, dissolução de solidariedades sociais, degradação ambiental, desindustrialização, aceleradas mudanças das relações espaço-tempo, bolhas especulativas, tendência geral de formação de crises no capitalismo (...) **entrelaça** (grifo do pesquisador) com problemas de políticos fundamentalistas neoliberais que vivem uma contradição entre um individualismo possessivo sedutor, mas alienante e o desejo de uma vida coletiva dotada de sentido (HARVEY, 2005, p. 79).

Harvey (2005, p. 129) critica a conspiração mascarada do neoliberalismo de parecer soar prodigiosamente positivo. Segundo ele, essa máscara serve para ocultar as realidades extremamente desagradáveis da restauração ou reconstrução do poder de classe, tanto no plano local como no transnacional.

Ao se pensar o Estado Brasileiro e sua configuração ao longo do tempo, percebem-se semelhanças e diferenças em relação à definição das práticas estatais e do próprio modelo de Estado discutido por David Harvey. Esse Estado foi produzido historicamente a partir de 1822 – ano em que o Brasil se tornou independente de Portugal. Com a independência política, novas relações sociais, de comércio e de relações internacionais foram estabelecidas, e nesse mesmo contexto se deu intenso processo de produção de novas leis e de invenção de um passado, uma história e uma identidade coletiva.

Esse Estado⁹ atualmente mescla elementos liberais e neoliberais com pensamentos e estruturas conservadoras, que remontam a seu passado colonial, como o trabalho escravo que ainda persiste mesmo no século XXI e a estrutura fundiária desigual. Para Fernandes (2002, *In*: Chieza, s/d), esse Estado, ao ser forjado manteve em sua estrutura interesses particulares da antiga elite colonial. Para essa elite o Estado era

meio, para realizar a internalização dos centros de decisão política e promover a nativização dos círculos dominantes; e o fim de ambos os processos, na medida em que ele consubstanciava a

⁹ Estado reconhecido como aspecto sociológico que considera como comunidade um grupo social residente em determinado território, segundo Abbagnano (2000).

institucionalização do predomínio político daquelas elites e dos interesses internos com que elas se identificavam (FERNANDES, 2002, p.1524, *In*: CHIEZA, s/d, p. 4).

Contemporaneamente, o Estado brasileiro passa por um processo de crescimento da vida urbana, em imagem produzida sobre esses espaços tem sido um atrativo para milhares de trabalhadores rurais que não encontram as condições para sobrevivência (produção e consumo) no campo.

Se pensarmos na população que morava na zona rural e foi inserida no modelo de responsabilidade social individualizado, indo morar nos centros urbanos do Brasil e elevando os índices de pobreza, é possível fazermos um paralelo - respeitadas as devidas proporções e diferenças ideológicas, com o que ocorreu, segundo Harvey (2005), na China revolucionária. Nesse sentido, pode se afirmar que o Brasil vive um capitalismo contraditório, em que uma massa grande de trabalhadores foi expropriada de suas terras e teve dificuldade de adaptação nas cidades, passando a conviver em um cenário de desigualdades crônicas; o que denota é que não é diferente da reprodução capitalista em nenhum local.

Harvey (2005) analisa a tensão paradoxal entre a sustentação do capitalismo e a restauração/reconstituição do poder de classe que, funciona como máscara para práticas que têm como objetivo manter, reconstituir e restaurar o poder de classe de elite. A acumulação passa a ser o ponto principal para o aumento da produção capitalista. Para tanto, a manutenção desse motivo está vinculada aos trabalhadores assalariados que são os principais elementos, sobrevivem com o encontro do trabalho e se submetem ao sistema para a multiplicação do capital.

Para Marx (2010, p. 89), o capitalismo, ao arrancar a maior parte da população do campo para a cidade, submeteu-o sob o domínio da cidade e colocou os povos tradicionais na dependência dos burgueses capitalistas, que dominam as forças da natureza com máquinas, aplicação da química na agricultura e controlam a economia e a política, substituem a tradicional autossuficiência para a circulação universal de interdependência geral entre os países.

Harvey (2004) chama esse proceder de acumulação por espoliação, que liberta um conjunto de ativos, a custo muito baixo, inclusive a força de trabalho, atribuindo espaço para que:

O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. No caso da acumulação primitiva (...) significa tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo então a terra para a corrente principal privatizada da acumulação do capital (HARVEY, 2004, p. 125).

Observa-se que Harvey investiga o desenvolvimento do capitalismo a partir das duas formas da contradição que caracteriza uma sociedade capitalista encontrado por Marx, que estabeleceu a primeira força, está entre as relações de produção que o capitalismo opera:

A burguesia cria incessantemente meios de produção mais poderosos. Mas as relações de produção, isto é, ao que parece, ao mesmo tempo, as relações de propriedade e a distribuição das rendas não se transformam no mesmo ritmo. O regime capitalista é capaz de produzir cada vez mais. Ora, a despeito desse aumento das riquezas, a miséria continua sendo a sorte da maioria (MARX, 2008, p. 195).

Na análise, Marx examina esse mesmo desenvolvimento capitalista que estabelece uma segunda forma de contradição na existência entre o aumento das riquezas e a miséria crescente da maioria. Para Marx,

Dessa mesma contradição sairá, um dia ou outro, uma crise revolucionária. O proletariado, que constitui e constituirá cada vez mais a imensa maioria da população, se constituirá em classe, isto é, numa unidade social que aspira à tomada do poder e à transformação das relações sociais. Ora, a revolução do proletariado será diferente, por natureza, de todas as revoluções do passado. Todas as revoluções do passado eram feitas por minorias, em benefício de minorias. A revolução do proletariado será feita pela imensa maioria, em benefício de todos (MARX, 2008, p. 195).

É, para Marx (2008), o capitalismo aumentando os meios de produção, transformando as organizações sociais e ampliando o número de proletariado miserável, ou seja, é a própria produção do capital que promove a revolução através do seu caráter contraditório. Proletários e capitalistas são as duas classes que representam uma possibilidade de *regime político* e uma ideia de *regime social*.

Harvey (2004), por sua vez, analisa o dualismo encontrado na acumulação de capital como característica *política* e *analítica*. A exemplo disso, podem ser citadas as bases trabalhistas no Estado brasileiro, a partir do início deste século, por meio do apoio de sindicatos e movimentos sociais, contrários às forças neoliberais de

opressão que foram substituídos por formas pós-modernas mais fluidas e abertas de movimentos sociais.

O analítico, para o autor, concentra-se contrapondo os aspectos da reprodução expandida que recebe apoio da esquerda tradicional, com o da acumulação por espoliação, que constitui o foco primordial dos movimentos sociais que se abrigam no âmbito da globalização alternativa.

A acumulação por espoliação tem forte apoio dos poderes do Estado, usa da força para fazer ruir os caminhos reprodutivos expansionistas abertos pela acumulação primitiva (HARVEY, 2004).

Para Harvey (2005), Marx estava certo ao concluir que o capitalismo tende, ativamente, a produzir algumas das barreiras para o seu próprio desenvolvimento. O que significa que as crises são endêmicas aos processos capitalistas de acumulação. Entretanto, a incongruência do capital cria condições para a reorganização, portanto, efetiva-se a acumulação.

Outro aspecto importante, abordado por Harvey (2004), é entender como funciona a relação entre a lógica territorial e a lógica capitalista do poder, estas são tipicamente práticas imperialistas de exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação de capital (Harvey, 2004). Sendo o dinheiro, a capacidade produtiva e a força militar os três pilares em que se apoiam a hegemonia no âmbito do capitalismo.

A relação dialética entre essas forças criam as bases para o desenvolvimento geográfico desiguais, com lutas geopolíticas e diferentes formas de políticas imperialistas que têm resultado no desemprego e empobrecimento de milhões de pessoas com perdas de direitos mediante às privatizações e do livre comércio desregulados.

Na análise de Heidemann e Salm (2010), para compreender as políticas públicas é necessário primeiro entender o conceito de política, expressão usada na filosofia para designar quatro distinções: A primeira distinção trata da doutrina do Direito e da Moral, como tudo, explicá-los, no que diz respeito à vida coletiva das pessoas em sociedade e em suas organizações, exige regra através do Direito e limite através da Moral.

Na segunda distinção: Indivíduos ou até mesmo grupos, usam de métodos capazes de influenciar com ações que tratam da conjuntura de como o Estado está

organizado, através de explicação que traduzem os interesses particulares para uma solução comum.

A terceira distinção é reconhecida como política, ideia de arte ou ciência de governar: visa à totalidade, alicerçada por leis e com bons planejamentos resolve questões específicas e gerais de uma sociedade.

E, por fim, analisa o estudo dos comportamentos intersubjetivos: estuda e sistematiza os fatos políticos, engloba todas as ações regulamentares e controla a vida humana em sociedade.

A explicação de política pública, segundo os autores mencionados anteriormente, diverge entre os cientistas políticos. Há uma análise mais universal que implica em valores práticos, aos quais todos têm direitos em uma sociedade. Há outra análise que trata do desdobramento do universal para o particular, por exemplo, são as várias propostas políticas, atreladas a programas como meios para atingir as metas estabelecidas pelo governante.

Sendo então um conjunto de propostas vinculadas a programas, lembramos aqui que o PAA de que trataremos mais adiante, de modo mais sistemático, consiste numa política pública vinculada na segunda análise apresentada no parágrafo anterior. A mobilização do que se entende por políticas públicas, segundo Smanio (*In: SMANIO e BERTOLIN, 2013, p. 4*), do início deste século para cá, ganhou importância nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e no meio acadêmico com pesquisas e debates que analisam e conceituam a questão, sob a ótica de melhor entendimento e de não deixar estanques e distanciadas dos verdadeiros protagonistas.

O conceito de política (s) pública (s) ainda está em construção tanto entre os poderes quanto na academia. Isso é interessante porque podemos considerar que para ser uma delas, é preciso que o (s) bem (ns) público (s) seja (m) destinado (s) e sirva (m) para o povo, isto é, a todos, como bem diz David Easton: “política pública significa ‘a alocação oficial de valores para toda a sociedade’” (*In. HEIDEMANN E SALM, 2010, p. 29*)

Entendido o conceito de políticas públicas, fazemos a associação com a prática de programas, resultantes dessas políticas e entendemos como as pessoas menos favorecidas, que tiverem acesso ao conjunto de bens, podem escapar das condições indignas a que vivem e a partir de então podem participar do

desenvolvimento. Desenvolvimento este, analisado por Estave, (*In: SACHS, 2000, p. 61*), como “mobilização política de um povo para atingir seus próprios objetivos”.

A análise de Smanio (*In: SMANIO e BERTOLIN, 2013*), aponta para o entendimento da população sobre seus direitos, a posição intolerante com a desigualdade social, exigindo assim soluções para os problemas que refletem na cidadania dos brasileiros, ou seja, as pessoas estão participando mais, não deixando que as coisas aconteçam somente de cima para baixo. Conhecendo seus direitos, posicionando-se contrária à não-equidade social, cobrando resolução dos problemas a população se mostra mais autoconfiante e, isso vai ao encontro do que pensa Estave (*In: SACHS, 2000, p. 61*), sobre o desenvolvimento. Para ele, “o desenvolvimento acontece com a ‘autoconfiança’”, com a ciência do indivíduo de que precisa olhar a própria realidade, participar efetivamente das coisas do seu meio, para evitar que os detectores do poder imponham os caminhos a serem seguidos.

Smanio (*In: SMANIO e BERTOLIN, 2013, p. 4*), continua a abordagem sobre o assunto ora em discussão, dizendo: “surgem nos Estados Unidos na década de 1930 como forma de conciliar a produção dos governos, os grupos de interesses e o conhecimento científico”. Essa informação está associada, conforme o autor, com Democracia, porque pressupõe relações entre Estado e sociedade. (*In: SMANIO e BERTOLIN, 2013, p.10*).

Uma outra análise, que comunga com a de Smanio, é a de Dias (2013).

As políticas públicas constituem as ações realizadas pelo Estado com o objetivo de atender às demandas da população que se encontra em seu território... Este novo papel exige novas formas de governanças que estão se concretizando via parceria com outras organizações e particularmente com o terceiro setor, que vem assumindo cada vez mais um papel público. (DIAS, 2013, p. 276).

A contribuição de Dias (2013) traz, além da relação Estado e sociedade, o terceiro setor como aquele que vem contribuindo para aplicação das políticas públicas. Afora isso, podemos dizer que as definições de cada teórico resultam no entendimento de que as políticas públicas funcionam como mediadora entre o Poder e o povo. Este consciente de sua participação social e aquele conhecedor das demandas da sociedade.

São essas políticas as responsáveis por mudanças em todos os âmbitos: educação, saúde, moradia, emprego, segurança, alimentação, dentre outros. Aspectos esses que devem coincidir e promover o desenvolvimento econômico, pelo aumento do capital, esse, na nossa concepção, sem levar a comunidade menos favorecida ao empobrecimento anunciado pelo sistema agrário, ao contrário, que ela possa ser parcela importante de um desenvolvimento, via arranjos produtivos locais.

Linhares (2002) corrobora com a ideia de que mencionamos, analisando que o desenvolvimento capitalista brasileiro tem relação direta a grande agricultura que resulta em empobrecimento, fracassos e impasses de boa parcela da sociedade. Para a autora, são questões que devem ser discutidas e analisadas à luz da conjuntura estabelecida pelo desenvolvimento capitalista, nas últimas décadas, para melhor compreensão dos sistemas sociais no campo.

Continua a autora registrando que a produção agrícola brasileira está voltada para o aumento das bases econômicas e políticas da monocultura exportadora, como frente de expansão liberal do capitalismo. Assim como o controle político do Estado estava nas mãos dos criadores de gado, produtores de leite e produtores - exportadores de café, açúcar e algodão.

É possível observar, na análise de Linhares (2002), que o florescimento do sistema de integração capitalista intensificou a exclusão da pequena agricultura, eliminando-as das etapas da produção primitiva, ou seja, estabeleceu fortes desigualdades sociais no campo, como o acesso a programas de financiamento, técnicas de mão de obra e implementos agrícolas. Também é possível perceber que, ao mesmo tempo em que a produção capitalista se verticaliza com a formação dos complexos industriais no campo, referenciada pela autora, o modelo expansionista agroindustrial vai desenvolvendo as características excludentes.

São desafios a serem enfrentados pela agricultura familiar que por várias décadas vem clamando por uma integração viável, como afirma Teubal:

O desenvolvimento de modelos de campesinato alternativos seria possível, orientados, entre outros fatores, para a sustentabilidade da produção, a soberania alimentar, cuidando-se do meio ambiente e levando-se em consideração preceitos que regem historicamente as economias camponesas (TEUBAL, 2008, p. 140).

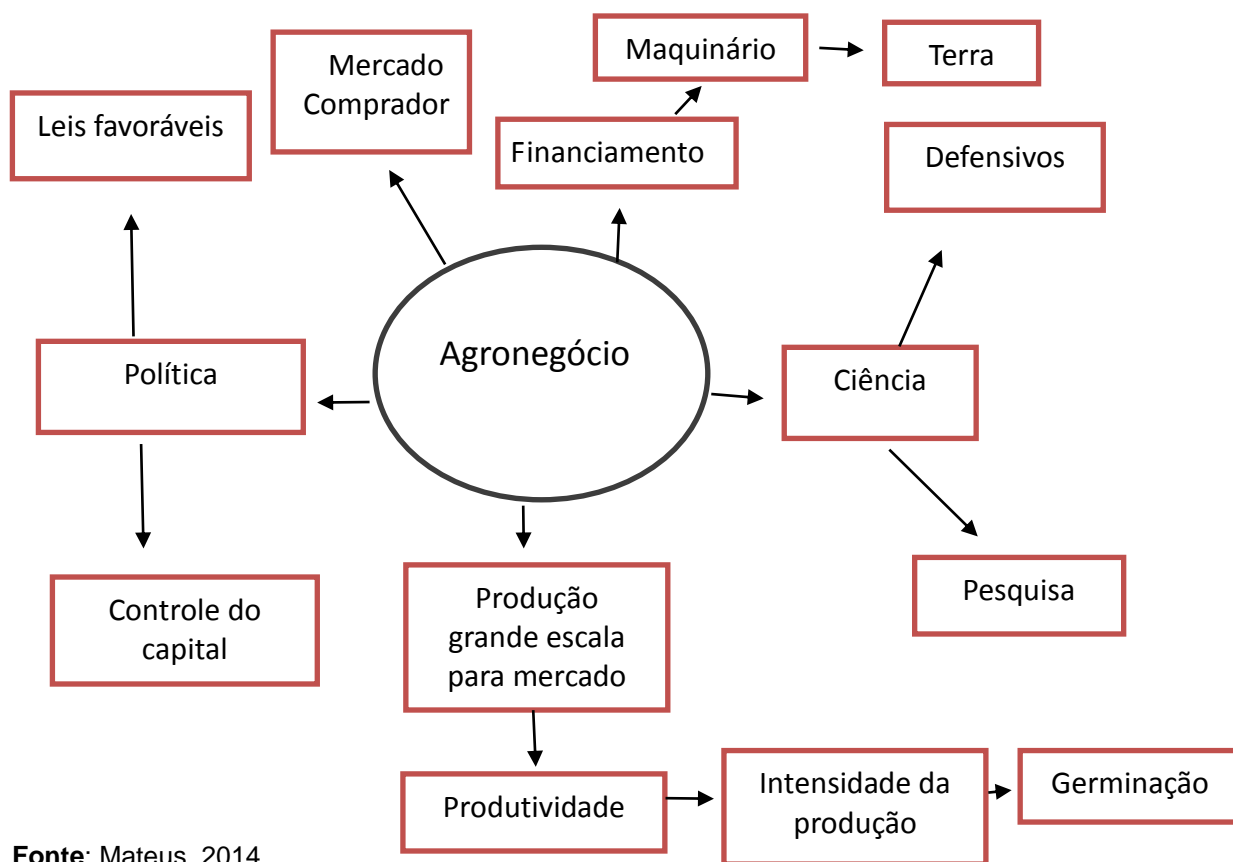
De acordo com Teubal (2008), a agricultura familiar para acompanhar as constantes mudanças científica e tecnológica do setor agrícola, influenciadas

principalmente pelas necessidades do agronegócio capitalista, está forçada a passar por grandes transformações, para as quais, na sua grande maioria é possível perceber que os pequenos agricultores não estão preparados.

Dessas palavras, detém-se que os caminhos a percorrer na agricultura familiar para obter o desenvolvimento nos moldes do sistema capitalista, imposto pela globalização, são muito diferentes dos caminhos percorridos pelo agronegócio, utilizados nas grandes propriedades de terra, considerando a dimensão de cada atividade agrícola. Enquanto a primeira se desenvolve nas pequenas organizações, o segundo se efetiva, em geral, numa estrutura de grande proporção, comungando, a seu favor, tanto políticas quanto a legislação, sem mencionar ainda, a disponibilização de recursos para pesquisa, ciência e tecnologia.

Como é possível observar na Figura 2, o desenvolvimento do agronegócio tem se organizado em cadeias para obter sucesso no processo capitalista de produção. No campo científico têm-se adquiridas sementes melhoradas, defensivos seletivos, maquinários cada vez mais modernos capazes de substituir centenas de trabalhadores.

O agronegócio financia ou patrocina estudos e pesquisas de seu interesse e que favorecem o fortalecimento (germinação, produção, intensidade da produção) de seus produtos, manipula os políticos a fazerem as leis de acordo com suas necessidades, busca ter sempre acesso direto a políticos e ciências de forma rápida e sem intermediário, o que dá uma maior agilidade nos negócios. Ou seja, o sistema de desenvolvimento capitalista, adquirido pelo agronegócio no Brasil, abre as portas para o grande proprietário e tira barreiras de importações e exportações, dá incentivos fiscais para se instalar em determinadas regiões, controla o povo e as outras classes sociais.

Figura 3 - Organização do Agronegócio

Fonte: Mateus, 2014.

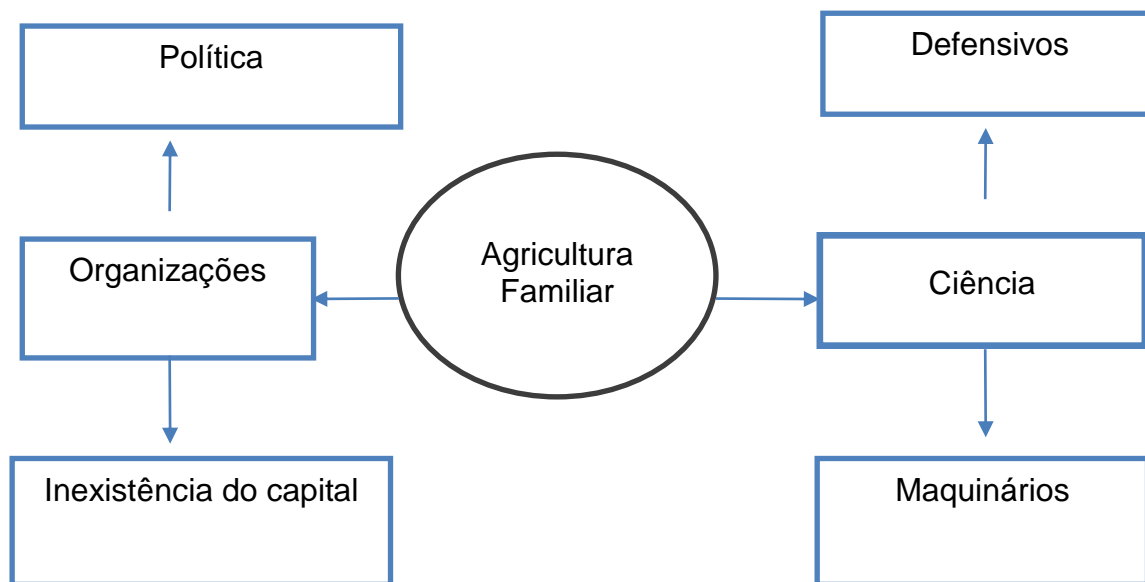
Na análise de Teubal (2008), compreender a produção agropecuária, sua comercialização, o processamento industrial, a distribuição e o consumo final de alimentos, contempla, essencialmente, os agentes socioeconômicos que participam desses processos e as formas com que se articulam entre si.

Para Teubal (2008), o agronegócio cria ambiente favorável para seu desenvolvimento, permeando todas as áreas que se inter-relacionam ao sistema de produção. O meio ambiente não é uma preocupação para este modelo de desenvolvimento na agricultura, mas sim, a lucratividade cada vez maior num menor número de terra possível. A terra passa a ser apenas um agente de sustentação e ferramenta para a reprodução.

Esse desenvolvimento adotado pelo Brasil para o sistema produtivo na agricultura, entrelaçado no agronegócio, dificulta os caminhos a serem percorridos pela agricultura familiar; uma breve reflexão, a elite sempre esteve ligada a posse da

terra, não para a produção, para reprodução do capital, ou mesmo para a representação de poder.

Figura 4 - Organização da agricultura familiar



Fonte: Mateus, 2014.

Como podemos observar os caminhos a serem percorridos pela agricultura familiar se diferenciam dos caminhos percorridos pelo agronegócio. O agronegócio não precisa de organizações para alcançar seus objetivos, já a agricultura familiar precisa estar organizada para obter força e ser ouvida nas suas lutas em busca de adquirir estabilidade.

São etapas para a agricultura familiar vencer através de suas organizações, “com o povo e com o controle do povo”, e cobrar do governo ou de instituições de pesquisa como, por exemplo, a EMBRAPA (que faz pesquisa de interesse de massa ou para o agronegócio). Entretanto, os defensivos e os maquinários, embora com dimensões e tecnologias diferentes, enquadram-se em ambas as necessidades, tanto no agronegócio como na agricultura familiar, o que torna difícil é sua aquisição pelo alto custo. Em suma, a agricultura familiar não consegue atingir nem se igualar ao agronegócio, tanto pela especificidade quanto pela dimensão de cada um deles.

Ao examinar as características da agricultura familiar no Brasil, Araújo (2002) identifica que, apesar das resistências camponesas, a agricultura se desenvolve, tendencialmente, da mesma forma que a indústria: ou seja, de forma concentracionista e expropriadora. A grande propriedade é rentável e racional,

segundo a visão capitalista, que também entende que ela tem condições para usufruir dos avanços tecnológicos com especificação e adequação de ferramentas, instrumentos e máquinas. Isso não significa dizer que a agricultura familiar não seja rentável. O que se quer registrar é que o agronegócio apresenta resultados mais rápidos. A agricultura familiar, por sua vez, tende a tê-los mais lentamente.

As vantagens do grande latifundiário agrário para o agronegócio em relação ao pequeno produtor são inúmeras, desde a aquisição de crédito a comercialização. O trabalho pesado, manual, a inferioridade técnica, o alto custo de produção, também, faz da agricultura familiar um problema enfático. Para Araújo (2002, p. 66), a pequena propriedade territorial constitui a base para a formação, quase à margem da sociedade, de uma classe de bárbaros, que une toda a rudeza das formas primitivas a todas as misérias e infortúnios dos países civilizados.

Na análise da autora, o desenvolvimento capitalista faz a expropriação do pequeno produtor e transforma-o em trabalhador rural assalariado e são as condições básicas da grande propriedade do agronegócio.

A solução para o problema agrário seria, então, a superação de pequena produção. Primeiro pela grande propriedade capitalista e, depois, pela grande propriedade socialista. Quando os limites da exploração capitalista viessem à tona, ela seria substituída pela grande empresa agrária onde a terra e os meios de nela produzir seriam socializados. Este era o processo em curso. E neste processo o pequeno produtor desapareceria – superado historicamente pelo desenvolvimento do capitalismo e pelo advento do socialismo (ARAUJO, 2002, p. 67).

Diante do discurso de modernização capitalista e do agronegócio, a reflexão mais apropriada parece ser: Como trazer a agricultura familiar para o desenvolvimento de propostas políticas capazes de emancipá-la, ou de dar uma transformação maior aos alcances econômico e social?

Observamos que aos pequenos agricultores do modelo capitalista de expropriação é velada uma verdade, a de que estão fadados ao insucesso, como afirma Araújo (2002, p. 67), “difícilmente escaparão da miséria ou da fome, a não ser como operários agrícolas”. Silva (2004 p. 30) também analisa que “o poder econômico dos donos da terra se associa ao poder político, e, por conseguinte, ao poder jurídico”. O que facilita a expropriação e a destruição do modelo sitiante.

A análise de Veiga, (2006,) é mais enfática ao abordar o conceito de desenvolvimento. Para ele,

(...) só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas (...) de ter vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digna e ser capaz de participar da vida da comunidade (VEIGA, 2006, p. 23).

Isso sintetiza o que pensamos e defendemos ser o papel da agricultura familiar, o de ser capaz de potencializar o homem como sujeito que com o trabalho supre suas necessidades de modo ativo, sem ser vítima da expropriação, quase sempre, promovida pelo capitalismo.

Retomando Dias (2013) e o que ele reconhece por políticas públicas e por finalidades dessas, “atender às demandas da população” (p. 276), registramos que as ações, estabelecidas pelo Governo Federal, em 2003, com o Programa Fome Zero¹⁰, e seus eixos representam bem a ideia defendida pelo autor.

4.2- APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA

O Fome Zero é, então, um conjunto de vários programas, cada um deles merece ser analisado à parte, o estudo aqui proposto está dentro do eixo do Fome Zero e busca analisar o Programa de Aquisição de Alimento - PAA, parte do eixo 2, intitulado Fortalecimento da Agricultura Familiar, cuja intenção é investigar se o Programa corresponde ao que se propõe nas duas associações rurais campo desta pesquisa, nas seguintes perspectivas: renda, posse de equipamentos, melhorias na

¹⁰ O Fome Zero é um programa criado para combater a fome e as suas causas estruturais, que geram a exclusão social, ou seja, para garantir a segurança alimentar de todos os brasileiros e brasileiras. O Programa tem três frentes: um conjunto de políticas públicas; a construção participativa de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e um grande mutirão contra a fome. O programa envolve as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e todos os ministérios. Porém, a grande protagonista do Fome Zero é a sociedade brasileira. De sua mobilização depende o êxito do programa. No Brasil, a fome não existe por falta de alimentos. De acordo com o programa Fome Zero falta renda para adquiri-los de forma digna e permanente, em quantidade e qualidade adequadas. Como a renda está mal distribuída no país, uma parcela da população não tem acesso nem mesmo à quantidade mínima de alimentos necessária para garantir a sobrevivência. No Brasil, cerca de 44 milhões de pessoas vivem em insegurança alimentar. Aumentar a renda dos mais pobres tornou-se um desafio para o Governo Federal, pelos dados apresentados, entre 2002 e 2012, a proporção de brasileiros vivendo com menos de R\$ 70 caiu de 8,8% para 3,6%, e apresenta também que os efeitos das políticas públicas agrupadas no Fome Zero ajudou a crescer a renda dos mais pobres quatro vezes mais rápido do que a renda dos mais ricos. (<https://www15.bb.com.br/site/fz/mapa/DocPrefeitos.htm>. Acesso em 12/05/2014 e http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/131015_bolsa_familia_cap11.pdf. Acesso em 12/04/2014.

propriedade, uso de tecnologias dentre outros descritos no capítulo três desta dissertação.

O Programa Fome Zero está subdividido em quatro eixos articuladores – **Acesso ao Alimento; Fortalecimento da Agricultura Familiar; Geração de Renda e Articulação, mobilização e controle social**, cada um deles com suas respectivas dimensões, e especificações, conforme quadro que se segue.

Quadro 1 – Eixos Articuladores do Fome Zero

<p><u>Acesso ao Alimento</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Bolsa Família 2-Alimentação escolar (PNAE) 3- Cisternas 4- Restaurantes populares 5 – Banco de Alimentos 6 – Alimentos a grupos populacionais específicos 7- Agricultura Urbana/Hortas Comunitárias 8- SISVAN 9- Distribuição de Vitamina A (VITAMINA A +) 10- Distribuição de Ferro (Saúde de Ferro) 11- Alimentação e nutrição dos povos indígenas 12- Educação alimentar, nutricional e para o consumo 13- Alimentação Saudável/Promoção de hábitos saudáveis 14-Alimentação do Trabalhador (PAT) 15- Desoneração da Cesta Básica 	<p><u>Fortalecimento da Agricultura Familiar</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1-PRONAF: 2-Garantia safra 3-Seguro da agricultura familiar 4- Programa de Aquisição de Alimento (PAA) 5- Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) 7- Combate à Pobreza Rural (CPR) 8- Nossa Primeira Terra (NPT) 9- Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) 10- Luz Para Todos 11- Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)
<p><u>Geração de renda</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1-Qualificação social e profissional 2-Economia Solidária e Inclusão Produtiva 3-CONSADs 4-Organização produtiva de comunidades pobres (PRODUZIR) 5- Desenvolvimento de cooperativas de catadores 6- Microcrédito produtivo orientado 	<p><u>Articulação, mobilização e controle social</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Casa das famílias (CRAS/PAIF) 2- Educação cidadã e mobilização social 3- Capacitação de agentes públicos 4- Mutirões e doações 5- Parcerias com empresas e entidades 6- Conselhos de controle social

Fonte: MDS, 2014.

4.3- ORIGEM DO PAA

O Programa de Aquisição de Alimento – PAA, nos dados do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, possui duas

finalidades básicas: *promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar*. O próprio MDS considera que para o Governo Federal, o PAA exerce papel estratégico no combate à pobreza, é uma das ações que compõem o Plano Brasil Sem Miséria – BSM, em seu eixo Inclusão Produtiva Rural¹¹.

A política do Governo Federal para a execução do Programa está operacionalizada em seis modalidades: (1) Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea, (2) Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque, (3) Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF, (4) Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite, (5) Compra Coletiva e (6) Compra Institucional.

Quadro 2 - Modalidades do PAA

Modalidade	Forma de acesso	Limite	Origem do Recurso	Ação
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Individual	R\$ 4,5 mil	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4,8 mil		
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.

¹¹ Disponível em <www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura>. Acesso em 14 de julho de 2014.

Modalidade	Forma de acesso	Limite	Origem do Recurso	Ação
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/ associações)	R\$ 4 mil por semestre	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Coletiva	Individual ou organizações (cooperativas/ associações)	R\$ 10 mil	Órgãos Públicos Estaduais e Municipais	Atender às demandas regulares de alimentos nos órgãos públicos estaduais e municipais
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/ associações)	R\$ 8 mil	Órgãos públicos da União, Distrito Federal-	Compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Fonte: MDA, 2014.

A diferença entre as modalidades se dá na forma de operacionalização. A modalidade de Doação Simultânea é operacionalizada pela CONAB através de contratos com organizações de agricultores (associações ou cooperativas), enquanto que as modalidades operacionalizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em convênio com Estados e Municípios incentivam a produção, porém trabalham diretamente com o indivíduo e eliminam o associativismo e cooperativismo. Quanto à quantidade de venda da produção por famílias são as mesmas entre os convênios, seja ela com a CONAB ou com o Estado e Municípios.

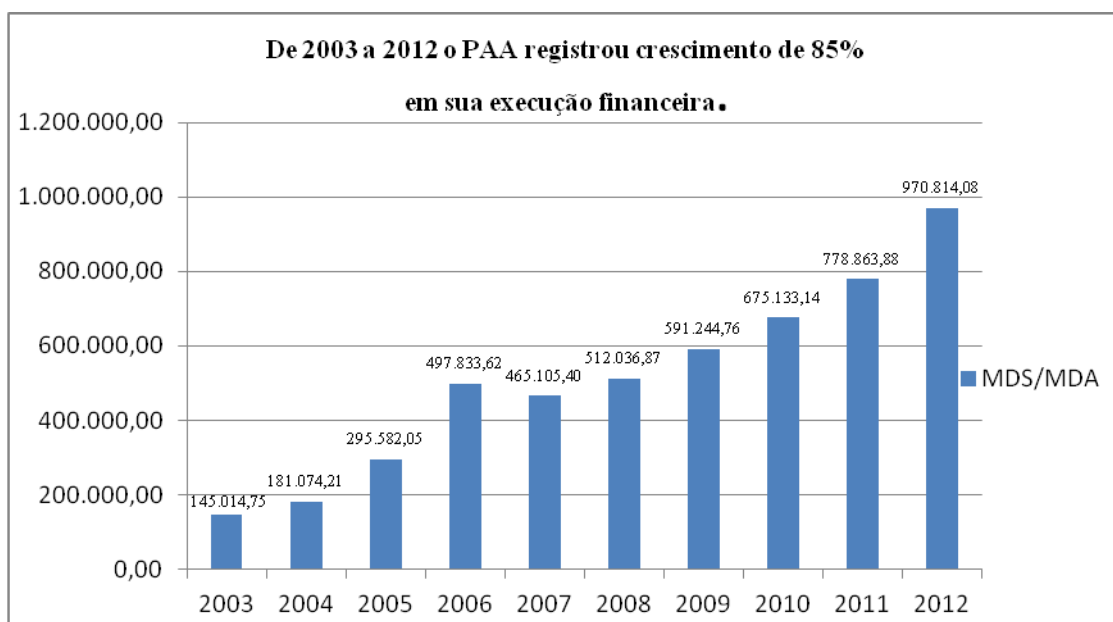
As três figuras a seguir foram elaboradas com base nos gráficos disponibilizados no Site do MDS¹², têm a finalidade de mostrar os avanços do Programa de Aquisição de Alimento entre o período de 2003 e 2012.

¹² Idem.

A proporção de pequenos agricultores a quem o programa promove ganhos econômicos é bastante significativa. O que chama a atenção é o fato de que de a partir de 2008 o Programa de Aquisição de Alimento teve crescimento de 85% em sua execução financeira, de 78%, no número de agricultores participantes, porém oscilou bastante na evolução de alimentos adquiridos pelo programa.

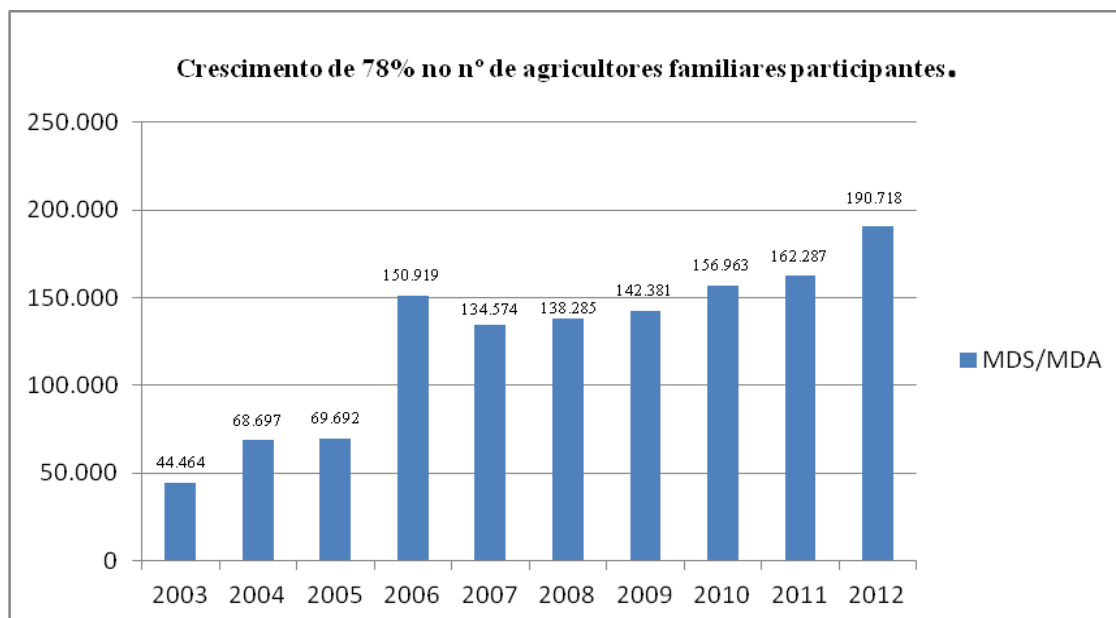
Isso mostra a relevância do PAA para contribuir com as famílias rurais, incentivar a produção agrícola, além de inibir o êxodo rural e se inserir no conjunto de políticas públicas.

Figura 5 - Evolução da execução financeira do Programa, no período 2003 - 2012



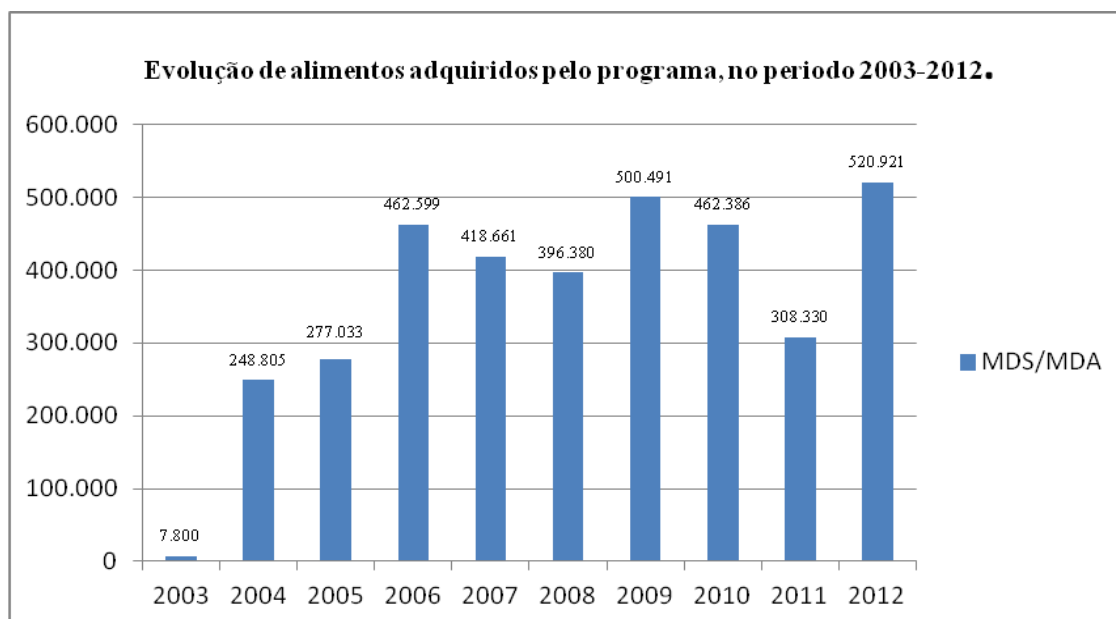
Fonte: MDA, 2014.

Figura 6 - Evolução do número de agricultores familiares participantes do Programa, no período de 2003 - 2012



Fonte: MDA, 2014.

Figura 7 - Evolução de alimentos adquiridos pelo Programa, no período de 2003 - 2012



Fonte: MDA, 2014.

Na análise de Valeriano (2012), o PAA tem um importante papel como política pública com a proposta de beneficiar o produtor rural que tem dificuldade em vender sua produção (nesse caso, o agricultor sempre será o fornecedor de alimento, ou seja, pode produzir sempre que for vender com tranquilidade) e, além disso, distribuir produtos para comunidades em situação de insegurança alimentar e nutricional. Os produtores, diante dessa política, estabelecem a aquisição dos produtos não como um fim em si mesmo, mas como um meio que irá retornar para a própria comunidade em forma de doação, como regulador de preços no mercado.

Essa é a proposta do programa, porém, com grande desafio, enquanto política pública, para atender às demandas da agricultura familiar respeitando a regionalidade. Mesmo sendo uma política nacional deve ser direcionada para cada estado, sendo executado de forma que abranja a realidade da região através de estratégias de ações implementadas com a ajuda dos conhecimentos tradicionais dos próprios agricultores. Ressalta também, a dificuldade encontrada no Programa vigente desde 2003 de regularização dos movimentos/organizações sociais que devem atender algumas exigências legais¹³.

Para Valeriano (2012), a criação do PAA não pode ser avaliada como mais uma política paliativa entre tantas outras, mas como uma nova possibilidade de geração de emprego e renda para os pequenos/médios produtores familiares já que possuem a oportunidade de venderem para o governo durante um período predeterminado 1 (um) ano para cada contrato, sendo que muitos sequer tinham compradores para os seus produtos e viviam da subsistência.

Ao fazer análise estatística para verificar a relação do Governo Federal, por meio de políticas de apoio à agricultura familiar (PAA), na ocupação da cultura do café em Áreas de Preservação Permanente (APP), em Rondônia, Araújo (2012) verificou que os locais de atuação da política do Programa PAA são as regiões que apresentam menores problemas com a ocupação de Áreas de Proteção Ambiental,

¹³ Em Rondônia, a não-regularização das terras ainda é um grande problema e os Programas com ações para promover o acesso aos direitos e cidadania com a regularização fundiária pouco têm avançado como é possível observar no Plano Nacional de Crédito Fundiário- PNCF que mesmo dividido em três modalidades diferentes (Combate à Pobreza Rural - CPR; Nossa Primeira Terra - NPT e Consolidação da Agricultura Familiar – CAF) com o compromisso de reordenar a agricultura no Brasil e beneficiar cento e trinta (130) mil famílias, implantado no Estado desde 2005 tem atendido apenas 298 famílias.

portanto, o Programa de Aquisição de Alimentos pode estar agindo de maneira positiva no que diz respeito à legislação ambiental.

Quoos (2010) entende o PAA como uma política que vai além de promover a produção, o programa abre possibilidade para o agricultor criar oportunidades de trabalho, e renda às famílias e amplia a melhoria da oferta de alimentos. Análise que vai ao encontro da proposta do Governo Federal, ao destacar o PAA como estratégia para transformar a realidade de seus beneficiários, inserindo-os na esfera produtiva.

O PAA, via CONAB, em Rondônia, de 2003 a 2013, ultrapassou pouco mais de cinco milhões de reais de recursos executados, atingindo menos da metade dos municípios do Estado, como é possível conferir no quadro 3.

A compra com doação simultânea, via Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, tem como público alvo as organizações fornecedoras, as associações e cooperativas constituídas como pessoa jurídica de direito privado que detenham a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – DAP-PRONAF. São ações de desenvolvimento estrutural que dão autonomia às comunidades menos favorecidas¹⁴ do Estado.

A circulação desse montante coloca o Estado de Rondônia como uma importante unidade federativa à qual o Governo Federal direciona recursos oriundos de políticas públicas que visam ao incentivo da produção agrícola familiar ao mesmo tempo em que orienta o destino da produção.

Nesse sentido, vale ressaltar que são políticas públicas em cadeia, ou seja, os programas devem se efetivar numa constante, como se fosse algo circular, pensado para as famílias, com elas e no seu ambiente, de modo autônomo. O que nem sempre se configura, considerando a inexperience das associações, a falta de cursos e orientações aos dirigentes e famílias das associações agrícolas que se cadastram, se candidatam ao PRONAF. Sem contar com a responsabilidade que a entidade, solidariamente com seus membros, deve assumir junto ao programa.

¹⁴ A CONAB reconhece como menos favorecidos as organizações detentoras do PRONAF – DAP aquelas formadas por agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, agricultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais, comunidades tradicionais, organizações de mulheres.

Quadro 3 – Esferas produtivas do PAA no Estado de Rondônia via CONAB

PAA / Ano	Família	Municípios	Entidades	Recursos
2003	302	3	7	R\$ 685.187,56
2004	696	5	14	R\$ 1.688.078,16
2005	663	7	19	R\$ 1.564.501,36
2006	731	6	25	R\$ 1.345.132,52
2007	805	7	27	R\$ 2.223.238,96
2008	819	7	27	R\$ 2.618.612,19
2009	22	1	1	R\$ 74.001,00
2010	1471	18	53	R\$ 5.876.483,87
2011	1406	16	51	R\$ 5.659.363,97
2012	1288	15	37	R\$ 5.490.346,10
2013	778	10	18	R\$ 3.731.878,11

Fonte: CONAB, 2014

Nos últimos três anos, é possível mostrar que o Governo do Estado de Rondônia intensificou suas ações nas políticas públicas vindas do Programa Fome Zero. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, prestadora de serviço para o Governo, implantou o Programa de Aquisição de Alimentos nos 52 municípios do Estado aumentando o recurso gasto por ano de R\$ 186.708,80 em 2009 para R\$ 17.500.000,00 em 2013.

A EMATER utiliza sua infraestrutura física e humana para firmar as parcerias com os poderes executivos municipais, de modo a ter apoio logístico e controle social, proporciona maior integração entre os poderes. Com base nas regras de classificação do PRONAF¹⁵, selecionam os agricultores beneficiários para participar do PAA.

As entidades beneficiárias dos alimentos vindos do PAA deverão estar inscritas nos Conselhos Municipais de Assistência Social e deverão manter cadastro atualizado de seus beneficiários. A EMATER organiza uma Central de Recebimento e Distribuição dos produtos em cada município atendido, onde os mesmos serão pesados, separados, embalados e distribuídos. Também, a EMATER realiza o controle de qualidade dos produtos, a programação da produção e da entrega.

¹⁵ O programa PRONAF foi criado com finalidade de atender agricultores com investimento e custeio para a reforma agrária, mais alimentos, micro crédito rural, custeio e investimento para a agricultura familiar.

Para isso, o Governo de Rondônia criou um projeto que estimula a agroindustrialização no campo. Esse projeto vem ao encontro da estrutura do PAA, e do conjunto de políticas públicas para a agricultura, atreladas ao Fome Zero, e servem para combater o empobrecimento dos agricultores familiares, por exemplo, eliminar o atravessador, garantir preço justo, gerar renda no campo.

A agroindustrialização no campo gerou várias discussões entre os agricultores, por ser constituída de pessoa física, ou seja, não precisa estar inserido em uma associação ou cooperativa e por ser o único caminho pré-estabelecido pelo governo do Estado para os agricultores familiares vendam seus produtos junto ao Programa de Aquisição de Alimentos. Assim, desconsiderou as realidades das agroindústrias artesanais e pouco deu importância à economia social dos programas PAA e PNAE, principalmente aqueles que desde 2003 trabalham junto à CONAB, segundo dados veiculados num dos noticiários do Estado de Rondônia¹⁶.

O governo impôs o processo de agroindustrialização para a comercialização do PAA e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA faz cumprir as regras que impedem a comercialização dos produtos não industrializados.

Diante das exigências, o MAPA solicitou da CONAB, via carta circular/sureg-ro N° 005 Porto Velho-RO, de 17 de janeiro de 2014, observar no procedimento das propostas/projetos dos participantes o cumprimento das obrigações dos registros para comercialização dos produtos.

Essa determinação desestrutura os agricultores organizados em associações, cooperativas, sindicatos, uma vez que os mesmos não apresentam condições financeiras nem têm suporte técnico para se adequarem às exigências sanitárias do referido ministério, que, como mencionado anteriormente, exige das associações termos de compromisso, termos de garantias de execução de atividades previstas no programa¹⁷.

¹⁶ Dados extraídos do site de notícias www.rondoniadinamica.com, publicação de 25 de março de 2014, p. 1). Acesso em 20 de setembro de 2014.

¹⁷ Idem.

Quadro 4 - Crescimento do PAA Via Estado no Estado de Rondônia

PAA / Ano	Família	Municípios	Entidades	Recursos
2008/2009	334	6	97	R\$ 967.341,94
2010	270	5	81	R\$ 186.708,80
2011	641	24	257	R\$ 2.843.940,00
2012	2469	51	494	R\$ 4.938.000,00
2013	3247	52	500	R\$ 17.500.000,00

Fonte: SEAGRI, 2013.

Esses dados contribuem para que entendamos que o funcionamento do Programa de Aquisição de Alimentos, no que diz respeito ao seu reconhecimento enquanto política pública, é um conjunto de programas, quem são os principais beneficiários bem como os valores destinados à realização de suas ações

Observam-se no quadro (05) os valores pagos pelo Governo Federal por DAP, e de acordo com as afirmações dos beneficiários do programa, é possível fazer uma análise do que sobra para um produtor que tem apenas uma DAP.

Quadro 5- Demonstrativo do uso do recurso do PAA por DAP.

Valor pago por DAP	Imposto descontado na fonte pelo Governo	Associação para movimentar o projeto	Produtor	Descontos
4500	17%	20%	63%	37%
4500	765	900	2835	1665

Fonte: Mateus, 2014.

Na pesquisa qualitativa, destacada pelos representantes das associações, as deduções totalizam 37% caso o desconto da taxa de administração seja do valor total e 33,6% caso o desconto da taxa de administração seja do valor disponibilizado (retirado o imposto de renda), divididas em imposto de renda e taxa de administração:

(1) 17% de imposto de renda (a dedução do IR é feita do montante geral do recurso);

(2) 20% de retenção para taxa de administração, executar a logística e pagamento de pessoal (cabe à associação receber o produto, dividir para as instituições ou beneficiários e realizar as entregas, realizar a logística e despesas com pessoal, custo de transporte com caminhão, material de escritório, taxas bancárias, contador e outras despesas).

Numa associação de quarenta e cinco (45) pessoas e valor de DAP de R\$ 4.500,00, o valor total é de R\$ 202.500,00 e o valor disponibilizado para uso (retirando 17% de IR) é de R\$168.075,00, dessa forma, fica disponível para cada DAP entre R\$ 283,00 e 298,00, como mostrado no quadro abaixo.

Quadro 6 – Demonstrativo da aplicação do recurso do PAA por DAP

DAP	Total	Desconto IR	peçoas	Valor por família com desconto de 20% do valor disponibilizado	Valor por família com desconto de 20% do valor total
4.500,00	202.500,00	168.075,00	45	298,8	283,5

Fonte: Mateus, 2014.

Segundo dados do IE- UNICAMP (2000), conforme expressos no quadro abaixo, entre 1992 e 1998 a renda agrícola no Brasil variou de R\$75,97- 1992, R\$99,54- 1995 e R\$103,25- 1998. Segundo Hoffman (2007, p.19), o rendimento familiar domiciliar per capita em valores de salário mínimo (de agosto de 2000) foram de 0,633- 1992, 0,756- 1996, 0,759- 2001 e 0,933-2006.

Quadro 7: Evolução da renda per capita segundo o tipo de família*. Brasil, 1992-98

Situação do domicílio tipo de família	1992 R\$	1995 R\$	1998		1992/98 ^b % a/a	1995/98 ^b % a/a
			R\$	relativo		
Total	178,95	252,82	256,81	249	6,2 ***	0,4*
Urbano	206,57	296,57	2996,02	287	6,3 ***	0,3
Rural	75,97	99,64	103,25	100	4,2 ***	1,1***
Empregador	225,91	330,11	369,92	358	7,9 ***	4,5*
Agrícola	239,29	248,60	327,50	317	4,0	7,0
Pluriativo	199,92	370,26	317,96	308	7,7 **	-2,2
Não-agrícola	217,95	411,81	514,97	499	9,8 ***	8,9
Conta-Própria	69,39	88,00	88,87	86	2,8	-0,3
Agrícola	62,58	74,39	75,76	73	0,4	0,0
Pluriativo	73,08	88,95	83,69	81	2,3 *	-2,5 *
Não-agrícola	89,53	139,47	139,55	135	7,9 ***	-0,9
Empregados	64,56	90,24	96,46	93	6,5 ***	1,8
Agrícola	47,99	62,09	66,51	64	4,1 ***	2,3
Pluriativo	59,52	78,90	73,64	71	5,6 **	-2,6
Não-agrícola	99,24	139,17	137,68	133	5,6 ***	-0,7
Não - ocupados	88,90	88,81	95,96	93	-0,1	4,6

Fonte: Projeto Rurbano, IE-UNICAMP e ASE/IAPAR, Julho, 2000.

a) Inclusive as famílias sem rendimento.

b) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

*** ** * significam 5%, 10% e 20%, respectivamente.

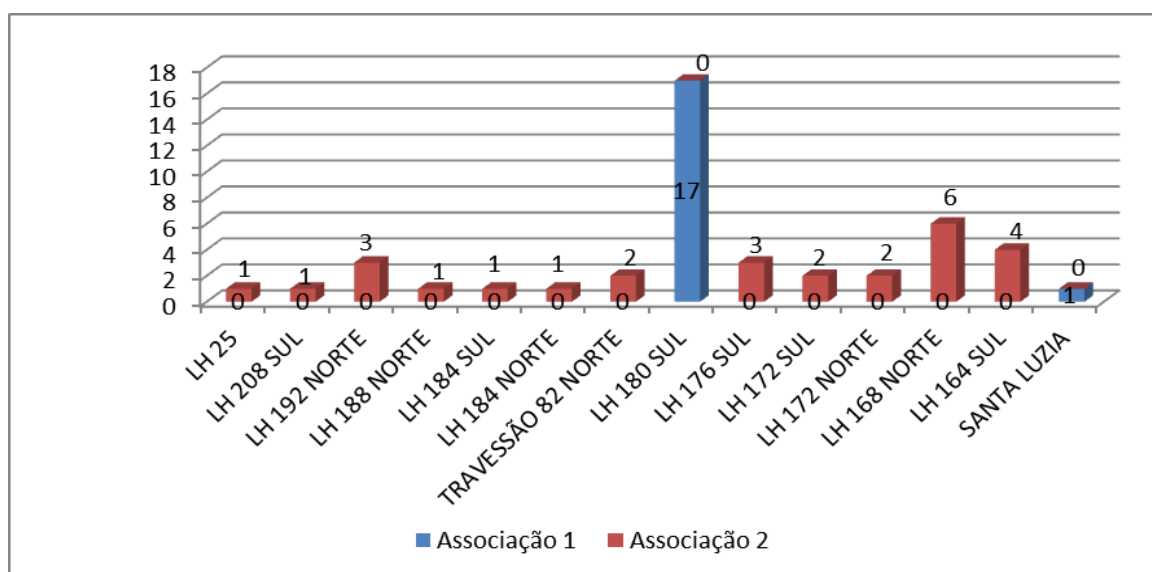
Os dados do PAA em Rolim de Moura demonstram que o montante total disponibilizado é significativo e que pode impactar positivamente a região. Além dessa relação, o valor em torno de R\$300,00 para cada DAP representa 41,43% do Salário Mínimo de R\$724,00 (2014) e que é mais importante a segurança da remuneração, indicando ao detentor do DAP que pode realizar despesas. Em 2003 a renda Rural no Brasil era de R\$873,94 e de Rondônia era de R\$1.641,83, e no ano de 2006, essa renda em Rondônia era de R\$1107,12, o que representa em torno de 27% da renda total.

CAPÍTULO 5 - APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Neste item, estão elencados os dados da pesquisa em forma de figuras e quadros, seguidos de uma breve descrição, foram escolhida, estrategicamente, uma vez que na próxima parte do texto dissertativo, figurarão os resultados que são as discussões desses dados, segundo os teóricos adotados para a análise.

Na figura 8, há a demonstração do número de entrevistados residentes em cada linha vicinal do Município. Na Linha 180, lado Sul, há a maior incidência de associados, o que se explica pela cultura do associativismo, iniciada há aproximadamente 30 anos.

Figura 8 – Pessoas entrevistadas por linhas vicinais



Fonte: Mateus, 2014.

De uma linha para outra percorre uma trajetória de 4 (quatro) quilômetros e cada linha conta com aproximadamente 25 (vinte e cinco) quilômetros de extensão.

No município de Rolim de Moura há, como se apresenta na figura 7, linhas vicinais, nas quais residem pessoas, em número de 45 (quarenta e cinco) que compõem as associações estudadas por este pesquisador.

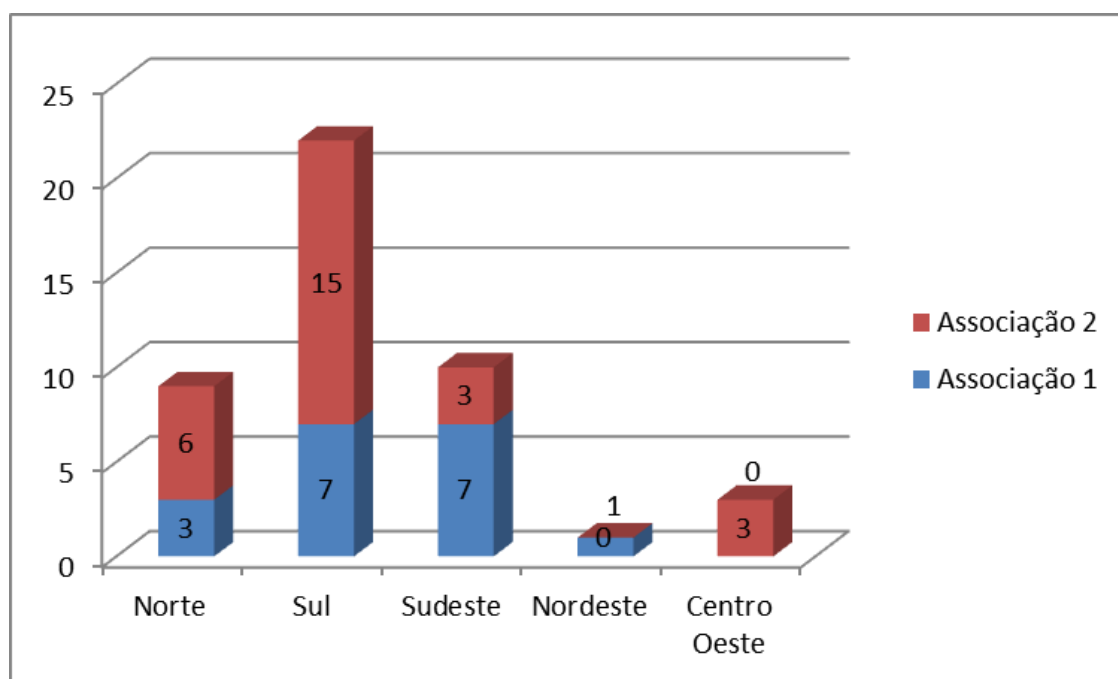
Na referida figura, não aparecem entrevistados da linha 204, em ambas as direções, nem da linha 196, lados Norte e Sul. Isso quer dizer que nessas regiões o predomínio da atividade econômica não é a agricultura, isto é, a familiar, mas a

predominância da pecuária, das grandes fazendas de gado de corte e pouco gado leiteiro.

A linha 196, lado Sul, faz divisa com outro município. Nesta região, encontram-se áreas maiores com predominância de pecuária, cuja abrangência das terras alcança os dois municípios: Rolim de Moura e Santa Luzia D'Oeste. É também o caso da linha 204, lado Sul. No entanto, em ambas as linhas, no lado Norte, a divisa dessas é com o município de Cacoal.

Os dados demonstram que a maior parte dos entrevistados (Figura 08) são migrantes das várias regiões do Brasil; a história da migração em RO mostra que inicialmente buscavam a terra para plantio

Figura 9 – Regiões do país de onde migraram



Fonte: Mateus, 2014.

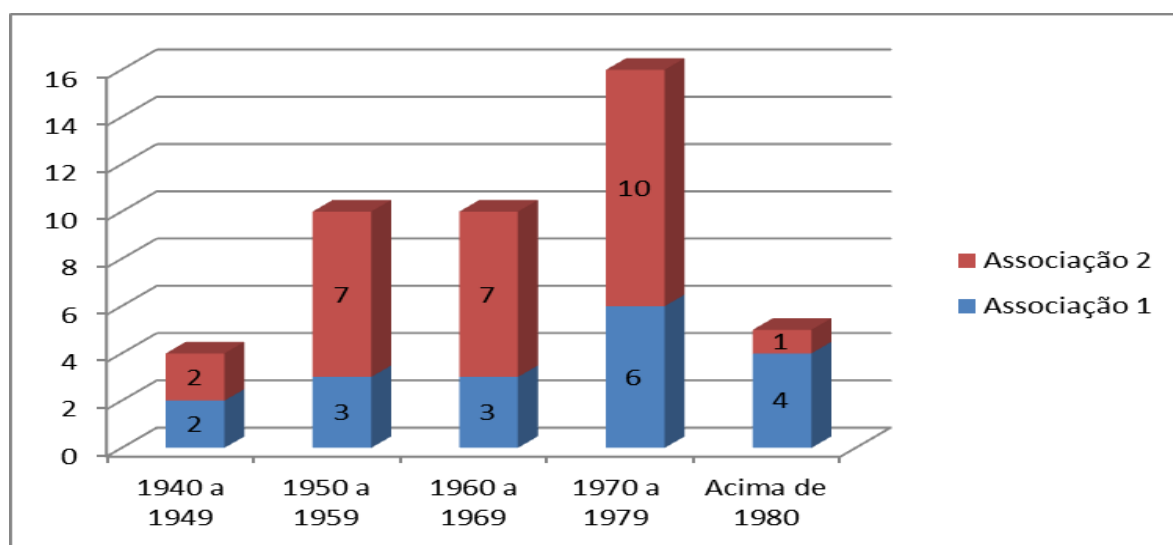
As famílias participantes da pesquisa fazem parte do grupo de migrantes vindos das regiões centro-sul do Brasil, motivadas pelo Governo Federal, via Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e pelos Projetos de Integração e Colonização - PICs, na década de 1970 e 1980. Já os mais jovens, os filhos dos migrantes, nascidos em Rondônia.

O processo migratório acontece desde o começo da história da humanidade. Na Constituição Brasileira consta o direito de ir e vir do cidadão. Para tanto, as condições que ocorreram as migrações a Rondônia têm origem na visão do grande espaço vazio do Brasil, que precisava ser ocupado, momento em que o Governo da época utilizou a frase: “Integrar para não entregar”.

A integração pretendida pelo Governo Federal, à época da colonização agrícola, ocorreu em meios termos, se considerarmos os espaços no sentido amplo. Os espaços sociais, tais como escola e saúde, ficaram relegados em segundo plano.

O espaço territorial foi ocupado, nem sempre pelos agricultores, pelo trabalhador rural, mas por grandes proprietários de terra, por isso, o vazio populacional continua, uma vez que no lugar onde poderiam estar diversos pequenos agricultores está um e outro latifundiário, criando gado de corte, com a terra coberta de capim, como as linhas 196 e 204, mencionadas anteriormente, quando deveriam estar produzindo grãos ou outro tipo de alimento para o abastecimento da sociedade rolimourense.

Figura 10 – Faixa etária dos entrevistados



Fonte: Mateus, 2014.

A faixa etária dos pesquisados chama a atenção para o grande declínio dos interessados a viver no campo. Entre os mais velhos, estão os com mais de 60 anos, entre os mais jovens estão os com menos de 30 anos. A explicação pode estar na ideia de que a cidade está “pintada” como ideal para a modernidade e

permanecer no campo é atraso, a agricultura está em decadência, os jovens não querem trabalhar na lavoura. Nesse comparativo, podemos dizer que as pessoas que estão hoje na zona rural são as mais velhas ou de média idade. Como consequência disso, podemos detectar o declínio de mão de obra para executar os serviços diários.

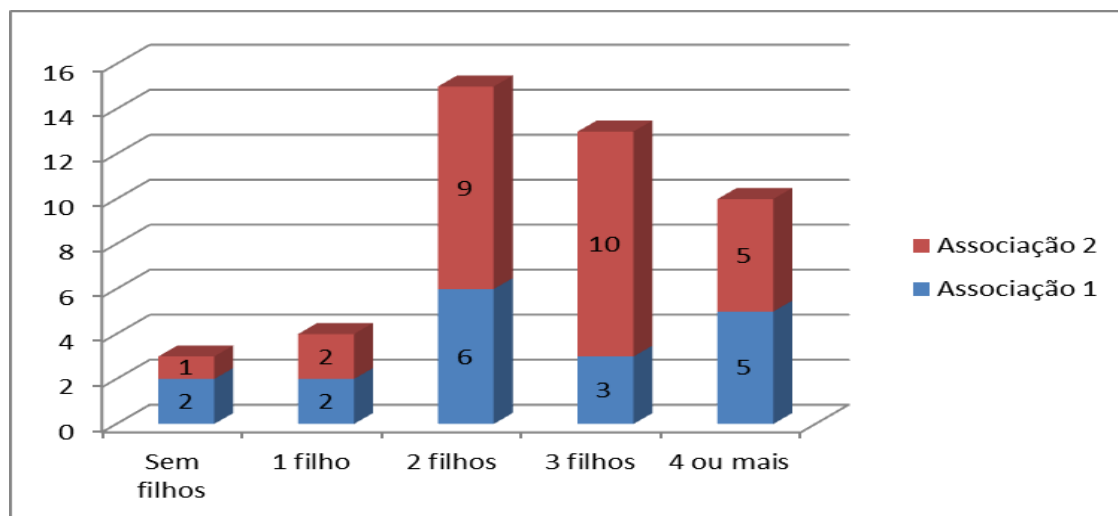
Consideramos oportuna a identificação da esperança de vida no município:

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Rolim de Moura, a esperança de vida ao nascer aumentou 8,6 anos nas últimas duas décadas, passando de 64,9 anos em 1991 para 69,5 anos em 2000, e para 73,5 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 73,0 anos e, para o país, de 73,9 anos (http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/rolim-de-moura_ro. Acesso em 23 de agosto de 2014).

Essa informação sobre a perspectiva de vida do rolimourense, associada à ideia de que as periferias da cidade estão “inchadas” justifica que agricultura parece não ser uma atividade atrativa para jovens, que preferem evadir-se da zona rural para centros urbanos, pleitear cursos de áreas com tarefas mais rentáveis e, sobretudo, menos exaustivas como são as da lavoura, cuja densidade exige esforços físicos, além de cuidados e planejamento técnico.

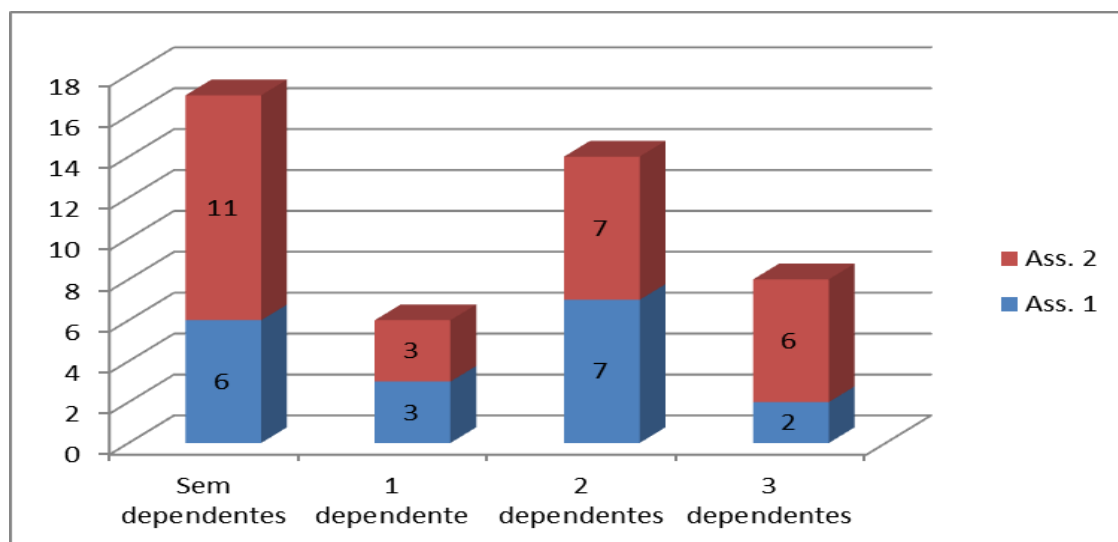
Pela ótica conservadora, a agricultura obedece aos conceitos necessários para entender o funcionamento de cada fase do mecanismo cíclico agrícola, que vai desde o preparo do terreno até a comercialização, no próprio local de produção, ou fora dele, dos produtos propriamente ditos, e destes retornando em forma de investimento monetário para a expansão ou manutenção dos meios de produção, sem mencionar na satisfação das necessidades da família agricultora, sejam elas básicas ou não.

Pela ótica atual, pode-se dizer se que a agricultura familiar se desse com o auxílio de tecnologias como as máquinas de plantio e colheita, isto é, com implementos que “aceleram” o trabalho no campo, talvez as atividades da lavoura fossem mais sedutoras ao jovem agricultor.

Figura 11 – Número de filhos por família

Fonte: Mateus, 2014.

Das famílias entrevistadas três não têm filhos, quatro têm apenas, quinze com dois, treze com três e dez com quatro ou mais de quatro filhos.

Figura 12 - Número de dependentes na família

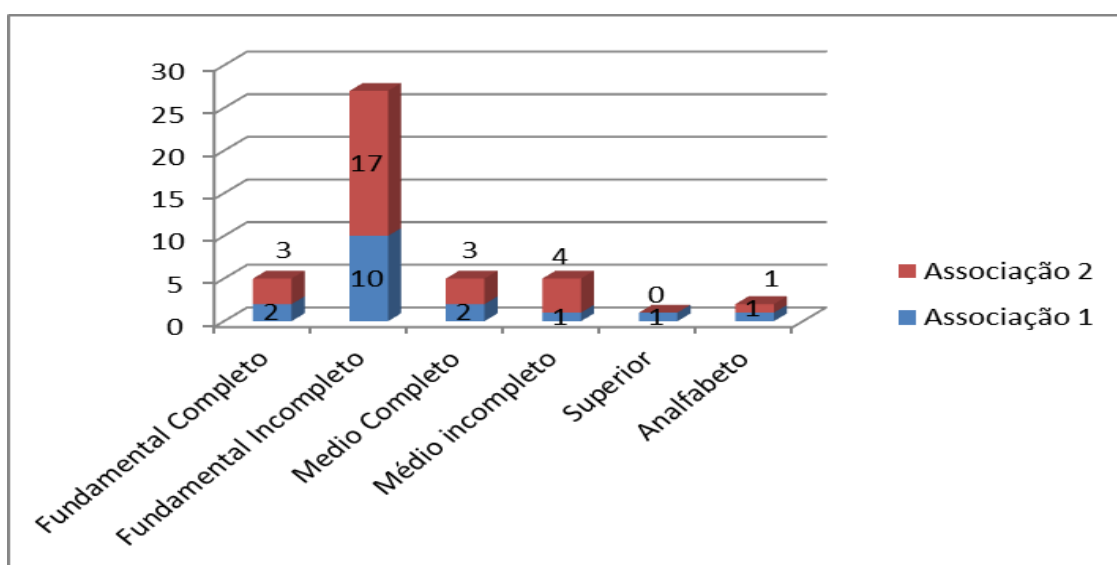
Fonte: Mateus, 2014.

Das 17 famílias, 14 têm filhos que são maiores de idade e possuem suas rendas, portanto não são dependentes, seis têm apenas um, quatorze têm dois dependentes e oito famílias com três dependentes.

Em dezessete famílias os filhos são maiores de idade e não moram mais com os pais. Podemos também dizer que o controle de natalidade tem influenciado as

famílias da zona rural, que estão preocupadas com o número de filhos, sendo este bem abaixo do comparado a outras épocas, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, em que o número de filhos, em geral, era bem maior do que o registrado. Os programas de atendimento médico e assistenciais à família têm auxiliado na mudança do número de pessoas, que hoje em Rondônia é menor que 4.

Figura 13 – Nível de escolaridade dos entrevistados

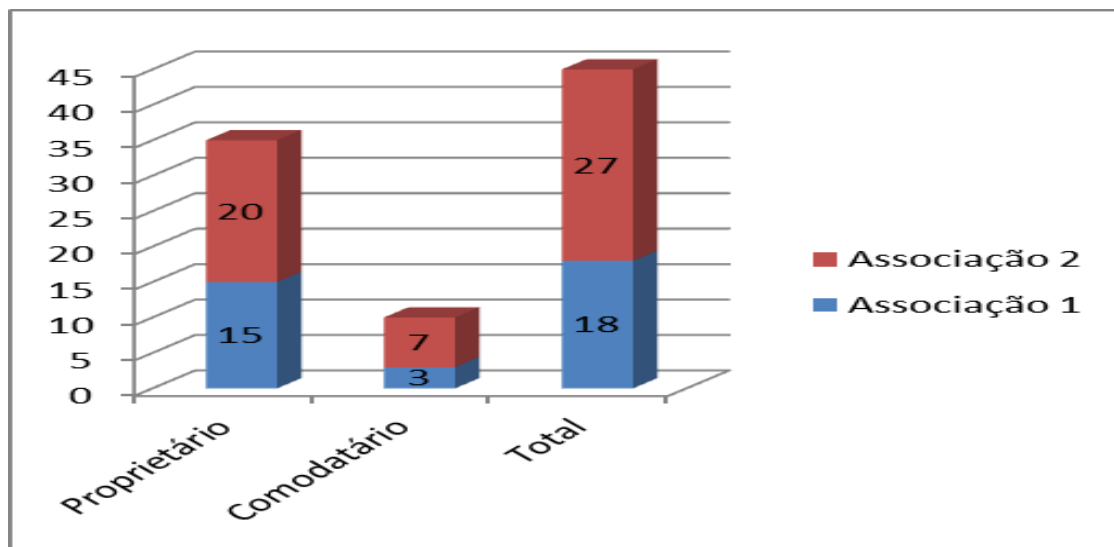


Fonte: Mateus, 2014.

Dos entrevistados, 5 possuem ensino fundamental, 27 não terminaram o ensino fundamental, 5 terminaram o ensino médio, 5 não conseguiram terminar o ensino médio, somente 1 possui nível superior e 2 são analfabetos. Assim, neste quadro percebemos que é baixa escolaridade entre os entrevistados, exceto dois, os outros não são analfabetos.

Cabe aqui uma discussão de que o acesso a crédito e tecnologias prescinde a formação, escola, compreensão, portanto, a realidade não mudará enquanto não alterar o quadro. Assim, tendo baixo interesse dos jovens, há baixa escolaridade.

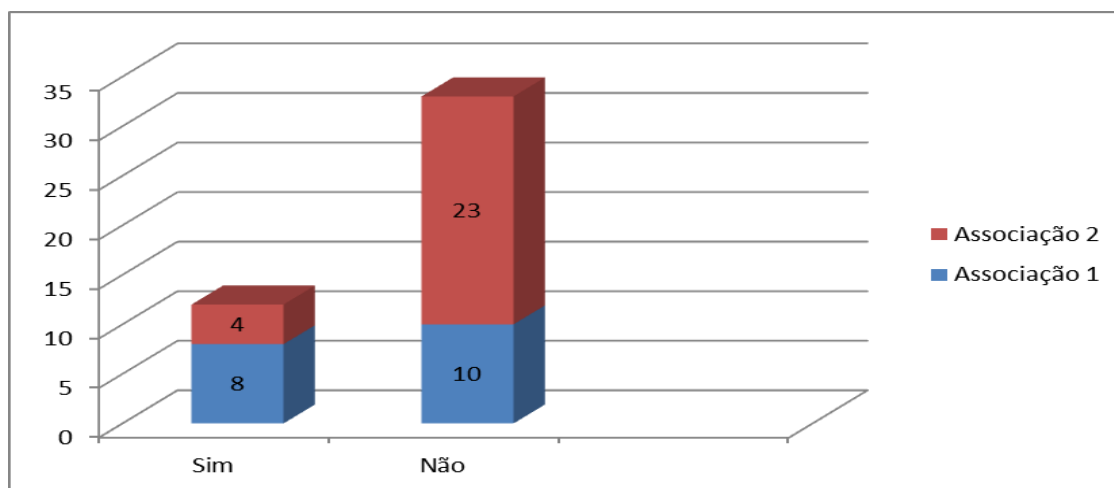
Figura 14 – Situação do agricultor em relação à propriedade da terra



Fonte: Mateus, 2014.

Nas duas Associações pesquisadas, os produtores, em sua maioria, são proprietários (15 na AFAR e 20 na ADAGRIN), sendo 3 comodatários da AFAR e 7 da ADAGRIN.

Figura 15 – Trabalho em parte do ano com relação de emprego



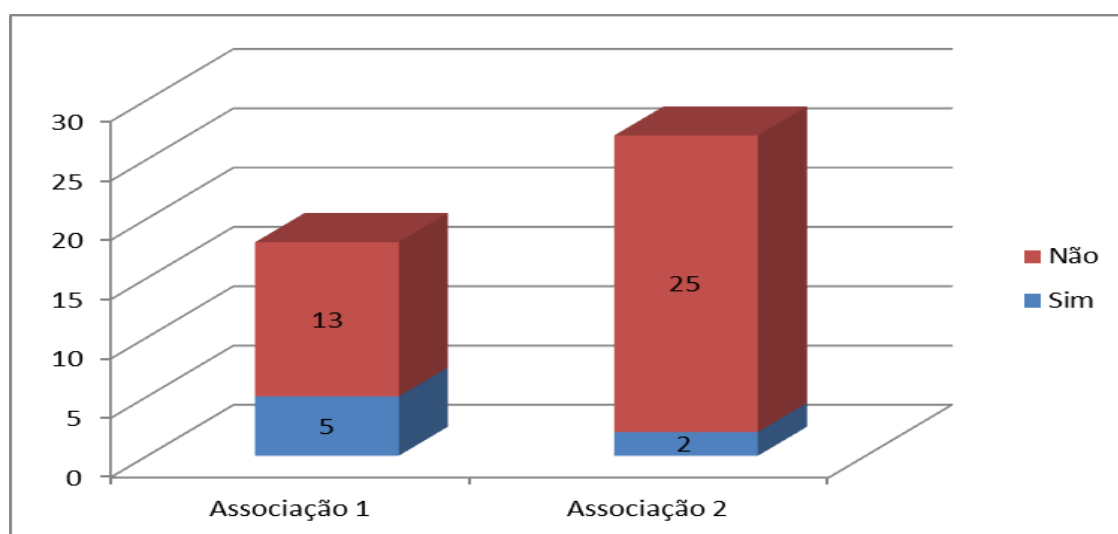
Fonte: Mateus, 2014.

Entre os produtores da Associação AFAR, 8 têm trabalho parte do ano em serviços fora da propriedade, já, na ADAGRIN, somente 4. Na AFAR, 10 dos participantes só trabalham dentro da propriedade e 23 na ADAGRIN. Portando, a maioria não utiliza nenhuma parceria para trabalho no sítio, sendo capaz de manter sua demanda somente com a mão de obra familiar. O que parece ser positivo, por

garantir maior renda familiar e custo mais baixo de produção, uma das características da Agricultura Familiar.

Como se nota, é pequeno o número de pessoas que trabalham fora de sua propriedade. Isso nos permite dizer que as atividades pertinentes ao PAA são muitas e exigem do proprietário mão de obra constante, por isso ele é obrigado a investir o seu tempo no trabalho, de modo a dominar o processo de sua produção.

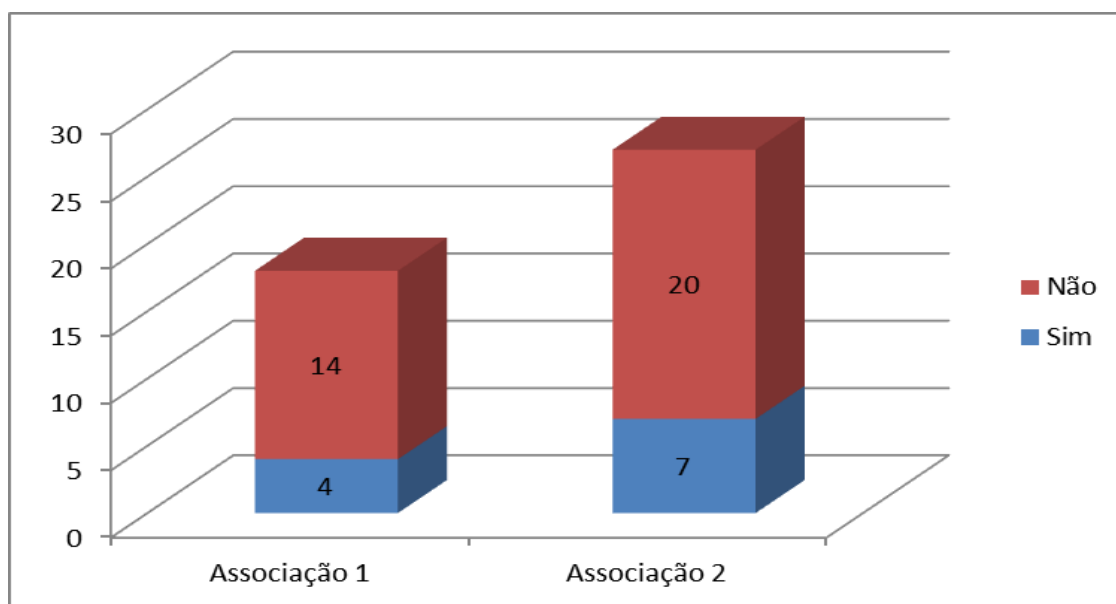
Figura 16 – Venda de dias de serviço



Fonte: Mateus, 2014.

Entre os produtores entrevistados, 7 vendem dias de serviço, sendo 5 na AFAR e 2 na ADAGRIN. Outros 13 na AFAR e 25 na ADAGRIN não vendem, ou seja, na sua maioria a mão de obra é consumida dentro da propriedade em afazeres diários para manter a produção.

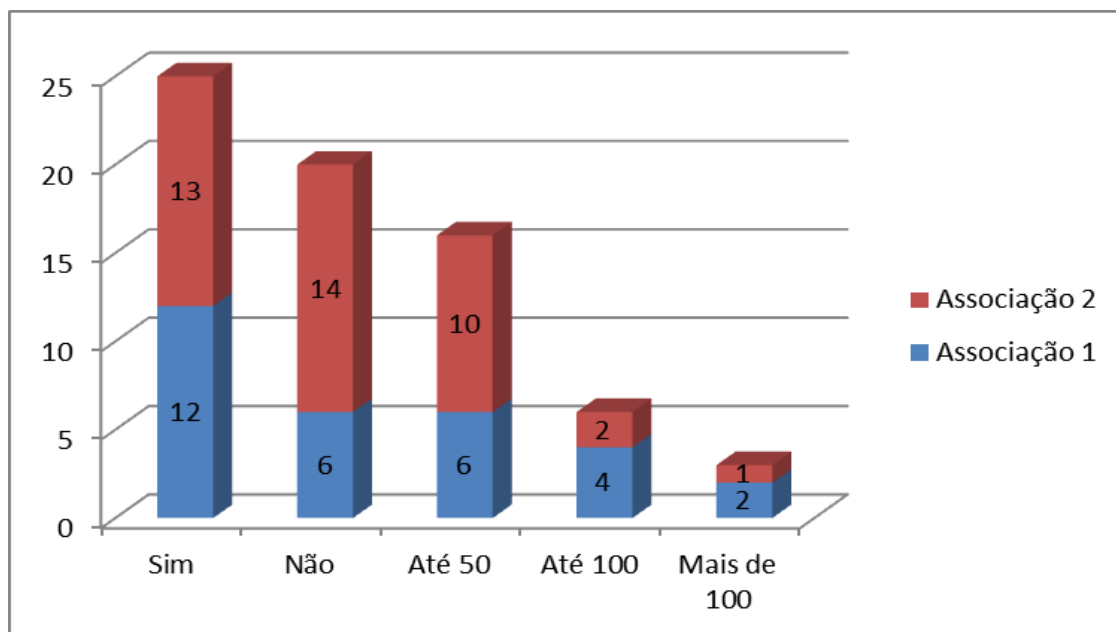
Embora o trabalho na propriedade já intenso, há aqueles que exercem outra ocupação, fora do ambiente rural, conciliando as tarefas de cada trabalho, conforme demonstra a figura 17.

Figura 17 – Exercício de outra ocupação

Fonte: Mateus, 2014.

Na AFAR, 4 pessoas entrevistadas têm outras ocupações além da atividade agrícola, e na ADAGRIN 7 pessoas, sendo que na sua maioria ocupam o tempo em atividades na propriedade, 14 da AFAR e 20 da ADAGRIN não têm outra ocupação.

A reflexão que faz sobre a busca de outra ocupação, fora da propriedade, tem duas interpretações: as tarefas da lavoura estão todas organizadas ou o trabalhador precisa complementar a renda, visto que o que produzem sem e/ou com PAA não satisfaz suas necessidades econômicas.

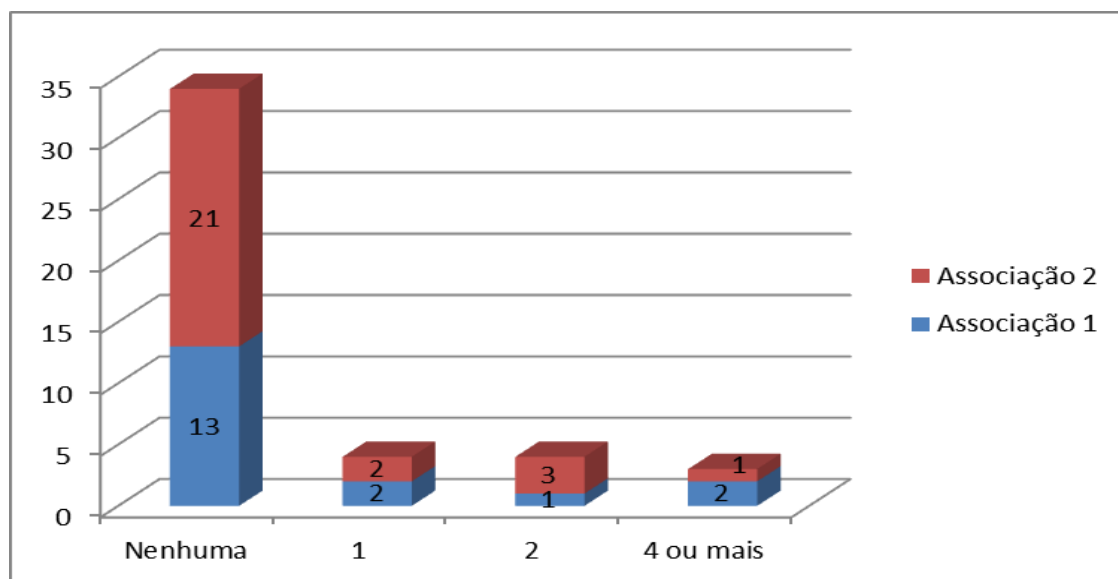
Figura 18 – Utilização de trabalho temporário

Fonte: Mateus, 2014.

Na AFAR, 12 dos entrevistados pagam dias de serviços temporários, sendo que 6 disseram pagar mais de 50 diárias anuais e 4 pagam até 100 diárias por ano e 2 pagam mais de 100 diárias anuais. Na ADAGRIN, 13 pagam diárias sendo que 10 pagam até 50 diárias, 2 pagam até 100 diárias e 1 paga mais de 100 diárias anuais. Seis dos entrevistados da AFAR não pagam diárias e 14 da ADAGRIN.

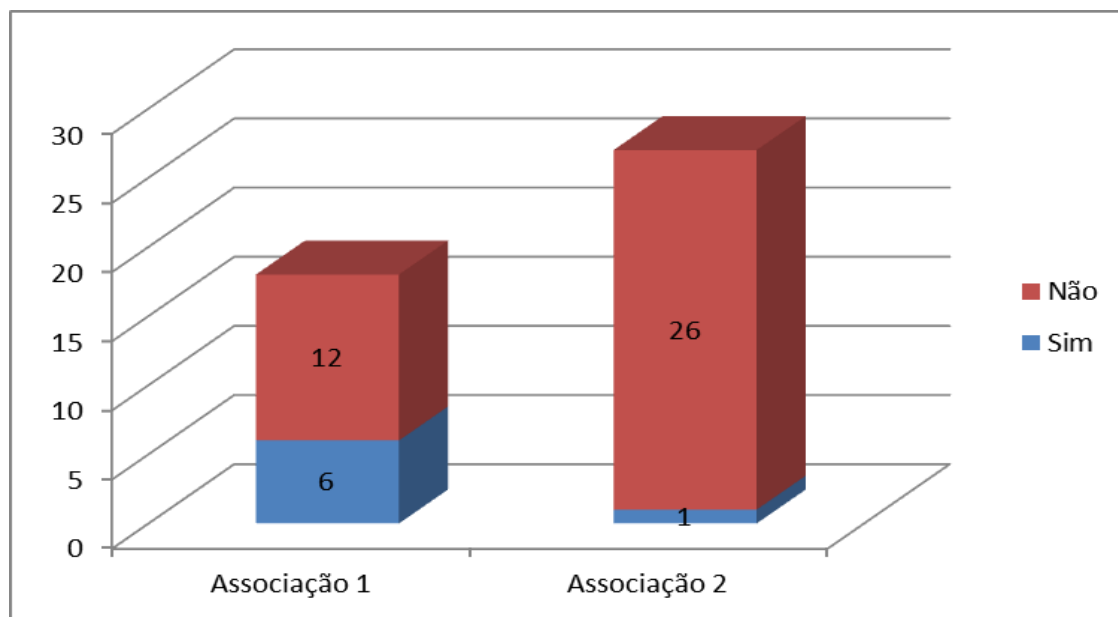
Embora a prática agrícola na região estudada tenha se demonstrado sólida, em especial no contexto da AFAR, cujos membros se dedicam ao trabalho na lavoura há aproximadamente três décadas, os membros de algumas famílias não adotaram o campo como espaço profissional, preferiram migrar para a cidade e exercer atividade diversa daquela de seus pais.

Na figura a seguir, aparecem dados sobre a migração de pessoas de famílias entrevistadas, considerando os critérios: (1) nos últimos dez anos [2003-2013]; (2) mais de quatro anos; (3) dois anos e: (4) um ano de migração.

Figura 19 – Pessoas da família que migraram para centros urbanos

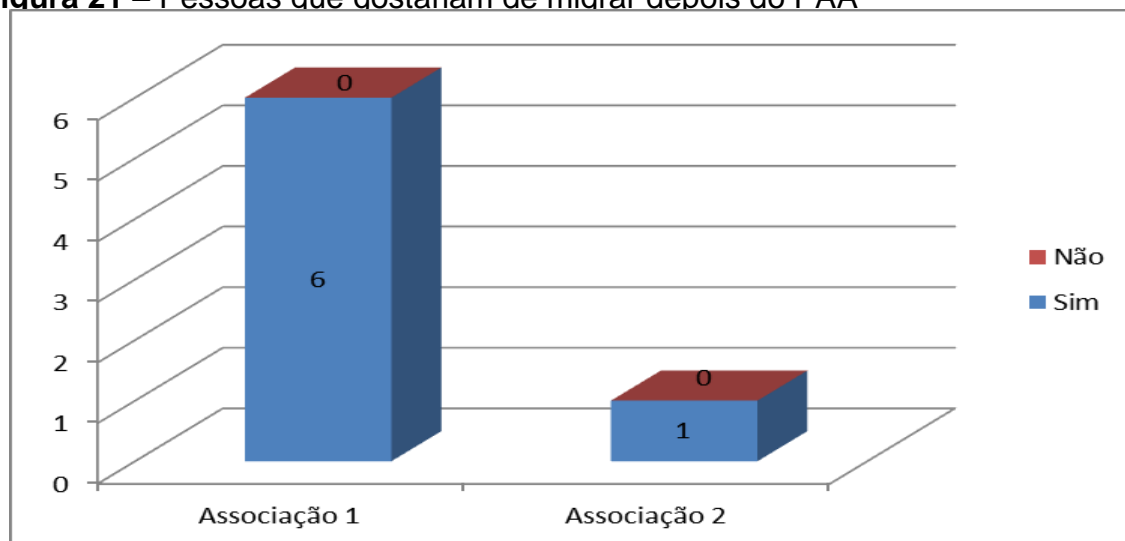
Fonte: Mateus, 2014.

É pequeno o número de migrantes pertencentes às famílias estudadas. No espaço de dez anos, ninguém migrou do campo à cidade. 3 pessoas migraram há mais de quatro anos, sendo duas da AFAR e uma da ADAGRIN. Nos últimos dois anos, somente 4 migraram, uma da AFAR e 3 da ADAGRIN. De um ano até aqui, também quatro pessoas, sendo duas de cada associação.

Figura 20 – Pessoas que gostariam de ter migrado antes do PAA

Fonte: Mateus, 2014.

Essa pergunta foi dirigida aos entrevistados, detentores do registro do PAA, com o intuito de saber se antes da implantação do programa, tiveram interesse em migrar para centros urbanos. Desses, sete declararam que gostariam de ter migrado, no entanto, a sua ampla maioria não teve vontade alguma de mudar-se para cidade, conforme afirmam 12 dos entrevistados da AFAR e 26 da ADAGRIN.

Figura 21 – Pessoas que gostariam de migrar depois do PAA

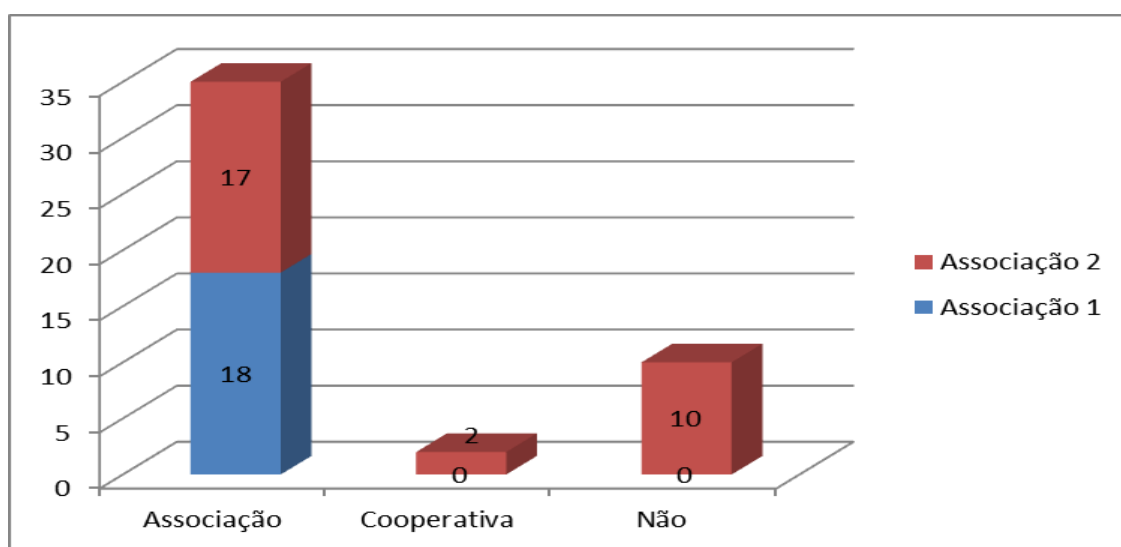
Fonte: Mateus, 2014.

Os mesmos entrevistados, que na pergunta anterior disseram ter tido vontade de migrar, com a implantação do PAA, desistiram do intento, permanecendo no meio rural, no exercício da agricultura.

O papel das associações e do PAA, nesse sentido, influenciaram também nas decisões do associado, que prefere permanecer no campo, usufruindo das vantagens que estes lhes oferecem a migrar para um centro urbano. Percebe-se, então, que as políticas públicas agrícolas corroboram para que o êxodo rural seja minimizado, além de contribuir com a organização do homem campestino.

Em geral, as associações, na zona rural, localizam-se em ponto estratégico, onde reside a maioria dos membros, de modo a facilitar o acesso de todos os que precisarem deslocar-se em busca de informações e/ou participarem de assembleias. Visando confirmar isso, perguntamos se há algum tipo de organização próximo de onde reside o entrevistado, conforme Figura 21.

Figura 22 – Locação de sindicato, associação ou cooperativa perto do entrevistado

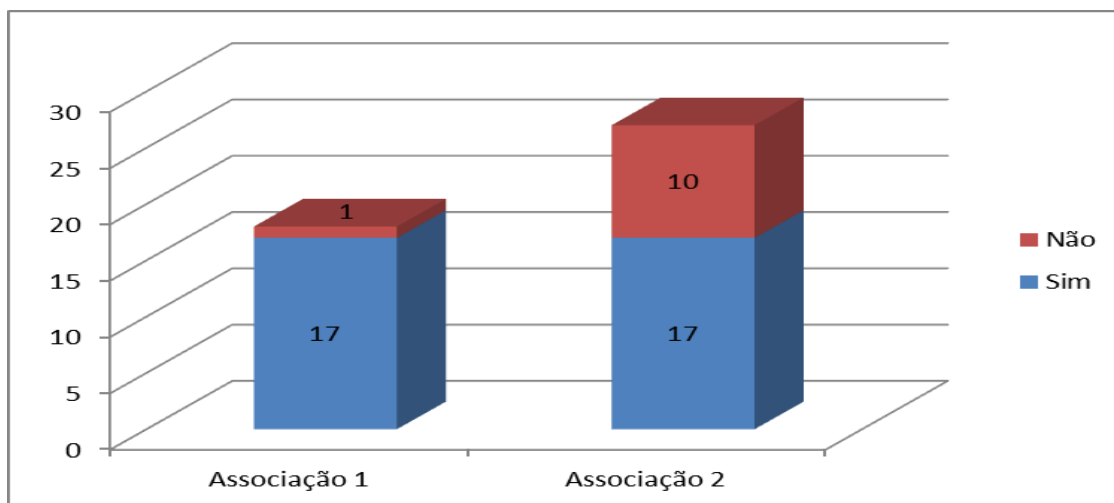


Fonte: Mateus, 2014.

Nessa questão, quisemos saber se havia outro tipo de organização – que não as de agricultura familiar – como as cooperativas, por exemplo, próximo da residência do entrevistado. Obtivemos como respostas que os associados da AFAR, 18, estão todos nas proximidades de sua sede, o que facilita a comunicação e os encontros entre os associados. Já, os associados da ADAGRIN não têm essa mesma facilidade, considerando que, como já mencionado, residem em várias linhas

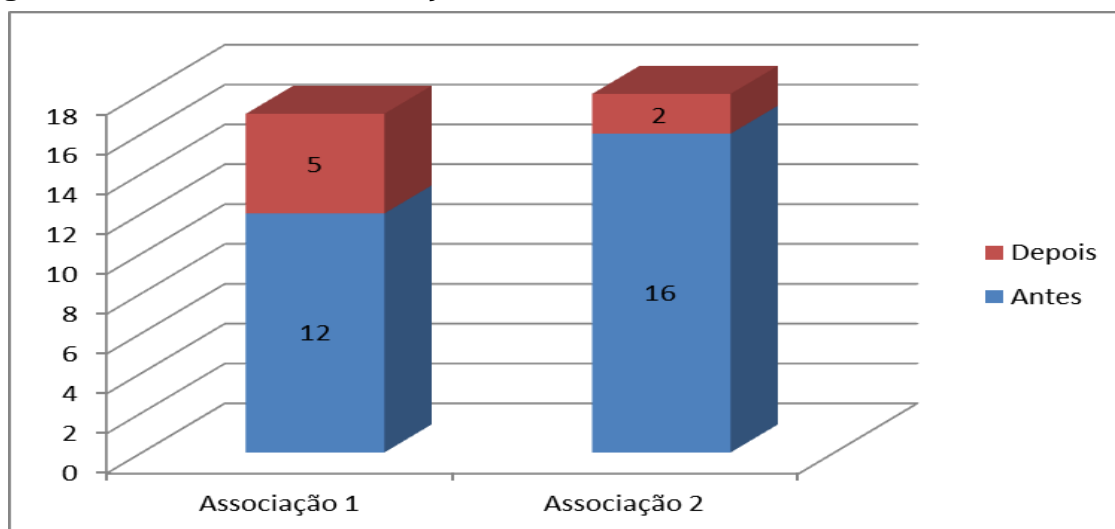
do município de Rolim de Moura, sendo 10 dos entrevistados os que moram longe da associação e não têm nenhuma outra organização próxima deles.

Figura 23 – O entrevistado é associado?



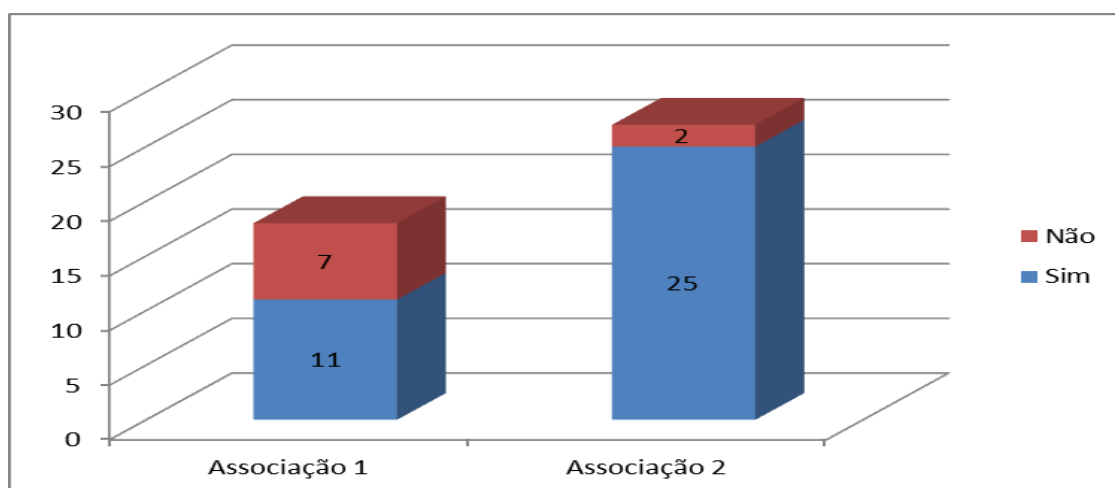
Fonte: Mateus, 2014.

Entre os integrantes da AFAR, 17 são associados, somente 1 dos entrevistados participa do programa vendendo pela cota da associação sem ser associado. Enquanto que na ADAGRIN, 17 são associados e 10 beneficiam-se do programa PAA comercializando seus produtos pela associação, mas não são associados. Justificam isso por morarem em linhas distantes das associações, com acesso difícil à sede, o que dificulta a participação efetiva em encontros e trabalhos de natureza coletiva.

Figura 24 – Período da associação do entrevistado

Fonte: Mateus, 2014.

A maioria dos entrevistados efetivou sua associação antes do PAA. Sendo que 12 na AFAR são sócios antigos e 16 na ADAGRIN. Cinco na AFAR se associaram após as ações do PAA e na ADAGRIN somente 2. São pessoas que buscam unir-se em associação e cooperativas por acreditarem na coletividade e por facilidades existentes previstas nas políticas do PAA.

Figura 25 – Participa do Sindicato Rural?

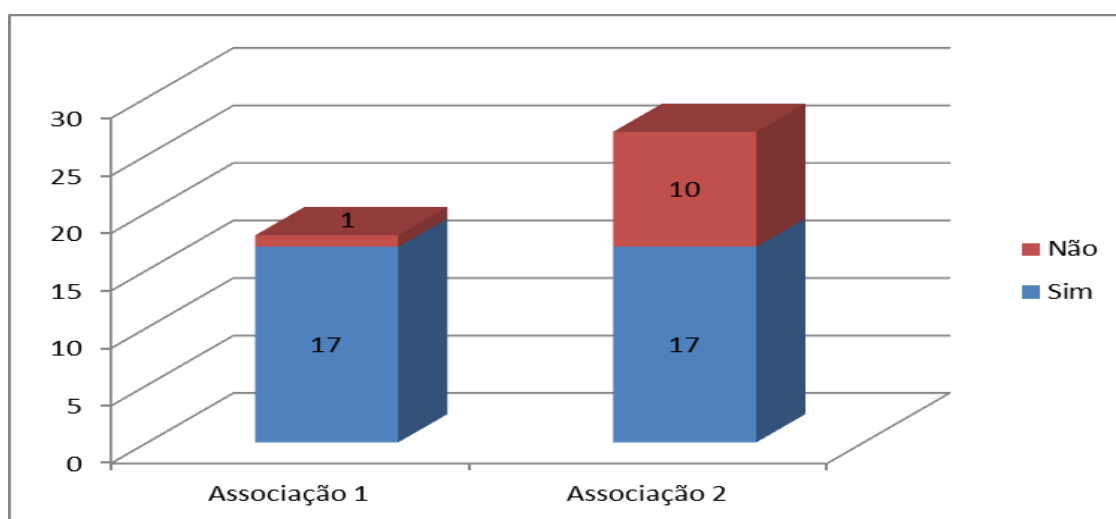
Fonte: Mateus, 2014.

Entre os entrevistados, 11 da AFAR são sindicalizados e 25 da ADAGRIN, sendo que 7 não participam da AFAR e 2 da ADAGRIN não são filiados ao Sindicato

Rural. A filiação em sindicatos rurais é uma vantagem para o agricultor, considerando as garantias previstas pela Constituição de 1988. Vantagem essa que facilita à categoria a defesa de direitos individuais ou coletivos, sem contar com a comprovação, na hora da aposentadoria, da profissão de agricultor.

As referidas políticas públicas do Governo Federal incentivam as organizações de moradores rurais a experimentarem as práticas coletivas, as discussões democráticas, o planejamento conjunto, que resulta, em geral, num ambiente favorável ao envolvimento social.

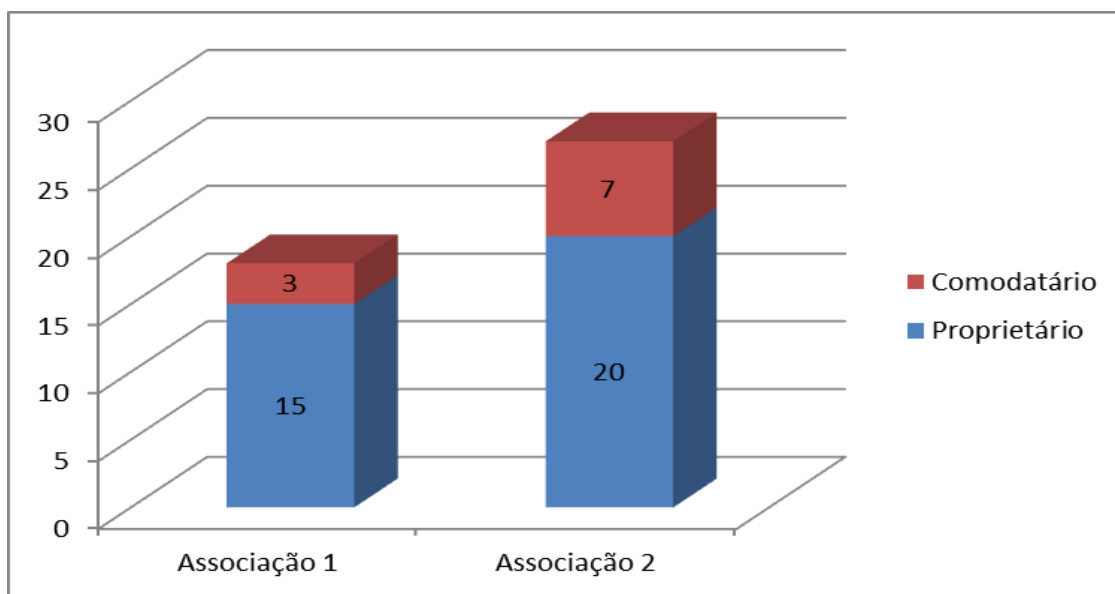
Figura 26 – Envolvimento social depois do PAA



Fonte: Mateus, 2014.

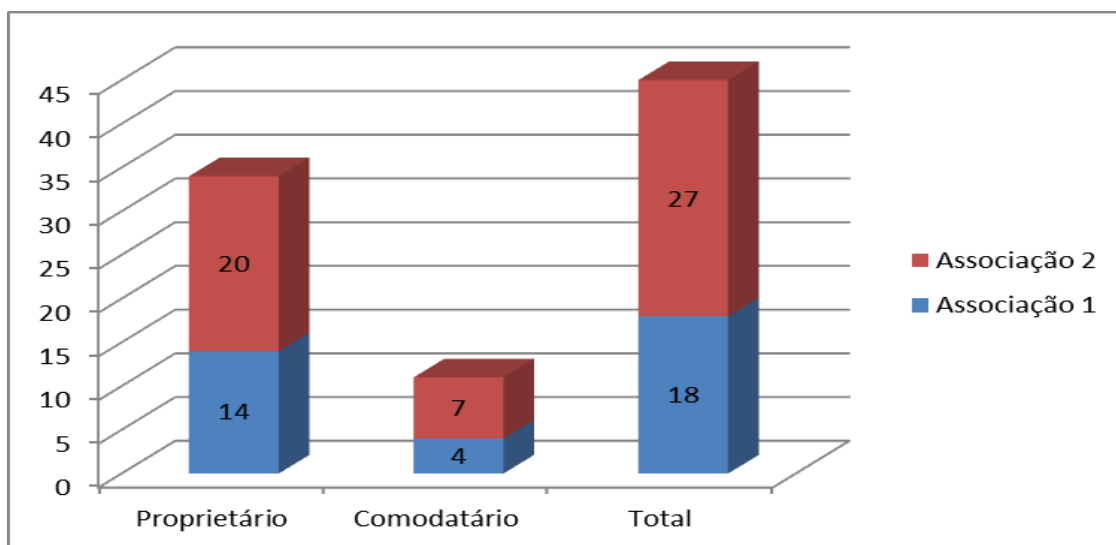
Na AFAR, somente uma pessoa afirma que não houve envolvimento. Na ADAGRIN, 10 pessoas também fazem a mesma afirmação. As demais consideram que, com o advento do PAA, houve maior participação social. Na opinião desses, cresceu o envolvimento dos agricultores na discussão de problemas, no planejamento e na decisão quanto à escolha de produtos listados pela CONAB, os hortifrutigranjeiros, que seriam plantados nas áreas agrícolas.

Ao estudo interessava saber também se o agricultor entrevistado detinha a posse legal da terra, se era comodatário, meieiro, ou se estabelecia uma relação contratual com algum outro tipo de percentagem. Para ter essa informação, foram feitas duas perguntas, estabelecendo como referência o antes e o depois do PAA. As quais aparecem nas Figuras 27 e 28.

Figura 27 – Condição legal do produtor antes do PAA

Fonte: Mateus, 2014.

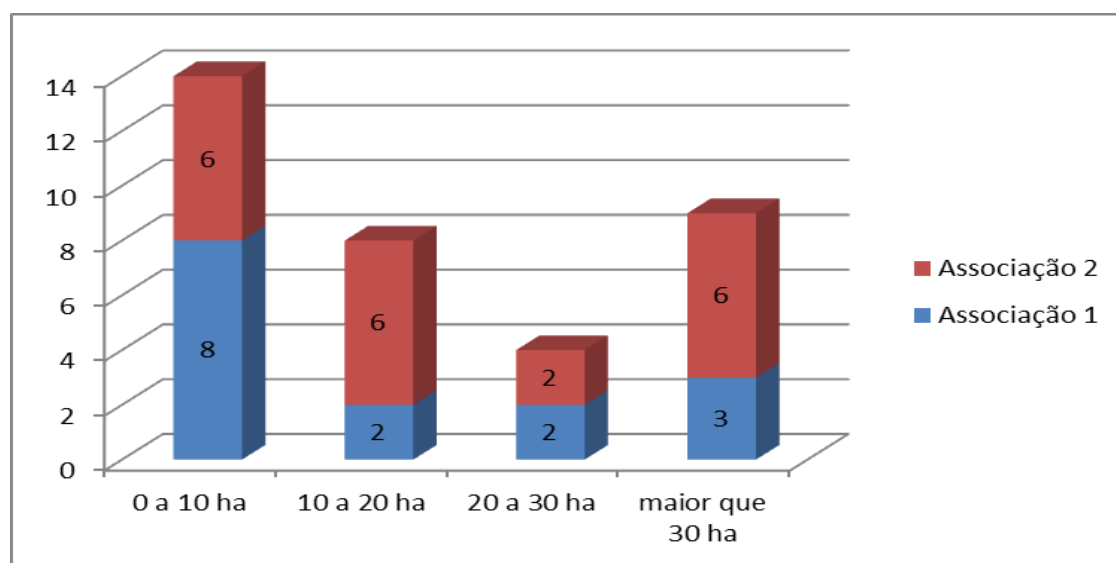
Na AFAR, 15 dos entrevistados eram proprietários legais das terras utilizadas na produção de alimentos antes do PAA e 20 da ADAGRIN. Três da AFAR eram comodatários e 7 na ADAGRIN. Esses dados demonstram que os agricultores estudados não pagavam renda, considerando serem proprietários ou comodatários. Estes últimos, ainda que não tivessem a posse legal da terra, utilizavam-na como empréstimo. Esse uso da área é facultado, em geral, a filhos de proprietários.

Figura 28 – Condição legal do produtor depois do PAA

Fonte: Mateus, 2014.

Observamos que aumentou depois do PAA na AFAR o número de comodatário, passando de 3 para 4. Isso denota que um outro proprietário de terra atribuiu a um filho o uso da terra sem o repasse de parte dos lucros ali produzidos. Prática essa que se demonstrou comum nas duas associações.

As quatro próximas figuras estão relacionadas ao tamanho da propriedade e se houve aquisição de novas áreas, bem como aos costumes do agricultor no tocante ao uso das dimensões de sua terra.

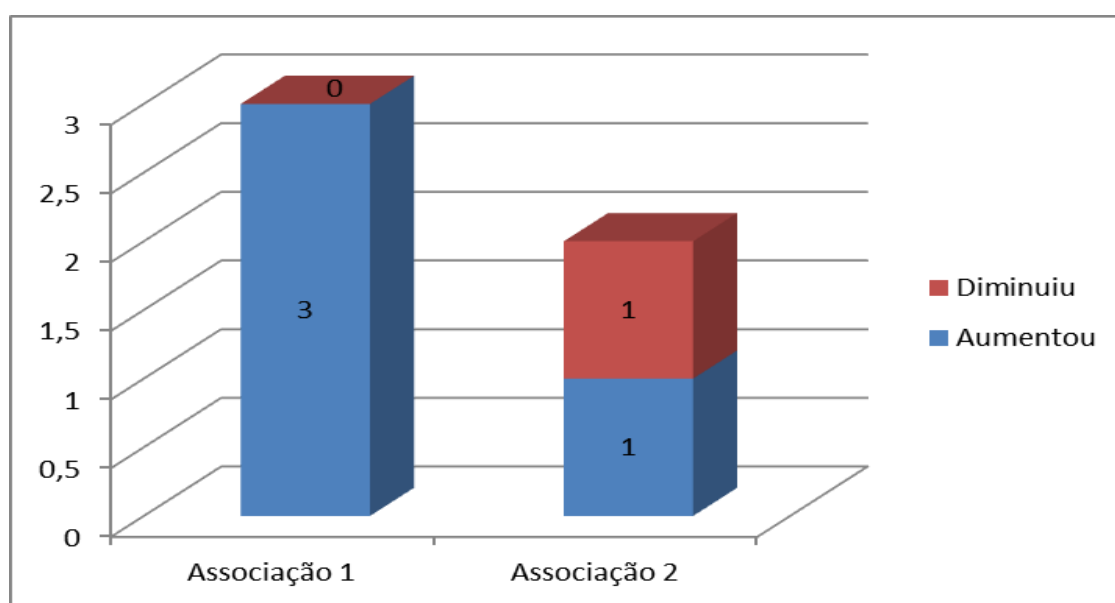
Figura 29 – Tamanho da propriedade do entrevistado

Fonte: Mateus, 2014.

As respostas foram agrupadas considerando quatro parâmetros; (1) de 0 a 10 ha; (2) 10 a 20 ha; (3) 20 a 30 ha e; (4) mais de 30 hectares, sendo o máximo encontrado 100 ha. Na ADAGRIN, 6 agricultores possuem menos de 10 ha. Dois, na AFAR, entre 10 a 20, já, na ADAGRIN, 6 possuem entre 10 e 20 hectares. São proprietários de 20 a 30 ha 2 pessoas em ambas as associações. Possuem propriedade com dimensão maior de 30 ha, 3 agricultores, na AFAR e 6, na ADAGRIN.

Entre os produtores entrevistados não foi encontrado nenhum com 240 ou mais hectares, o que corresponde a quatro módulos de terra. Se isso tivesse ocorrido, descredenciaria o produtor de participante da Agricultura Familiar, sendo, nesse caso, um agricultor, não mais de pequeno porte.

Figura 30 – Alteração no tamanho da propriedade depois do PAA



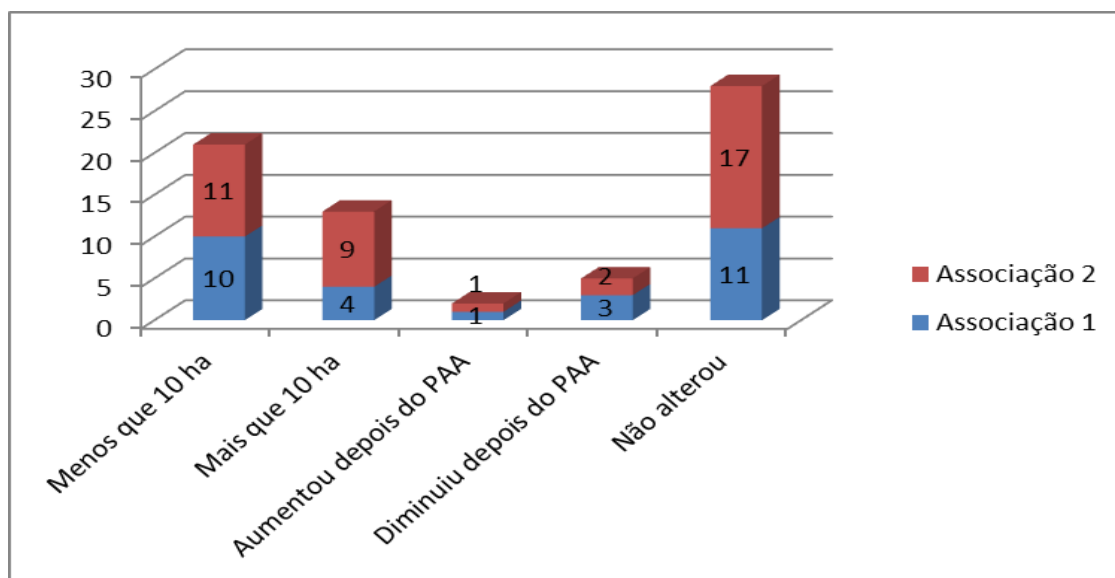
Fonte: Mateus, 2014.

Quanto à alteração do tamanho da propriedade, 3 entrevistados da AFAR e 1 da ADAGRIN declararam ter adquirido mais terras agricultáveis. Por outro lado, 1 agricultor da ADAGRIN revelou ter reduzido sua proporção de terra.

Desse dado, afirmamos que há maior intenção na manutenção dos espaços produtivos, na organização das atividades já praticadas na terra, visando à melhora

do que já fazem, sem a preocupação de ampliar ou reduzir as dimensões da propriedade.

Figura 31 – Área destinada à agricultura



Fonte: Mateus, 2014.

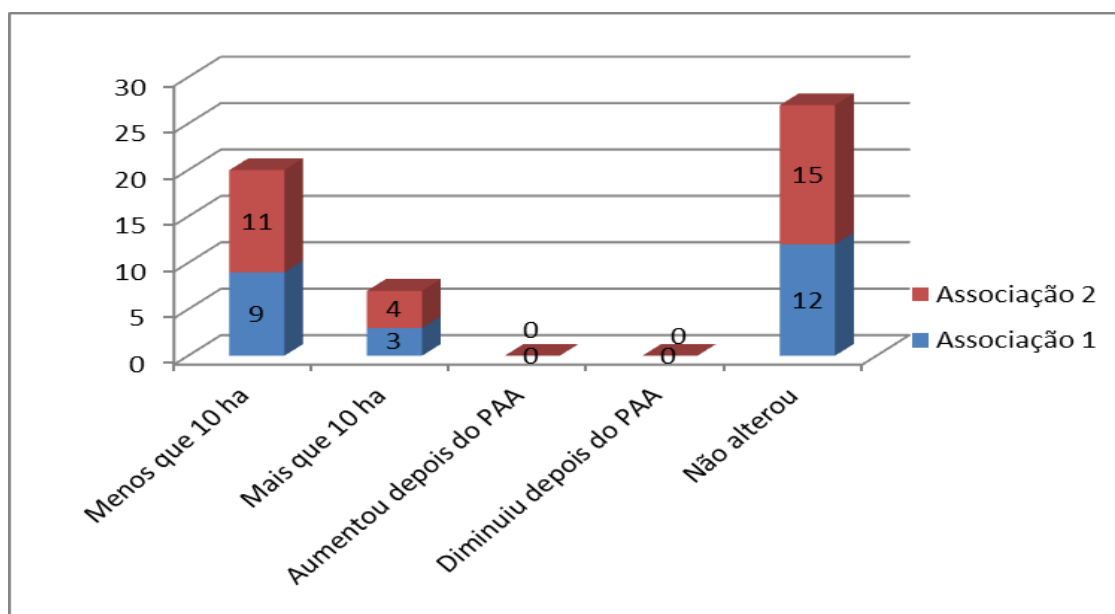
As áreas plantadas para atender ao programa são pequenas, inclusive, vários entrevistados reclamam por não poder aumentar seus plantios, considerando que o que produzem é vendido ao Governo, via CONAB, segundo a modalidade “Compra da Agricultura Familiar para doação simultânea” e o limite previsto, demonstrados no Quadro 2, desta dissertação.

Disseram os entrevistados que em uma pequena área de terra é possível obter uma produtividade alta. Foram nove (09) entrevistados na AFAR e dez (10) na ADAGRIN, que cultivam menos de dez (10) ha. Com mais de dez (10) ha, foram entrevistados 3 (três) na AFAR e oito (08) na ADAGRIN. Somente um (1) em cada associação aumentou a área plantada após o PAA. Diminuíram a área cultivada, após o PAA, dois (02) na AFAR e um (01) na ADAGRIN. Os que não alteram a área cultivada foram dez (10) na AFAR e um (01) na ADAGRIN.

Dos entrevistados, dez (10) na AFAR e onze (11) na ADAGRIN utilizam menos de dez (10) ha de terra para outras atividades agrícolas. Quatro (4) na AFAR e nove (9) na ADAGRIN cultivam mais de 10 ha com outras atividades agrícolas diferentes das do PAA. Observamos que pouco alterou com o advento do PAA, pois

11 na AFAR e 17 na ADAGRIN disseram que não ampliaram suas áreas de cultivo. No entanto, 3 na AFAR e 2 na ADAGRIN diminuíram o espaço de plantio. E somente 1 em cada associação aumentou a propriedade.

Figura 32 – Área de terra em estado natural



Fonte: Mateus, 2014.

Todos os entrevistados têm menos que quatro módulos¹⁸ de terra, ou seja, são pequenas propriedades e na sua maioria as reservas são áreas não agricultáveis, como Áreas de Preservação Permanente – APPs, das margens dos rios, podendo ser também pequenas reservas para tirar as madeiras necessárias para manter o sítio. Nove (9) propriedades na AFAR e 11 na ADAGRIN têm menos de 10 ha de reserva natural e somente três (3) propriedades na AFAR e quatro (4) na ADAGRIN têm mais de 10 ha de reserva.

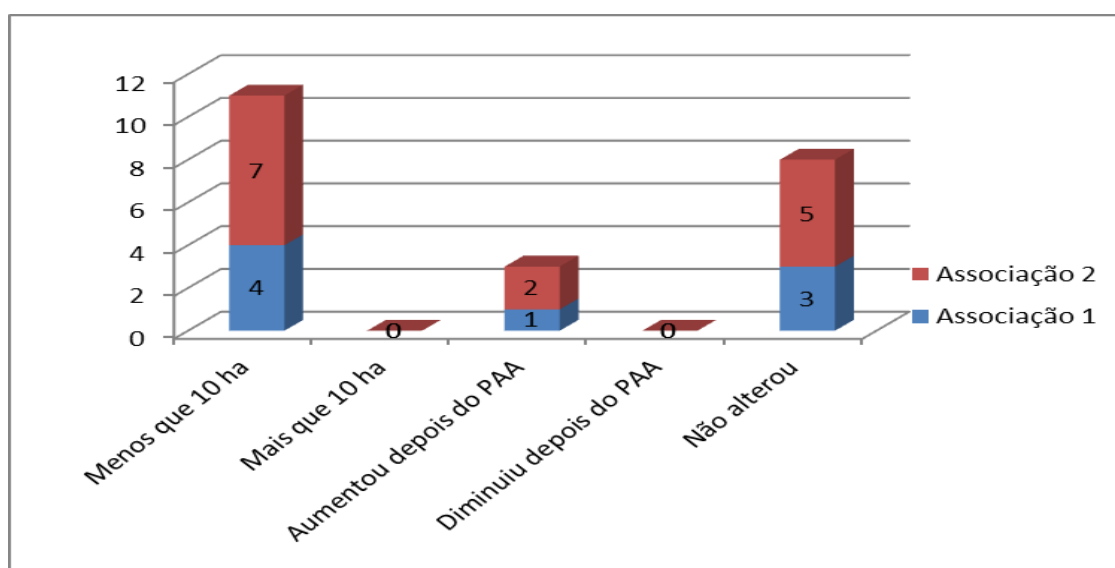
A questão de Reserva Natural, Mata Ciliar e Reflorestamento é um fator novo para a região, pois áreas onde não deveriam terem sido derrubadas as matas, hoje

¹⁸ O módulo fiscal foi instituído pela Lei N° 6746 de dezembro de 1979, representa uma unidade de medida instituída pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para indicação da extensão mínima das propriedades rurais consideradas áreas produtivas, economicamente viáveis, dependendo do Município e do Estado, o módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares. Em Rondônia o módulo é fixado em 60 ha. Disponível em <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/949260/1/doc146.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2014.

estão abertas e os agricultores não dispõem de recursos para reflorestar. Declararam os entrevistados que nos últimos dez (10) anos não foi modificado o quadro de desmatamento em suas propriedades.

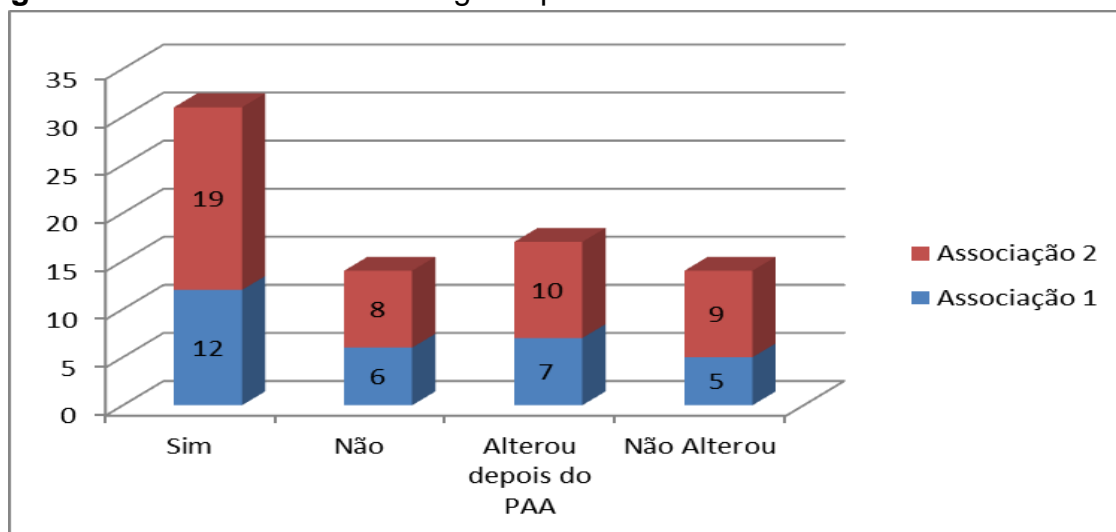
As figuras 26 e 27 registram dados relativos ao número de usuários da terra por comodatos, o que o estudo comprovou serem os filhos de agricultores, proprietários legais, os que se encontram nessas condições. Quisemos, portanto, saber a dimensão dessas áreas, e a registramos na Figura 32.

Figura 33 – Área de terra em comodato



Fonte: Mateus, 2014.

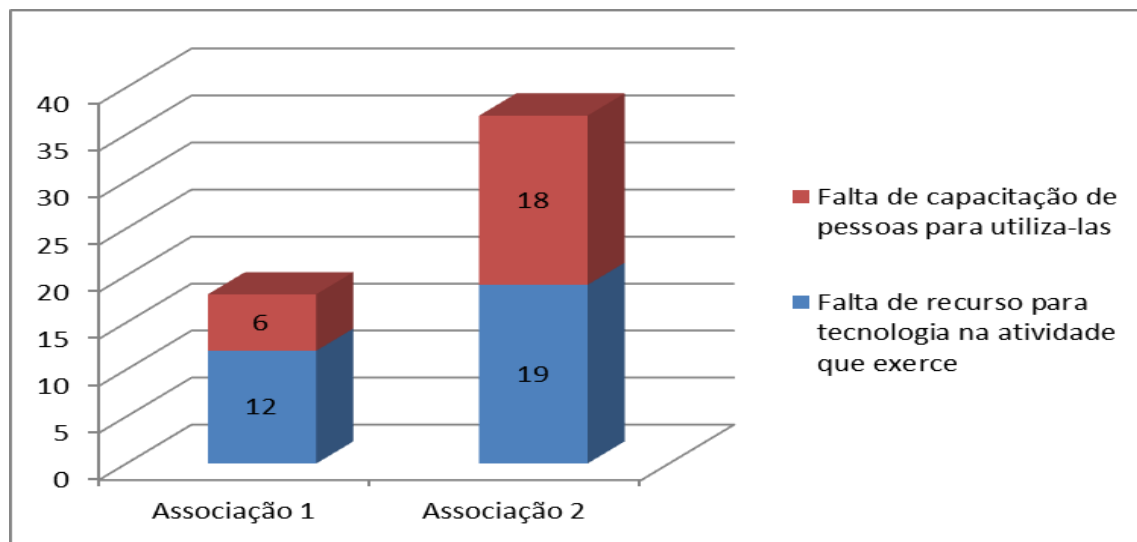
Nenhum dos que trabalham com comodato cultiva mais que dez (10) ha. Foram entrevistados quatro (4) na AFAR e sete (7) na ADAGRIN, que declararam usufruir da terra, nesse sistema e, somente um (1) comodatário na AFAR e dois (2) na ADAGRIN aumentaram a área de terra depois do PAA. Nenhum deles diminuiu a área. Três (3) na AFAR e cinco (5) na ADAGRIN permaneceram cultivando a mesma área cultivada antes do PAA.

Figura 34 – O entrevistado fez algum tipo de financiamento?

Fonte: Mateus, 2014.

Reconhecida a área destinada à agricultura, o tamanho da propriedade e se houve aumento ou redução de extensão de terra, consideramos pertinente saber se os participantes do PAA recorreram a algum tipo de financiamento visando, por exemplo, a ampliação de suas terras e lavouras. A maioria dos entrevistados já fez ou tem financiamento. Na AFAR, doze (12) disseram ter financiamento e na ADAGRIN, dezenove (19). Na AFAR, seis (6) não têm financiamento e na ADAGRIN, oito (8) disseram não ter. Na AFAR, sete (7) alteraram o financiamento e na ADAGRIN, foram dez (10) os que alteraram. Cinco na AFAR não alteraram seus financiamentos e nove (9) na ADAGRIN. Afirmam os entrevistados que o PRONAF, com juros baixos facilitou a participação dos agricultores familiares aos financiamentos.

Como já mencionado, anteriormente, além da falta de capacitação para os envolvidos na agricultura familiar, foi possível observar que eles têm dificuldade para absorver as novas tecnologias, principalmente as digitais. A figura 34 traz informações de que seis (6) na AFAR e dezoito (18) na ADAGRIN não se utilizam das tecnologias. A falta de recurso também implica muito na vida dos produtores, (têm medo de ficar com dívidas e não darem conta de pagar), com doze (12) apontamentos na AFAR e dezenove (19) na ADAGRIN.

Figura 35 – Uso de tecnologias pelos associados

Fonte: Mateus, 2014.

Os dados apresentados até então sobre a relação que têm os lavradores com as atividades agrícolas, seja no tocante à lida com a terra, à utilização de técnicas e tecnologias, a organização em associações ou sindicatos, a identificação dos seus dependentes, enfim, a influência da PAA, bem como o reconhecimento de quem são e com quais aparatos contam, registraremos, no quadro 8, o que cultivavam antes e depois do referido Programa.

Quadro 8 – Principais culturas da propriedade

ASSOCIAÇÕES	AFAR			ADAGRIM		
Principais culturas	Antes	Depois	Variação	Antes	Depois	Variação
GRÃOS						
Arroz /saca/ ano	150		-150	1050	160	-890
feijão/ saca/ ano	115	70	-45	390	205	-185
Milho/saca/ ano	880	530	-350	1.370	852	-518
Café /saca/ ano	1.595	1.095	-500	800	550	-250
RAÍZES						
Inhame Chinês/kg /ano	2	4	2		2.200	2200
Mandioca/Kg/ ano	12.900	66.900	54000	44.500	182.000	137500
Cará/kg / ano			0	7.350	24.400	17050
Batata doce/kg /ano		10.000	10.000		1.000	1.000
FRUTAS						
Banana /cx /semana	61	120	59	31	558	527
Mamão/cx /semana	50	108	58	10	260	250
Laranja/cx/ semana		63	63		220	220
Goiaba/cx /semana	5.000	10.038	5038		65	65
Maracujá/cx/ semana		74	74		75	75
Acerola/cx/ semana		23	23		43	43
Cupuaçu/cx/ semana			0	100	115	15
Manga/cx/ano			0		5	5
Araçá boi/cx/ semana			0		30	30
Limão Taiti/cx/ semana		15	15		5	5
Abacaxi /cx/ semana			0		5	5
Caju/cx/Semana			0		2	2
Coco/cx/semana			0		5	5
Melancia/kg/ano			0		4.000	4000
OUTROS						
Aves/unidade/ ano	680	540	-140		610	610
Cana de açúcar/melado/kg /ano			0		1.000	1000
Hortaliças/kg/ semana	53	178	125		100	100
Pimenta do reino/kg/ ano			0		200	200
Mel de Abelha/kg/ano			0		900	900
Abóbora/Kg/ ano		5.000	5000		2.000	2000

Fonte: Mateus, 2014.

O comércio dos produtos pode ser o contrapeso na hora do produtor cultivar uma lavoura, o preço e a forma como esse produto é comercializado tem muito a ver com seu cultivo. Alguns dos produtores disseram que o valor dos insumos, da mão-

de-obra, hora-máquina para colheita e frete acabam por ficar mais caro plantar do que comprar alguns produtos.

Embora os agricultores entrevistados tenham feito essa declaração, pode-se inferir que os programas de comercialização representam a sua afirmação; ou então a remuneração, resultado da venda do produto estabeleça uma relação empresa e empresário, uma vez que o custo e a referência, incluindo tempo, valor da máquina e outros custos podem, entretanto, levar à diversidade da produção e diminuí-la e os problemas da alimentação podem aumentar.

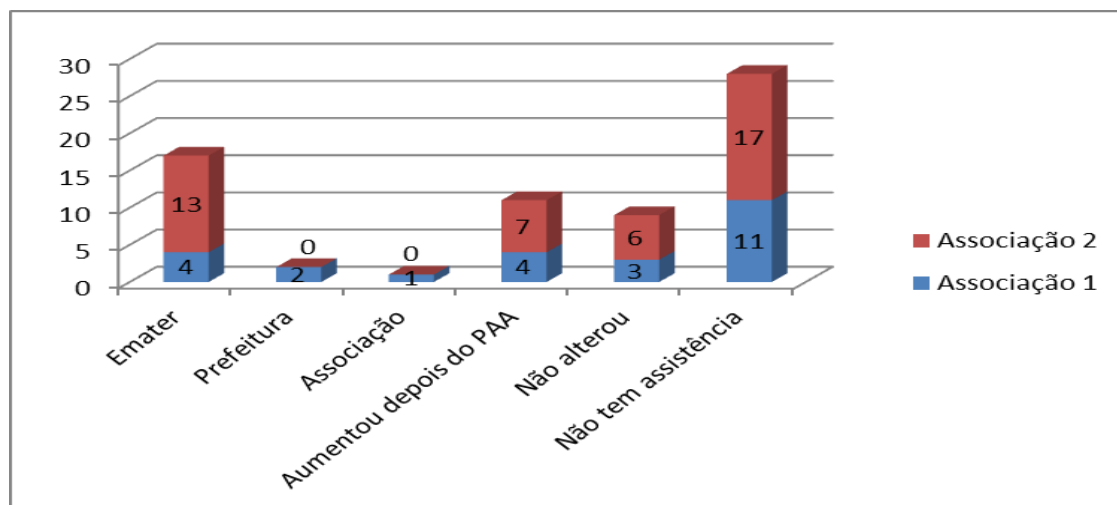
Por isso, produtos que estão fora do Programa quase não são cultivados pelas famílias do PAA. Diante desse quadro, podemos avaliar o seguinte, em relação à escolha de produtos para serem cultivados.

O primeiro grupo que aparece no quadro, o que classificamos como *Grãos*, demonstra que houve significativa redução no plantio, o que nos parece ser uma escolha apenas para o sustento da família e, se for o caso, venda da sobra para o comércio local.

O segundo grupo, para nós as *Raízes*, apresenta-se como produção positiva, uma vez que antes da implantação do PAA, as duas associações pouco ou nada produziam, hoje alcançam número surpreendente em relação ao que antecede o Programa.

No terceiro grupo aparecem os produtos reconhecidos como *Frutas*. Nesse caso, sete deles (banana, mamão, laranja, goiaba, maracujá, acerola e melancia) aparecem com índices altos de colheita. Sendo, no entanto, a laranja, o maracujá, a acerola e a melancia plantados, somente a partir do PAA.

No quarto e último grupo, classificado como *Outros*, traz uma situação curiosa que é o cultivo de cana-de-açúcar e mel pela ADAGRIN, em quantidade bem expressiva. Toda a produção da cana é transformada em melado e este é vendido no PAA, junto com os demais produtos da associação. Quanto à criação de frangos, observamos que a AFAR reduziu o número de cabeças em 140 depois do Programa, já a ADAGRIN, que não criava aves, passou a produzir 610 cabeças/ano. As hortaliças não se apresentam em número tão grande, nem a pimenta do reino.

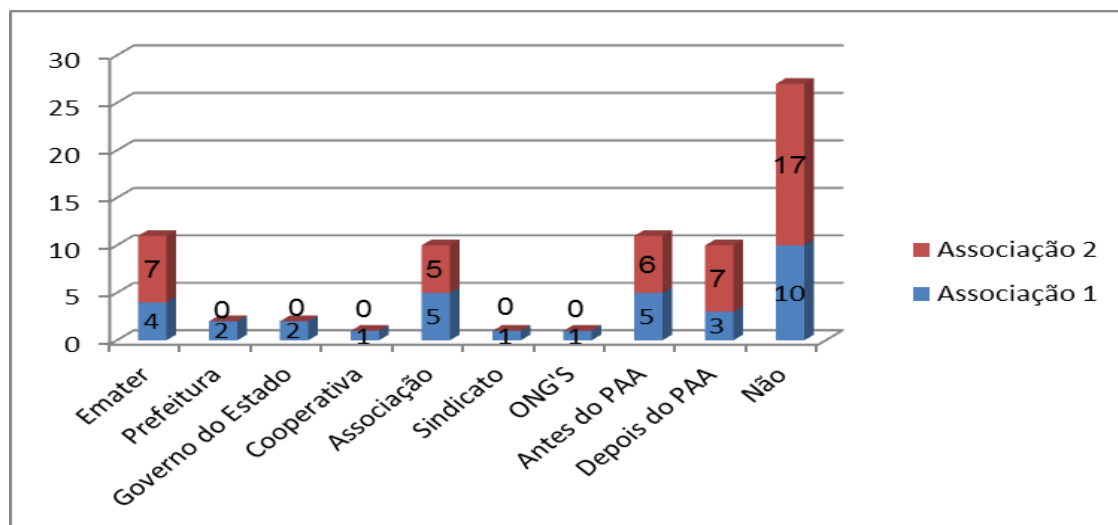
Figura 36 – Assistência governamental às associações

Fonte: Mateus, 2014.

Um dos maiores problemas apontados pelas famílias durante a pesquisa é a falta de assistência técnica. A Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER é a mais procurada pelos agricultores, sendo quatro (4) na AFAR e treze (13) na ADAGRIN. Pela Prefeitura somente duas (2) famílias da AFAR são assistidas. Uma família é assistida por associação de assistência técnica.

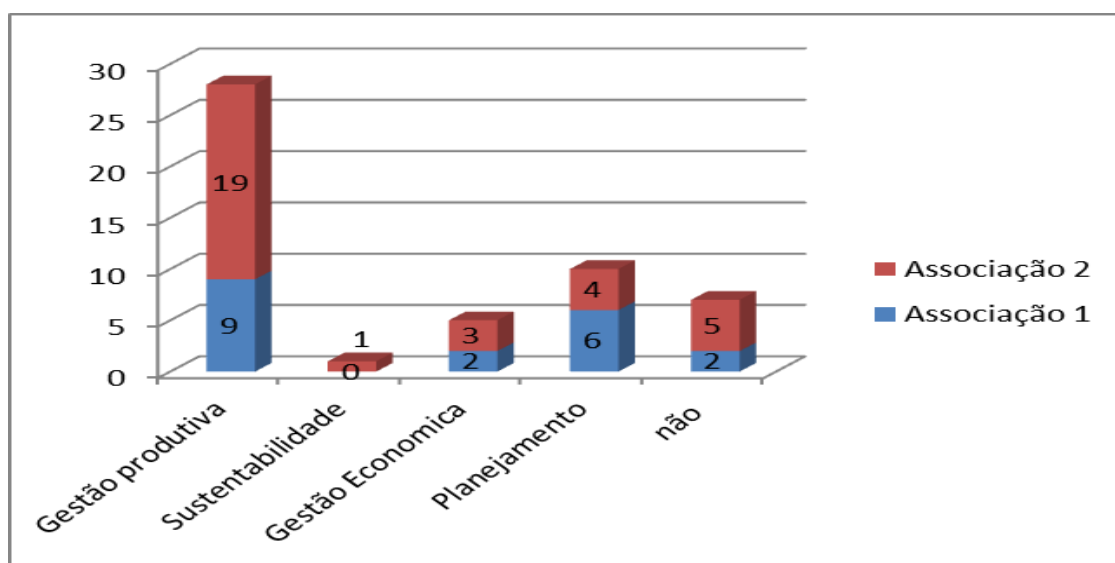
Pouco alterou o quadro de assistência técnica após o PAA como é possível observar na figura. Quatro (4) famílias na AFAR e sete (7) na ADAGRIN disseram receber mais atendimentos, enquanto que três (3) famílias na AFAR e 6 na ADAGRIN disseram que não houve alteração na frequência de assistência técnica, onze (11) famílias na AFAR e dezessete (17) na ADAGRIN disseram não possuir nenhum acompanhamento técnico, produzem com suas habilidades ou conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, ou ainda, por seguirem o que os outros fazem, empiricamente.

Nesse sentido, os agricultores que não são assistidos por nenhum organismo governamental se valem dos conhecimentos tradicionais de plantio, manutenção e cuidados, culturalmente enraizados, como por exemplo, os repassados pelos seus antecessores, em relação à melhor época de semeadura, técnicas manuais de limpeza da lavoura bem como de colheita dos seus produtos.

Figura 37 – O entrevistado fez capacitação?

Fonte: Mateus, 2014.

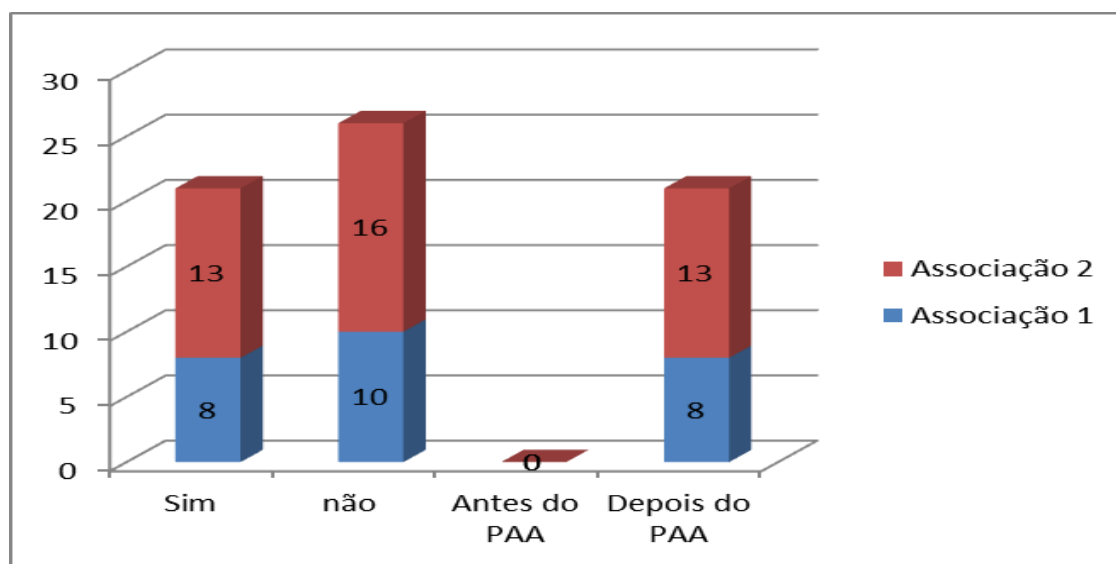
Os produtores pesquisados, na sua maioria, não fizeram capacitação, ou seja, 10 na AFAR e 17 na ADAGRIN. São poucos os que receberam capacitação, quatro (4) famílias da AFAR e sete (7) da ADAGRIN afirmaram ter recebido a maioria das capacitações nas diversas instituições citadas. O quadro dos capacitados após o PAA obteve pouca alteração, o que significa deficiência do Estado em dar subsídio para os pequenos produtores.

Figura 38 – Gostaria o entrevistado de receber capacitação?

Fonte: Mateus, 2014.

Nesta figura podemos perceber a disponibilidade das pessoas para serem capacitadas, sendo Gestão Produtiva a mais interessante para eles, ou seja, nove (9) na AFAR e dezenove (19) na ADAGRIN apontaram como de sua preferência; depois vem Planejamento com seis (6) preferências na AFAR e quatro (4) na ADAGRIN; Gestão Econômica com dois (2) preferências na AFAR e três (3) na ADAGRIN e Sustentabilidade com uma (1) preferência na AFAR e nenhuma na ADAGRIN. O quadro também mostra que 2 pessoas na AFAR e 5 na ADAGRIN não querem receber capacitação. Enquanto outras querem receber mais que um tipo de capacitação.

Figura 39 – Agroindustrialização na propriedade

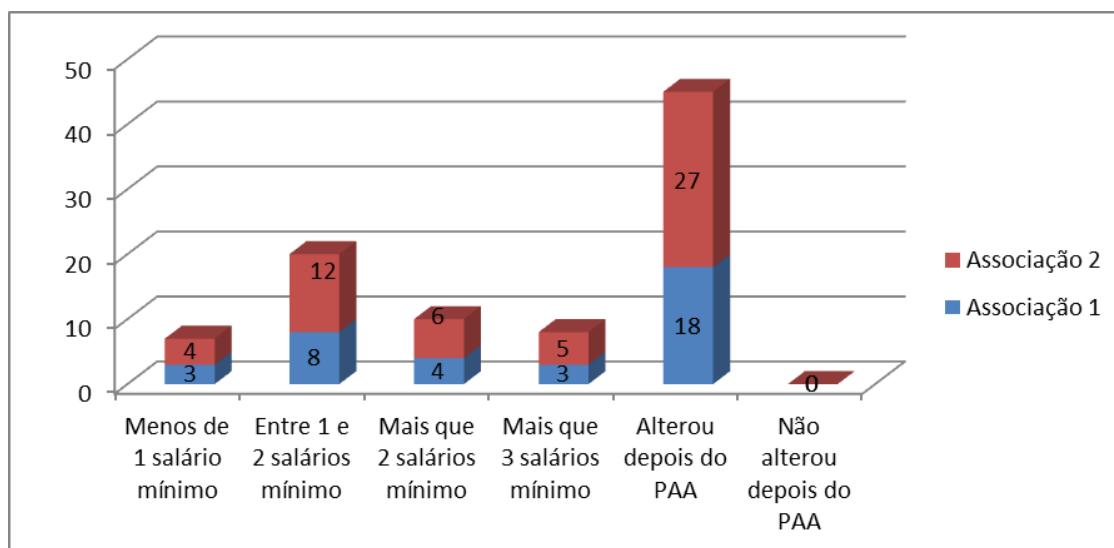


Fonte: Mateus, 2014.

A industrialização dos produtos que fazem parte do quadro de entrega do PAA é constituída, principalmente, por frutas para polpa e lácteos. Sobre isso, percebemos que há certa equidade, ou seja, parte industrializa e parte vende in natura. Dos entrevistados, na AFAR oito (8) e treze (13), na ADAGRIN, processam parte de seus produtos. Os que não fazem nenhum tipo de industrialização foram dez (10) na AFAR e dezesseis (16) na ADAGRIN. Fator observado nesta pesquisa, que com a introdução do PAA, os agricultores vêm mudando a forma de visualizar a comercialização dos produtos. Sendo esses em número de oito na AFAR e treze na

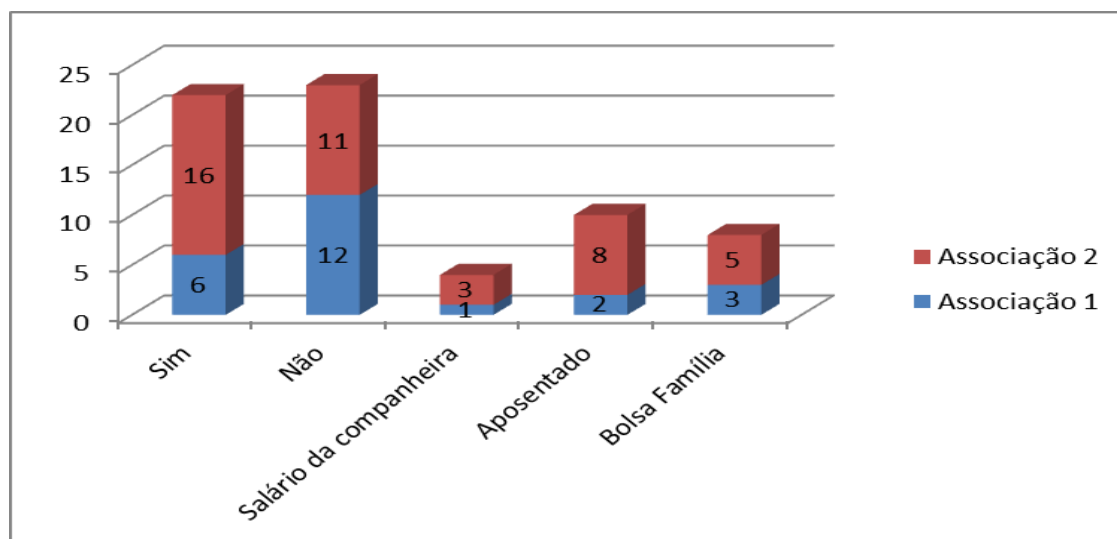
ADAGRIN que fazem uso da industrialização dos produtos, todos começaram após o governo ter introduzido a política do PAA.

Figura 40 – Renda familiar do entrevistado



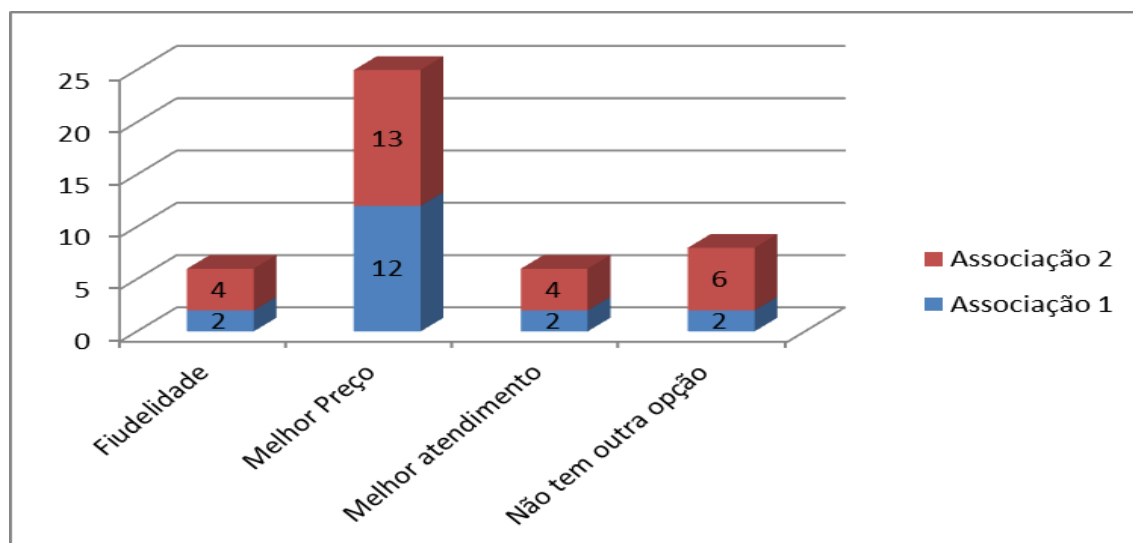
Fonte: Mateus, 2014.

O PAA alterou significativamente a renda das pessoas que fazem parte dele. O quadro mostra que todos os pesquisados foram enfáticos em dizer que o PAA alterou sua renda de maneira positiva (18 na AFAR e 27 na ADAGRIN). Entre os que alegaram terem renda menos de um (1) salário mínimo foram três (3) na AFAR e quatro (4) na ADAGRIN, entre um (1) e dois (2) salários mínimos foram oito (8) na AFAR e doze (12) na ADAGRIN; com mais de dois (2) até três (3) salários mínimos foram quatro (4) na AFAR e seis (6) na ADAGRIN e mais de três (3) salários mínimos foram três (3) na AFAR e cinco (5) na ADAGRIN.

Figura 41 – Renda de outra origem

Fonte: Mateus, 2014.

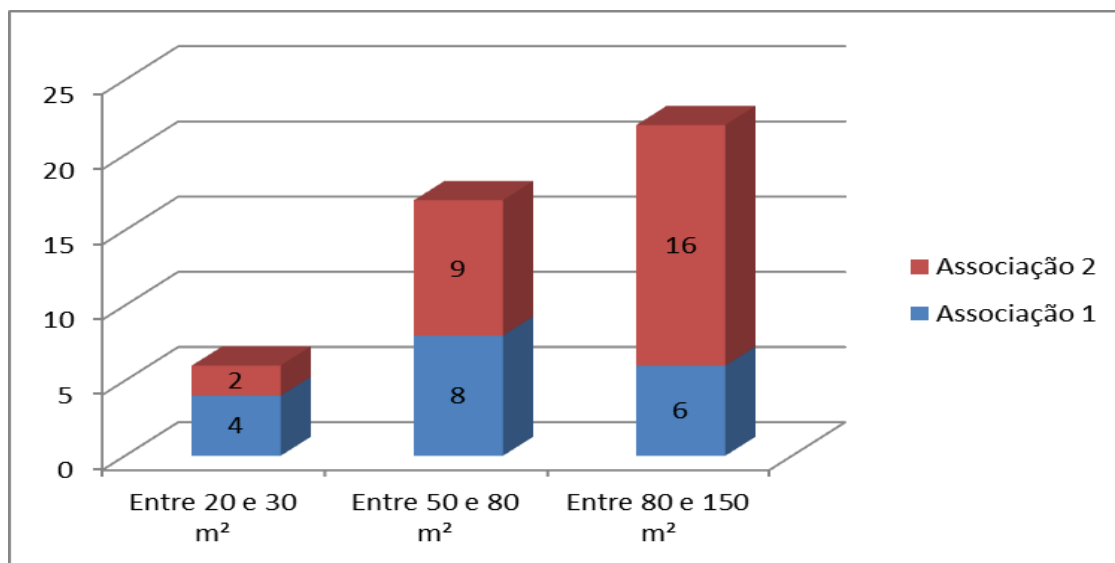
Esta Figura mostra que a renda das famílias pesquisadas se divide entre o PAA e outras rendas, como salário da companheira, renda da aposentadoria e Bolsa Família. Seis (6) dos entrevistados na AFAR e dezesseis (16) na ADAGRIN disseram ter outra fonte de renda além do PAA. Doze (12) na AFAR e onze (11) na ADAGRIN responderam ser o PAA sua única fonte de renda. Os que têm outras rendas estão divididos entre salário da companheira um (1) na AFAR e três (3) na ADAGRIN; Aposentadoria são dois (2) na AFAR e oito (8) na ADAGRIN e Bolsa Família com (3) na AFAR e cinco (5) na ADAGRIN.

Figura 42 – O entrevistado vende para o PAA?

Fonte: Mateus, 2014.

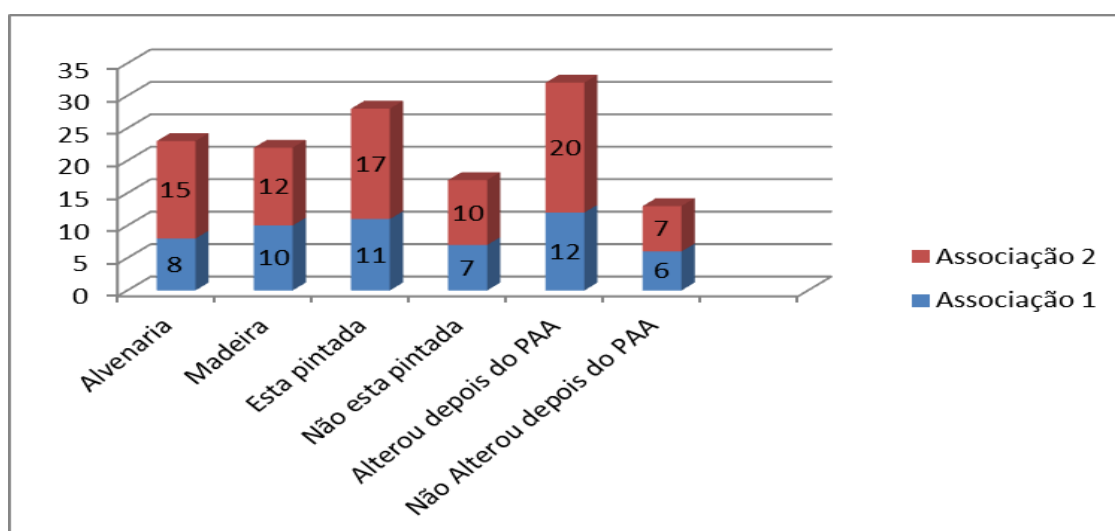
Os produtores entrevistados na sua maioria disseram vender para o PAA por melhor preço. Foram doze (12) apontamentos na AFAR e treze (13) na ADAGRIN. Por fidelidade foram dois (2) apontamentos na AFAR e quatro (4) na ADAGRIN; por melhor atendimento foram dois (2) apontamentos na AFAR e quatro (4) na ADAGRIN e por não terem outra opção foram dois (2) apontamentos na AFAR e seis (6) na ADAGRIN.

Essas respostas permitem dizer que o PAA representa para os associados a não-dependência do atravessador, figura muito comum nesse tipo de comércio da região, o que significava, portanto, menor lucro na venda de produtos, uma vez que quem produzia não entregava diretamente ao consumidor. Hoje, o próprio agricultor vende e entrega às escolas, hospitais e outros órgãos de natureza pública a sua produção, garantindo melhor preço e qualidade, principalmente a quem compra, e maior renda a quem vende – o produtor.

Figura 43 – Tamanho da residência antes do PAA

Fonte: Mateus, 2014.

Com residência entre 20 e 50 m², antes do PAA, foram seis (6) na AFAR e oito (8) na ADAGRIN; entre 50 e 80 m² foram seis (6) na AFAR e onze (11) na ADAGRIN; e entre 80 a 150 m² foram seis (6) na AFAR e oito (8) na ADAGRIN.

Figura 44 – Tipo de construção da residência

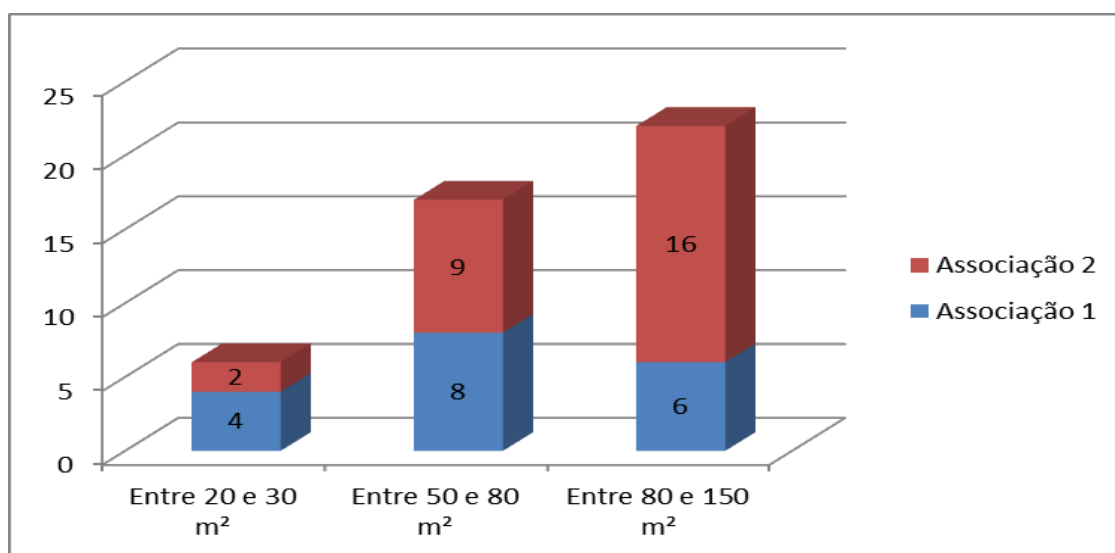
Fonte: Mateus, 2014.

Oito (8) dos entrevistados na AFAR têm casa de alvenaria e quinze (15) na ADAGRIN. Na AFAR, dez (10) possuem casa de madeira e 12 na ADAGRIN.

Dessas casas, seis (6) na AFAR são rebocadas e 12 na ADAGRIN, cinco na AFAR e nove na ADAGRIN estão pintadas. Não têm pintura três na AFAR e seis na ADAGRIN, os que alteraram a casa em tamanho foram seis (6) na AFAR e doze na ADAGRIN e por fim, os que não fizeram alterações na casa foram somente dois na AFAR e três na ADAGRIN de um total de 45 entrevistados.

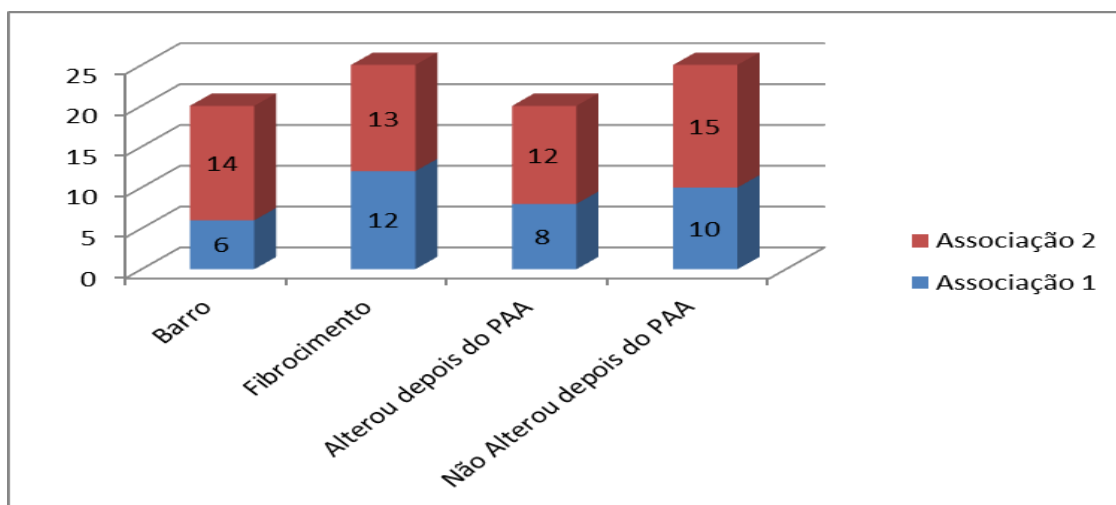
Foi possível observar que a maior parte das casas feitas de alvenaria nos sítios era originada da política “Minha casa, Minha vida na zona rural”. Também foi observado que até o momento não há pesquisa que analise essa política no estado de Rondônia.

Figura 45 – Tamanho da residência na data da pesquisa



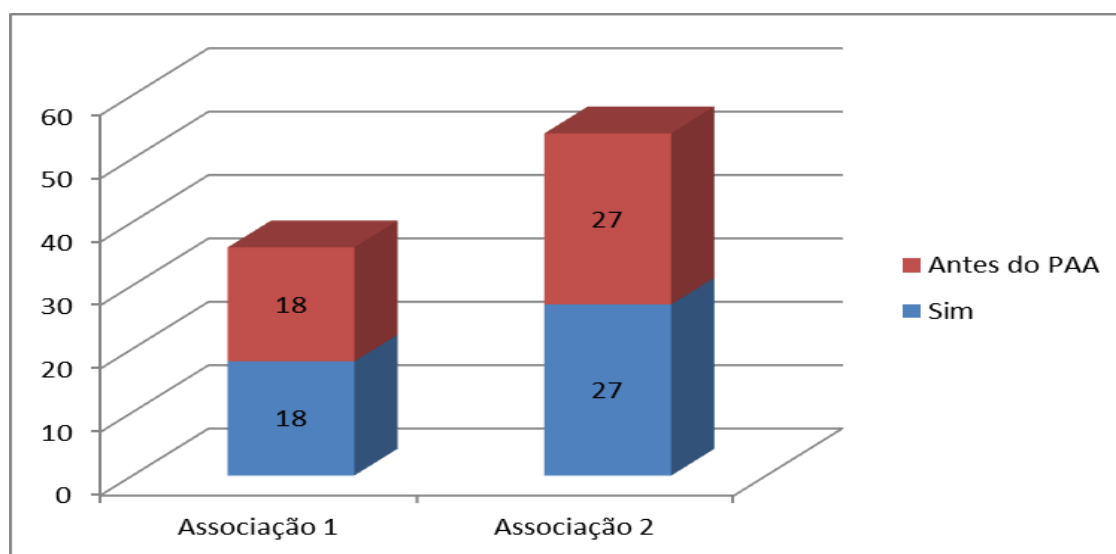
Fonte: Mateus, 2014.

Quanto ao tamanho da residência das famílias pesquisadas, na época da pesquisa, a maioria é acima de 50 m². Quatro (4) na AFAR responderam ter sua moradia entre 20 e 50 m² e dois (2) na ADAGRIN. Entre 50 e 80 m² foram oito (8) apontamentos na AFAR e nove (9) na ADAGRIN e entre 80 e 150 m² foram seis (6) na AFAR e dezesseis (16) na ADAGRIN.

Figura 46 – Tipo de telhado da residência

Fonte: Mateus, 2014.

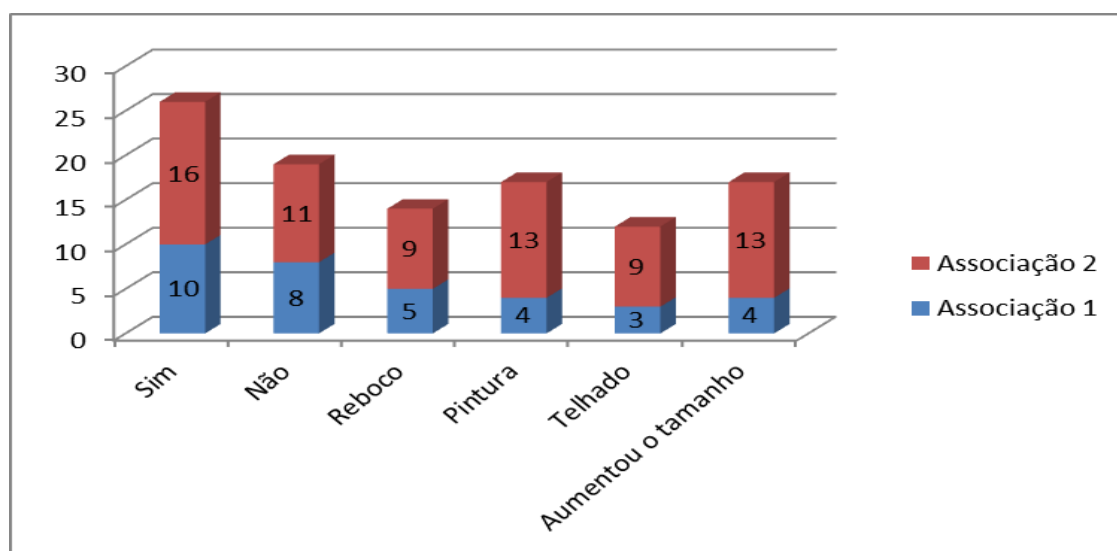
Seis (6) na AFAR e quatorze (14) na ADAGRIN tem cobertura da casa com telha de barro, Doze 12 na AFAR e treze (13) na ADAGRIN com cobertura de fibrocimento nas casas. Oito (8) disseram ter alterado o telhado depois do PAA na AFAR e doze (12) na ADAGRIN. Dez (10) na AFAR e quinze (15) na ADAGRIN disseram não terem alterado o telhado da casa. Quanto à alteração no telhado, dos 45 entrevistados, 20 fizeram modificação no telhado da residência e 25 declararam não terem efetivado nenhuma mudança.

Figura 47 – Há energia elétrica?

Fonte: Mateus, 2014.

Todos os entrevistados em ambas as associações (AFAR e ADAGRIN) contavam energia elétrica antes do PAA. O que significa dizer que todas as famílias contam com energia, dando melhor conforto e segurança no campo.

Figura 48 – Melhorias na residência depois do PAA



Fonte: Mateus, 2014.

Após a inserção do programa PAA na agricultura familiar foram diversas as mudanças, segundo a fala de um dos coordenadores da associação AFAR. Os dados demonstram que dez (10) na AFAR e dezesseis (16) na ADAGRIN disseram ter melhorado a casa. E as mudanças foram diversas: Aumento de tamanho quatro (4) na AFAR e treze (13) na ADAGRIN, mudança do telhado três na AFAR e nove (9) na ADAGRIN; mudança na pintura quatro (4) na AFAR e treze (13) na ADAGRIN, fizeram reboco cinco na AFAR e nove (9) na ADAGRIN. Somente em 8 da AFAR e 11 da ADAGRIN não fizeram mudança nas casas.

Quadro 9 – Eletrodomésticos e veículos em casa

	AFAR				ADAGRIN			
Aquisições	Antes	Depois	Total	Aumento%	Antes	Depois	Total	Aumento
ELETRODOMÉSTICOS								
Fogão	16	2	18	13	27		27	0
Geladeira	17	1	18	6	24	3	27	13
Radio	14		14	0	23	1	24	4
Televisão	15	3	18	20	26	1	27	4
Micro-ondas	2	6	8	300	12	4	16	33
Forno Elétrico		1	1	100		5	5	100
Batedeira	12	6	18	50	14	3	17	21
Computador	3	8	11	267	6	6	12	100
Liquidificador	13	5	18	38	25	2	27	8
Freezer	1	8	9	800	14	10	24	71
VEÍCULOS								
Carro	10	2	12	20	8	4	12	50
Moto	10	3	13	30	15	3	18	20
Bicicleta	4		4	0	6	2	8	33
Carroça	3		3	0	5	3	8	60
Carro de boi			0		1		1	0
Micro trator		1	1	100		1	1	100

Fonte: Mateus, 2014.

Sobre as condições de vida das famílias pesquisadas foi detectado que os utensílios domésticos, equipamentos e automóveis já faziam parte de suas vidas diárias.

No grupo 1, *Eletrodomésticos*, o que destacamos são as aquisições de freezers, uma vez que este passou a ser uma necessidade para a conservação de polpas de frutas da produção.

No grupo 2, *Veículos*, o micro trator aparece como nova aquisição, esse representa a inserção de tecnologia que servirá a todos os associados.

CAPÍTULO 6 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este espaço, reservado às discussões, foi estruturado de forma a reativar as abordagens desenvolvidas até então, com ênfase nos resultados registrados anteriormente, em forma de figuras e quadros, recorrendo aos teóricos já mencionados, bem como a outros que possam auxiliar nesta leitura.

Iniciamos a análise, considerando a região, onde estão sediadas as associações estudadas, como uma das mais promissoras localidades do Estado e o fato de o Município de Rolim de Moura, de acordo com dados do IBGE (2010), ser o 7º em Alto Desenvolvimento Municipal Humano – IDMH. O município funciona como um “entroncamento” pelo qual circulam vários outros municípios seja para fazer compras, vender seus produtos, participar de festejos, principalmente shows e feiras agropecuárias, ou então servir de “corredor”, isto é, de via por onde os diferentes municípios escoam sua produção agrícola ou pecuária.

Esses aspectos do município levam-nos a pensar em um outro dado: o emprego, uma vez que este contribui para o IDMH. Nesse sentido, podem ser interpretados com palavras de Harvey (2004), que considera a compreensão da conjuntura econômica um elemento que permite equilíbrio social, onde o emprego deixa de ser problema crônico para as classes trabalhadoras. Emprego aqui visto não sob a luz da urbanidade, mas da relação do homem com o trabalho, no caso em tela, o trabalho no campo, na produção agrícola e na venda dessa ao Governo ou a quem o produtor preferir repassá-la.

Ainda que o município esteja longe de ser um grande centro urbano, com infraestrutura que atenda aos índices de desenvolvimento humano: saneamento básico, escolas, unidades de saúde de qualidade e segurança pública, economicamente o município conta com um PIB, conforme mencionado anteriormente, que poderia ter-se tornado melhor do que se encontra hoje, uma vez que é reconhecido, popularmente, como um “exportador” de políticos, nas esferas estadual e federal.

Hoje, Rolim de Moura conta com dois senadores da República (esses são ex-governadores do Estado), deputados federais e estaduais que representam ou representam o município. Situação essa que contribuiu para a formação do local, bem como influenciou e influencia na aquisição de recursos públicos, no

endereço de projetos sociais, do Governo Federal, tais como, o *Luz para Todos*, *Minha Casa Minha Vida*, *PRONAF*, distribuição de implementos agrícolas e o *PAA*, principal foco deste estudo.

Esses programas são parte de políticas redistributivas, que buscam a diminuição das desigualdades e a efetivação da cidadania. Smanio e Bertolin (2013), ao tratar de políticas públicas, apontam que essas, ao serem efetivadas, efetivam também os Direitos Fundamentais do indivíduo e, por conseguinte, as pessoas exercitam a cidadania e, por sua vez, o Estado coloca em prática as políticas de inclusão social.

Se os governantes destinam bens sociais à população e esta deles usufrui, como nos programas acima citados, então, as políticas públicas cumprem o seu papel. Papel que pode ser representado nas palavras de Ronald Dworkin, que define política como: “aquele tipo de padrão que estabelece um objetivo a ser alcançado, em geral uma melhoria em algum aspecto econômico, político ou social da comunidade” (SMANIO e BERTOLIN, 2013, p. 7).

Atualmente, o município de Rolim de Moura comanda uma micro-região formada por onze municípios. Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Castanheiras, Costa Marques, Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte D'Oeste, Parecis, Santa Luzia D'Oeste, São Francisco do Guaporé e Seringueiras (SANTOS, 2001, p. 139).

É nesse espaço geográfico, político e socioeconômico que as Associações Agrícolas Familiares AFAR e ADAGRIN estão inseridas e que hoje, certamente, usufruem desse quadro, mesmo que, segundo o que disseram alguns entrevistados, haja muito a ser feito, principalmente no que diz respeito à assistência técnica e, numa maior dimensão, falte aos pequenos agricultores políticas de reconhecimento, dando-lhes condições similares ao agronegócio, considerando, naturalmente, as relações de proporcionalidade. Outra questão problemática para as associações são as linhas de financiamento disponíveis e o “calhamaço” de documentos exigidos pela burocracia. Recorremos a Redin e Fialho (2010) que exemplificam essa situação:

Assim, o financiamento do trator e seus respectivos implementos agrícolas (arado e disco) estavam condicionados aos processos burocráticos. Primeiro por parte do indiscutível aparato do Banco do Brasil, que se certificaria, de certo modo, o pagamento da aquisição

e o segundo condicionando o agricultor, aos poucos, a mudar o sistema produtivo para os produtos de apelo do mercado, nesse caso a soja. Esse custo de transação também não era visto com bons olhos por parte da instituição financeira, uma vez que um agricultor familiar iria dar muito pouco retorno ao Banco, sendo que os processos burocráticos para liberar um alto financiamento ou um pequeno eram o mesmo, desse modo, a preferência sempre seria daqueles que movimentariam maior fluxo de dinheiro, assim se entende os produtores com grandes extensões de terra (REDIN, FIALHO, 2010, p. 9).

A situação ilustra bem o que dissemos, com detalhes que extrapolam a burocracia, isto é, toca na questão de que o pequeno produtor é tratado como aquele cujo retorno não “interessa” ao financiador como interessam os grandes proprietários, que darão, no caso em tela, maior retorno ao Banco do Brasil.

Percebe aí dois extremos – o grande proprietário e o pequeno produtor. Recorremos a Harvey que ao analisar o desenvolvimento geográfico desigual do capital, combina quatro condições de conhecimento epistemológicos:

1) Base material que envolve o processo de acumulação de capital na teia da vida sócio ecológica; 2) acumulação por espoliação (quando recursos pré-existent – força de trabalho, dinheiro, capacidade produtiva ou mercadorias – são reunidas e postos em circulação como capital); 3) o caráter de lei da acumulação do capital no espaço e no tempo; 4) as lutas políticas, sociais e de classe numa variedade de escalas geográficas” (MARQUES, 2008, p. 73).

Destacamos dessa fala de Marques (2008) o diálogo que ele faz com David Harvey, ou melhor, Marques cita Harvey no tocante à questão do desenvolvimento desigual do capitalismo, o que gerou e ainda gera lutas de toda ordem. Às de natureza política, podemos endereçar os diferentes programas governamentais, às sociais entram as questões de posse de capital e às de classe está a organização em associações, como se fosse uma forma de revolucionar, de manifestar oposição ao regime político, ao estado de coisas instalado pelo capital.

Nessa linha de raciocínio, o associativismo ampliou espaços, não sendo privilégio somente de grandes centros, como os citados por Harvey, mas alcançando pequenas comunidades como a Rolim de Moura, e as associações que pesquisamos.

O que destacamos é que há, nas linhas vicinais do município, muitas delas, dessas, três criaram projetos e foram contempladas pelo Programa de Aquisição de

Alimentos – PAA, sendo, duas dessas de nosso interesse de pesquisa, como já dito, anteriormente.

Assim, o PAA não se institui como mais um “programa”, mas como um programa que permite a articulação e interação entre população rural, instituições sociais, técnicos e público beneficiário. Em função desta integração e articulação existente entre programa, instituições locais e seu público beneficiário, o PAA ganha notoriedade e importância social de grande relevância, o que atrai “olhares” e interesses políticos, por parte de lideranças, agricultores, autoridades e organizações dos municípios. De outra forma, proprietários de quitandas, mercearias, pequenos empreendimentos do varejo de alimentos, passam a ver negativamente o Programa, pois algumas instituições sociais que adquiriam alimentos nestes estabelecimentos passam a substituir estas compras em virtude das doações do PAA (GHIZELINI, 2010, p. 42).

O PAA, conforme Ghizeline (2010), ultrapassa a prática de agricultura familiar. Alcança patamares de associativismo, de interação e, por que não dizer de cooperação entre a população rural, entre estes e proprietários de supermercados, quitandas, no caso específico de Rolim de Moura, os órgãos públicos como escolas e hospitais.

As duas organizações estão num espaço, a Linha 180 do município, com características físicas muito semelhantes, solo com bons atributos para o uso agrícola, favorável ao manejo das culturas, rede hidroviária benéfica, com pequenas reservas naturais, aspecto positivo, ainda que seja considerada uma região das mais desmatadas do Estado.

É nesse contexto geográfico, sócio-histórico que, no final da década de 80 e início da década de 90, do século passado, com apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais, da Igreja Católica e da Igreja Luterana, surgiram as primeiras associações do Município de Rolim de Moura, a Associação dos Produtores Rurais para Ajuda Mútua – APRUPAM, localizada na linha 172, lado Norte sendo a primeira. Já a Associação de Famílias Rurais – AFAR, a segunda do Município.

Um dos agricultores, o Senhor B.T.M, associado desde a fundação da AFAR, morador da linha 180, lado Sul, desde 1976, comentou que:

Essas organizações iniciaram com objetivo de eliminar os atravessadores, os atravessadores, em geral, proprietários das chamadas máquinas de beneficiar arroz, empresas situadas nas entradas da cidade, cobravam 50% pelo serviço. Isso fez com que os agricultores se organizassem em associações e adquirissem a sua própria máquina, cobrando somente 5% dos associados, o que

serviu de modelo para se instalarem associações em todas as linhas do Município.

Para o Senhor A. B. J., primeiro Presidente da AFAR,

As Associações foram o fator de incentivo à permanência do homem no campo na região". Na análise dele, "era grande o número de pessoas que saía da região e do Estado em busca de melhorias, considerando haver muita exploração e baixo preço dos principais produtos da época (Café, Arroz, Feijão e Milho).

Para o Senhor A. S., primeiro presidente da primeira associação do Município de Rolim de Moura e também sócio e idealizador da Associação ADAGRIN,

Todo trabalho inicial foi feito no sentido de criar estratégias para ajudar os produtores a permanecer na terra. Esse trabalho, iniciado por eles, fez crescer o número de associações por todo Estado de Rondônia, todas com o objetivo de organizar o agricultor, diminuir o atravessador na comercialização.

Esses produtores rurais se sentem orgulhosos por terem iniciado o associativismo na região com máquinas de arroz e, nos anos seguintes, adquiridos máquinas de café, tratores com batedor de feijão, o que facilitou bastante a vida dos associados. As duas associações parceiras deixaram de vender seus produtos em Rolim de Moura e passaram a vender na cidade de Cacoal por um preço melhor. Mesmo pagando o frete, relataram eles, era possível lucrar o suficiente para fazer as compras que pudessem atravessar o ano.

Nesse caso, o agricultor decide por ele mesmo o que quer fazer da sua produção, sem passar pela intermediação de outrem, aquele que lucra sem ter dito o trabalho que teve o pequeno produtor. Isso implica maior renda, acumulação de capital. Pesavento estudou a problemática agrícola de São Leopoldo, Rio Grande do Sul e tratou dessa questão:

(...) o intermediário na comercialização dos produtos originários das colônias no interior do estado contribui para impedir que determinadas condições favoráveis – alta do preço de certos gêneros alimentícios, maior produção em função do solo fértil, proximidade do mercado consumidor – revertessem em benefício do produtor. Seja através de diferença dos preços de compra e venda, ou mesmo por meio do controle dos insumos e do transporte dos produtos exercidos pelos intermediários, a família rural se encontrava (e se encontra) praticamente isolada dos estímulos do mercado (PESAVENTO, 1983, *In*: BROSE, 1999, p. 31).

Isso também permite que recorramos à teoria marxista da acumulação de capital, prática burguesa da acumulação pela acumulação, da produção pela produção. O pequeno agricultor, por um lado, conquista a liberdade de negociação, promove o seu crescimento econômico, mas por outro e, esse talvez seja uma armadilha em ele esteja se tornando um refém, uma presa do próprio capital. Nisso se instala uma contradição.

Polanyi, citado por Harvey (2008, p. 45), comenta sobre a economia de mercado em que as liberdades de obter lucro e de exploração do semelhante floresceram, gerando outras liberdades, as quais ele valoriza: a liberdade de consciência, a liberdade de expressão, a liberdade de reunião, a liberdade de associação e liberdade de escolher o próprio emprego.

O lado positivo da dialética capitalista, explica Harvey, foi à abolição das relações feudais, a liberação de energias criadoras, a abertura da sociedade a fortes correntes de mudanças tecnológicas e organizacionais e a superação de um mundo fundado na superstição e na ignorância, substituído por um mundo de ilustração científica potencialmente capaz de libertar as pessoas dos anseios e necessidades materiais (2004, p. 144).

No capitalismo, o crescimento econômico, como Marx o nomeia, usualmente, um processo de contradições internas, que, frequentemente irrompe sob a forma de crises. No capitalismo, o crescimento harmonioso ou equilibrado é, segundo Marx, inteiramente acidental, devido à natureza espontânea e caótica da produção de mercadorias sobre o capitalismo competitivo (HARVEY, 2005, p. 42).

Sendo competitivo, o capitalismo leva ao embate, ao surgimento de confrontos em que as desigualdades se acentuam, as condições se diferenciam e, conseqüentemente, como bem enfatiza Marx, enquanto uns mantêm o aumento do capital, outros mais se aproximam da linha da pobreza, empurrando os pequenos agricultores, em especial os seus filhos, aos espaços urbanos. Talvez seja por isso que, na opinião de três entrevistados, os governantes tanto do Estado quanto do Município, pouco contribuíram para que os jovens permanecessem no campo, cada governo tinha uma proposta diferente e não dava seguimento nos projetos, ocasionando prejuízos e, gradativamente, a mudança para a cidade.

A presença dos mais velhos no campo, oriundos das cinco regiões do país, inclusive de outros estados do Norte, regiões essas mais desenvolvidas, principalmente as regiões Sul e Sudeste se justifica nessa análise. São poucos os jovens que permanecem na zona rural. Com os que conversamos, esses poucos demonstraram interesse em seguir a opção econômica da família.

Muitas associações faliram, principalmente nas linhas mais afastadas do centro da cidade. Hoje, a Associação AFAR continua sendo referência no município, por ser conduzida pelos filhos dos primeiros sócios e por agregar um número maior de pessoas jovens no campo. Esses jovens são as novas lideranças que buscaram fazer formação em Agropecuária, juntamente com outros tantos que estão fazendo graduação na cidade. E é na AFAR que entrevistamos a pessoa com curso superior em Gestão Ambiental, o Jovem T. B., atuando como presidente da associação.

Segundo B., a política do PAA iniciou na associação pelo antecessor dele, o Técnico em Agropecuária M. A. M., que apreendeu e montou o projeto para a associação.

Segundo o Senhor A. S., a Associação ADAGRIN chegou bem depois, em 2005, e com objetivo de trabalhar com os produtores de polpas de frutas em todo o Município, motivo esse que faz da associação ter associados espalhados por todas as linhas de Rolim de Moura. Ele também registra que a ADAGRIN iniciou as atividades relativas ao PAA, na região, após fazer levantamento, por linha, da diversidade na produção de hortifrutigranjeiros. Em contato com parentes beneficiados com a política do PAA, no Paraná, os associados obtiveram informações detalhadas sobre o programa, foram orientados a entrar em contato com a CONAB da região e, assim fizeram, indo à Capital do Estado, Porto Velho, na sede da CONAB, onde receberam apoio e orientação para montar o projeto e, desde 2005, se beneficiam do PAA.

A AFAR e a ADAGRIM associam pessoas que estão vinculadas com objetivos comuns, o que podemos dizer que elas são da mesma comunidade, não somente por atuarem com os mesmos fins, mas porque, na nossa concepção, dividem seu tempo com os afazeres agrícolas, as atividades laborais com a produção de bens para serem vendidos, sem, no entanto, os lucros serem comunitários, ao contrário são individuais. Essa característica das associações agrícolas familiares tornam-nas peculiares.

Ressalta-se que a AFAR é a que conta com maior número de integrantes aglomerados no mesmo espaço geográfico, a Linha 180, já a ADAGRIM tem seus associados espalhados pelas demais linhas vicinais.

Como mencionamos, são os mais velhos, os que têm tradição agrícola, os que persistem no campo. Aqui lembramos a questão da idade produtiva do ser humano, que segundo Silva (2011), fica em torno de 16 a 64 anos. A maioria dos entrevistados tinha entre 35 e 74 anos. Isso demonstra que a vida no meio rural, por ser mais tranquila, com menos ruídos e menos stress, próprios dos centros urbanos, o homem produz com muito mais anos de vida, embora possa se aposentar pelo INSS, como agricultor o homem, ao fazer 60 anos e a mulher aos 55 anos de idade.

Sobre ser ativo na agricultura requer que pensemos num conjunto de tarefas, que exigem do físico, muitos movimentos, exposição ao sol por horas contínuas e repetitivas, o que exige da pessoa boa disposição e saúde para suportar a carga diária de atividades.

Dos entrevistados, a família rural possui poucos filhos, no que se configuram os modelos da família contemporânea urbana. Quanto à escolaridade, detectamos uma situação que é recorrente, nas mais diferentes regiões do país, a maioria pertence ao grupo dos que estudaram o ensino fundamental incompleto. Os dados disponibilizados pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** ressaltam que quase um terço das pessoas ocupadas no Brasil não terminou o **Ensino Fundamental** ou não têm sequer algum nível de instrução.

Por essa razão, quase sempre, resta ao homem o trabalho no campo, não que isso represente diferenciação ou exclusão social, mas é uma das opções àqueles que não frequentaram a escola até níveis mais adiantados.

Além disso, Rondônia, também, vive a grande desigualdade social, comum em outras partes do Brasil, com o espaço de trabalho, de vida, de relações sociais e de cultura de pequenos agricultores; espaço de grande exploração de trabalhadores, especialmente o trabalho temporário, sem relações contratuais, de pessoas que vagueiam pelo país para acompanhar os períodos de colheitas, constituindo o trabalho sazonal, que se reconhece no trabalho da colheita, em geral, das safras de algumas produções ou mesmo na época do roçado do pasto.

Não havia, até bem recentemente, a preocupação do homem, que motivado pelo desenvolvimento capitalista, não via na preservação, ambiental, prevista em lei, uma forma de lucrar ou então de conquistar bens econômicos.

De acordo com o levantamento feito entre os anos de 1978 e a 1993, (SEDAN/SEPLAN/PNDU) o município encontrava-se com sua área territorial devastada em quase sua 87,17%. Esse índice colocou Rolim de Moura e todo o estado de Rondônia na área conhecida como “arco do desmatamento” “ou cinturão madeireiro” que se estende do sul do Amazonas, passa pelos estados do Mato Grosso, Rondônia e avança pelo Estado do Pará (JANUÁRIO, 2009, disponível em <http://grupambiental.blogspot.com.br/2012/12/historia-de-rolim-de-moura.html>).

Isso resultou sérias consequências, a saber: a erosão nos barrancos de rios, alteração dos corredores ecológicos, o desaparecimento de espécies e o empobrecimento do solo, enfim, a agressão ao meio ambiente.

A crescente dilapidação dos bens comuns ambientais globais (terra, ar e água) e a proliferação de formas de formas de degradação dos habitats que impedem tudo, exceto, formas capital-intensivas de produção agrícola também são um resultado da total mercadificação da natureza em todas as suas modalidade (HARVEY, 2005, p. 173).

A deteriorização dos bens ambientais, como bem pontuou Harvey, promovem de tudo, mas o capitalismo se intensifica, a mercadoria ocupa todos os espaços sociais, a produção agrícola, vista sob o ângulo do neoliberalismo, gera a desigualdade social e a diferenciação entre o campo e a cidade.

Nesse contexto, está também o agricultor, que mais tarde pertenceria ao PAA. Este parece estar mais perto da tomada consciência da situação e atuar preocupando-se com a preservação, orientado pelos princípios da sustentabilidade e da preservação e/ou construção da sua territorialidade.

Sobre isso, Santos (2001) corrobora dizendo que o desenvolvimento sustentável redireciona políticas no espaço em que atua o sujeito, construindo teoricamente condições, dentre as quais citamos a que possui um caráter holístico, isto é, era preciso ver o todo, o espaço devastado e as possíveis interferências que pudessem mudar o estado de coisas, alterando a plástica do local.

As diferentes e opostas formas de ocupação do espaço rural indicam a presença de diversos sujeitos sociais no campo e explicitam uma forte oposição de classes capitalistas. Também, é possível observar que a presença do capitalismo no

meio rural, especialmente da segunda metade do século XX para cá, trouxe várias mudanças para a população que mora no campo, transformando e submetendo todos à produção do capital, ainda que mantidas as antigas estruturas fundiárias.

Por outro lado, essa transformação da terra, segundo Abromavay (1982, p. 218), em fonte de lucro para o capital pode se dar de diversas formas e nem sempre está ligada ao capitalismo, nas palavras dele, a povoação da Amazônia causou o despovoamento da Amazônia de sua ocupação natural. Foi esse quadro de agressão ambiental que gerou ações de reversão, como dissemos, incentivando o agricultor a reparar parte do dano com a reativação das matas ciliares bem como a (re) plantação de árvores, visando aumentar as ínfimas, as quase invisíveis ilhas verdes que restavam no âmbito territorial do município e muitos pequenos agricultores iniciaram a reposição vegetal das margens dos rios, as matas ciliares, que segundo Franco (2005)

(...) constituem-se, reconhecidamente, em um elemento básico de proteção dos recursos hídricos, apresentando diversos benefícios tanto do ponto de vista utilitarista, em relação direta ao ser humano, quanto do ponto de vista efetivamente ecológico, para a preservação do equilíbrio ambiental e, conseqüentemente (*sic*), da biodiversidade [...]. As matas ciliares guardam íntima relação com a quantidade e o comportamento da água existente nos sistemas hidrográficos, controlando por um lado a vazão e por outro, a estabilidade dos fluxos hídricos (FRANCO, 2005, p. 134).

Essa pequena e considerável atitude tem dado novo aspecto ao desenho da devastação e do desmatamento no município de Rolim de Moura, o que não implica dizer que o estado de coisas se resolva com pouco tempo e com essa única forma de reparação. É preciso também deixar a terra, isto é, parte da propriedade, em estado de repouso, em descanso para que nela possam brotar a vegetação natural e aos poucos reaja e possa servir mais tarde à produção de alimentos.

Acreditamos que, com essas atitudes, ainda que a médio ou longo prazo, Rondônia conquiste um espaço privilegiado na balança comercial, modernizando-se para os avanços da exploração capitalista, caracterizado pelo fortalecimento de unidades de produção cada vez maiores, impondo novas condições para lucratividade, utilizando insumos modernos e produzindo para a exportação. O Estado ainda não ocupa, no setor de hortifrutigrangeiros, lugar de destaque, mas já vem aumentando sua produtividade, principalmente motivado pelo PAA.

Figura 49 – Amostra da produção do PAA



Fonte: Mateus, 2014.

A colheita denota parte da ressignificação dos trabalhadores do PPA, principalmente aos migrantes que deixaram seu estado, nas décadas de 1970 e 1980, onde eram ou não proprietários de terra, mas em geral, trabalhavam com ela. Aqui chegaram numa época em que o Governo Federal incentivava a população da região à prática agrícola.

A comercialização do excedente, utilizando a forma da economia solidária é Proporcionar à sociedade alimentos de qualidade, num preço acessível. Incluir o aspecto econômico numa forma diferenciada que visa a sua independência financeira, por meio da produção e de sua comercialização.

Como migrante ou filho de migrante é natural que haja o desejo de as pessoas mudarem para outras regiões, desta vez, mais próximas, em busca de deslocamento social.

Migração interna é um processo social resultante de mudanças estruturais de um determinado país que provocam o deslocamento de grupos sociais, pertencentes às diversas classes sociais, os quais, por motivos diversos, deixam o seu município de origem e vão fixar residência noutro (SOUZA, 1978, p. 48).

Dentre os entrevistados, houve aquele que teve ou ainda tem vontade de mudar, não foi perguntado se a migração estava relacionada à prática da agricultura, à posse da terra. Esse assunto é referenciado, é tratado por Martins (1988).

Migrar temporariamente é mais que ir e vir; é viver em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais... É sair quando está chegando, voltar quando está vindo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum, partir sempre e chegar nunca (MARTINS, 1988, p. 45).

Essa problemática soma-se a outra, agora relacionada ao uso da terra, ao trato com a terra, a aplicação de herbicidas, de agrotóxicos, para contornar, reduzir as pragas e as ervas daninhas. Um estudo, desenvolvido pelo engenheiro florestal José Neuton, residente em Rolim de Moura, aponta que:

Na horticultura praticada nas proximidades do Rio Anta, Manicoré, Igarapé D'Alincourt e de afluentes do Rio Bumburro, o técnico José Neuton (SEDAM) observou que o uso freqüente (*sic*) e às vezes desnecessário de agrotóxicos não é diferente. Para se ter uma idéia (*sic*), entre os que praticam atividades isentas desses produtos, destacam-se 03 proprietários, no município de Rolim de Moura, dos quais 02 são horticultores e 01 está voltado para o cultivo de cana de açúcar. Comparando as duas situações, verifica-se que a dependência de agrotóxicos e as práticas inadequadas de uso e ocupação de solos dificultam a adoção de um sistema orgânico de produção. Por isso, muito raramente conseguem vencer a primeira etapa, na qual é necessário o proprietário deixar a área repousar por um determinado período, suspender o uso de venenos, evitar queimadas, promover a manutenção e recuperação das matas ciliares e de reservas florestais. Diante desses critérios, dos poucos que tentaram o sistema de produção orgânica em Rolim de Moura, a maioria não ultrapassou a primeira estação chuvosa (OLIVEIRA, 2011, p. 132).

A situação apresentada no estudo é uma situação comum ainda na região, inclusive nas associações objetos de estudo desta dissertação. A cultura do agrotóxico como auxiliar de controle de pragas e como sinônimo, substituto da enxada, como aquele que deixa o trabalho físico, mas fácil e rápido está longe de ser revertida. Como bem disse o engenheiro florestal, as tentativas de produção orgânica esbarram na questão das chuvas e, mais do que isso, diríamos, na consciência do agricultor.

Nesse sentido, as organizações, no caso em tela a AFAR e a ADAGRIN, e o Sindicato Rural reúnem profissionais com interesses comuns. As duas primeiras, como amplamente mencionado, proporcionam ao homem do campo a melhoria no aspecto produtivo, com consequente aumento de renda familiar, com acesso a

técnicas de cultivo de órgão como a EMATER, a Secretaria Municipal de Agricultura e mesmo a EMBRAPA, bem como programas de crédito em instituições bancárias. Quanto ao Sindicato Rural, o interesse de associação é outro, é preocupação corporativa, diz respeito à segurança, isto é, garantia de aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, seja em caso de invalidez ou por tempo de contribuição.

Ambas as formas de associativismo são regulamentadas por leis gerais do direito, cujo teor é de controle do Estado e também por estatutos, estes regulamentados com registros em cartório e representam fruto de trabalho e apreciação coletiva dos associados.

As figuras de 31 a 33 apresentam dados sobre a relação do produtor com a terra, isto é, se os entrevistados são proprietários ou se trabalham na terra como comodatários. As relações encontradas na pesquisa com contrato de comodato apontam para aproximadamente 26% dos agricultores, associados nas duas organizações sobrevivendo do comodato, com acento na relação pai e filho, quando aquele, via contrato, dá o direito a este para que usufrua da terra e daquilo que ela produz, sem nenhuma obrigação de pagamento ao pai, e nem pagamento salarial ao filho, usuário da propriedade.

Código Civil dispõe que o contrato de comodato traduz-se em empréstimo gratuito de coisas não fungíveis e se perfaz com a tradição do objeto (art. 579). Se não houver prazo convencional, presume-se o comodato pelo tempo necessário para o uso concedido (art. 581). Ademais, o contrato de comodato “possui natureza *intuitu personae*, pois o comodante tem em mira a fidúcia que deposita na pessoa do comodatário, tanto que é contrato gratuito. Traduz favorecimento pessoal do comodatário. O benefício, salvo ratificação do comodante, não se estende, portanto, aos sucessores do comodatário” (VENOSA, 2003, p. 225).

O comodato tem caráter temporário, sendo convencionado por prazo certo, determinado, preciso ou então o empréstimo é por tempo indefinido, indeterminado, caso em que o tempo do contrato será o necessário para que o comodatário possa servir-se da coisa para o fim que se destinava. Durante o prazo convencional ou durante o tempo suficiente ao uso, o comodante não poderá exigir restituição do bem, salvo necessidade imprevista e urgente, reconhecida pelo juiz.

Na prática, quem usa a terra por comodato, nas associações AFAR e ADAGRIN, estabelece esse tipo de contrato. Nesse caso, os usuários da terra não são empregados, não recebem nenhum salário, não pagam a ninguém qualquer tipo de retorno, o que fica estabelecido, na verdade, é o uso por indeterminado tempo. O contrato, como já mencionado, não estabelece sistema de trabalho remunerado. O sistema se assemelha ao trabalho volante, nos termos de Simon *et al* (1982). O comodatário “é um trabalhador rural, uma espécie de ‘empresário para si’, (...) que dispõe de sua própria força de trabalho (p. 52)

O trabalho volante fica descoberto das garantias do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), já o comodatário não. No âmbito do campo, das atividades agrícolas, no que diz respeito à forma de trabalho que se pratica, pudemos perceber que nas duas associações há relações de troca de serviço, de trabalho em forma de diária e, como acabamos de registrar, o comodato.

Além disso, os produtores associados buscaram no PAA uma outra alternativa de renda, plantando e comercializando produtos, antes não cultivados em sua propriedade, considerando as orientações do referido programa, contribui para fixar o homem no campo, gerando emprego e renda mensal ao comercializar sua produção, ao mesmo tempo melhorar a qualidade da alimentação de todos. Isso lembra uma das ideias defendidas pela política pública anterior ao PAA, que era a “Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA)”, lançada 1991– que contribuiu à formulação do Programa Fome Zero (CERQUEIRA, 2010; Instituto Cidadania, 2001).

Segurança alimentar significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade e em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna no contexto do desenvolvimento integral da pessoa humana. A segurança alimentar há de ser, então, um objetivo nacional – bem como internacional – básico e estratégico. Deve permear e articular, horizontal e verticalmente, as políticas e ações das áreas econômica e social e ser perseguida por todos os segmentos da sociedade em parceria com os governos ou em iniciativas cidadãos (Brasil, Ministério de Estado e Relações Exteriores, 1996, p.41).

Essa proposta visava fortalecer os pequenos e médios empreendimentos rurais envolvidos com alimentos e alimentação e de modo a contribuir na reversão das as iniquidades presentes no padrão de desenvolvimento, tanto de instrumentos

que se contrapusessem aos impactos negativos ou à exclusão de pequenos e médios empreendimentos na agricultura familiar (MALUF, *In*: CONAB, 2009, p. 114).

A permanência do homem no campo se explica pelo tempo de residência dos entrevistados, a maioria deles, 27, reside há mais de dez anos no local e, 18 moram há mais de três anos. Ambos os grupos estão na zona rural tempo necessário para saberem que o campo é onde podem exercer uma profissão rentável, sem a necessidade de evadirem-se inchando os centros urbanos.

Ainda que as associações sejam constituídas de proprietários de terra, que a renda do PAA, segundo entrevistados, supra as necessidades básicas e outras de ordem secundária, como aquisição de veículos de passeio, por exemplo, alguns dos associados trabalham parte do ano, quando se reduzem seus afazeres, em geral, no período da seca, fora de sua propriedade, visando também o aumento da renda.

No sistema capitalista, para Harvey (2005), quando há a ideia de renda extra há também a de acúmulo de capital. As forças produtivas são equivalentes à exploração da quantidade máxima de trabalho a que o homem pode gerar. Ainda que a fixação dos preços mínimos dos alimentos produzidos pelos agricultores reforce a geração de renda, o associado busca ampliar seu poder aquisitivo, trabalhando em outras propriedades rurais, em atividades urbanas ou serviços públicos.

Sobre isso, observa-se que as famílias integrantes do projeto PAA da AFAR e da ADAGRIN estão gerando emprego e renda na localidade onde está situada a agricultura familiar.

A agricultura familiar representa um modelo produtivo de tal forma peculiar, que diversos estudos procedem a uma delimitação própria. Jean (1994), referindo-se principalmente aos proprietários de estabelecimentos familiares, descreve o produtor familiar como personagem híbrido, que acumula uma tríplice identidade composta por: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador. Portanto, teria direito a rendimentos tríplices na economia de mercado: rendas fundiárias ligadas à posse do solo, lucro como empresário privado e salário como trabalhador agrícola (BROSE, 1999, p. 35).

A peculiaridade da agricultura familiar, afirmada por Brose, é reconhecida em toda forma de manifestação, como oportunidade de geração de renda, fixação do homem no campo, facilidade na comercialização, e tipifica o agricultor num sujeito

híbrido, como pudemos comprovar nesta pesquisa. O agricultor rolimourense, em especial, os do PAA, é alguém que planta, atua como diarista, um ou outro é “empresário de si”, usando aqui o termo de Simon *et al* (1982).

Todas essas formas de renda praticadas pelos agricultores do PAA não o isentam de precisar recorrer a empréstimos e financiamentos, estimulados pelo Governo, em forma de políticas públicas. Essas para Teixeira (2005) são assim definidas;

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (...).

As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social. (...) (TEIXEIRA, 2005, p. 02 e 03).

Dentre esse conjunto de políticas estão os financiamentos. Nesse caso, se o agricultor não tiver um planejamento poderá incorrer num endividamento, cuja lavoura poderá não suprir as parcelas do montante a ser pago, gerando um descontrole da dívida, no entendimento popular “uma bola de neve”, resultando por vezes, na mácula do produtor como aquele que não cumpre com seus compromissos.

A situação de endividamento é grave e toma contornos sociais tão sérios que passa a preocupar a sociedade pelos seus reflexos em futuro imediato. Não há como fechar os olhos para esta realidade expressa pelas regiões dos produtores que são compelidos a transferirem-se da agricultura para o meio urbano, acelerando o êxodo rural, registrado com menor intensidade em outros países adiantados (GROSSI e SILVA, S/D, p. 171).

De certa forma o que incomoda é que, em geral, para os bancos, não há qualquer diferenciação de tratamento entre o produtor que realmente encontra-se endividado, em função dos efeitos da crise setorial, e aqueles que sejam caracterizados como inidôneos contumazes do crédito rural, inclusive, os já acionados judicialmente. Uma outra questão, não menos séria, é que não existem

regras diferentes, em termos de condições de prazo e encargos para grandes e pequenos agricultores, para devedores constantes e devedores excepcionais.

Não bastasse essa questão de financiamento, a assistência técnica é outro dilema das duas associações. Mesmo que seja fundamental em qualquer atividade, seja ela dá que natureza for, a assistência técnica para os agricultores entrevistados está longe de representar uma proteção, uma contribuição à agricultura. Por suas características próprias, a prática agrícola é um trabalho heterogêneo com condições sociais, econômicas, educacionais e culturais diferenciadas, ela, a assistência técnica deveria ocorrer como obrigação do Estado, que deve propiciar estes serviços aos agricultores familiares, ou então por profissionais autônomos como Engenheiros Agrônomos e Técnicos Agropecuários, o que representa para o agricultor um custo a mais na sua produção. Como vimos, nas questões relacionadas a esse assunto, aos agricultores do PAA queixaram-se de pouca e nenhuma assistência por parte do poder público, o que, mais uma vez, diferencia o Brasil de outros países, principalmente os ricos que se preocupam em proteger o agricultor.

(...) os países ricos, gostemos ou não gostemos, estejamos ou não de acordo com suas políticas, continuarão, até onde lhes seja possível, subsidiando e protegendo os seus agricultores; e os países pobres continuarão sem força política para impedir que os países ricos continuem fazendo-o (LACKI, 2006, p. 1-2).

O início significativo do assessoramento técnico aos agricultores deu-se por meio de iniciativas públicas, principalmente aos agricultores de menor porte, entretanto hoje a iniciativa privada também atua neste meio com sucesso, e isto é um desafio permanente para os profissionais. Se os conhecimentos forem suficientes para melhorar as chances de sucesso econômico das propriedades rurais deverão ser procurados pelos agricultores.

A assistência técnica é intensiva, direta, diária e personalizada, refletindo positivamente na produção de qualidade. Atestam a viabilidade do cooperativismo e do associativismo e que a assistência técnica ao homem do campo e ao sistema produtivo é uma forma de conduzir corretamente a produção, promover economia, diminuir custos, economizar energia, diminuir gastos de verbas públicas com melhor utilização de recursos. Resta ao Estado fortalecer seu sistema de ATER, importante para o melhor

aproveitamento das áreas agricultáveis e para a verticalização da produção. (FARHAT, 2004, p. 13).

Conjugado com a falta de assistência técnica que a maioria dos agricultores têm, o problema dos financiamentos, há ainda a ausência de tecnologias. Mesmo tendo as máquinas de processamento de frutas, trator, isso é pouco, considerando o número de agricultores das associações. Por outro lado, há também a não-capacitação para lidar com as tecnologias existentes. Lacki (2006) contribui com o que estamos dizendo, registrando que:

(...) nossas tecnologias que já estão disponíveis, porém ociosas/subutilizadas devido às inaceitáveis debilidades dos nossos serviços de extensão rural. E tudo isso depende especialmente dos próprios agricultores, com a única condição que os governos lhes proporcionem nada mais que os conhecimentos necessários para que eles saibam corrigir as deficiências tecnológicas, gerenciais e organizacionais que ainda caracterizam a maioria dos produtores rurais (LACKI, 2006, p. 3).

Na pesquisa encontramos tecnologias ociosas, um abatedor de frangos e um triturador de milho. Somado a isso percebemos a pouca representatividade de aparatos tecnológicos em funcionamento, a saber: um único trator, máquinas de processamento de frutas, equipamentos de irrigação. Esses são manipulados por poucos, isto é, por aqueles que receberam capacitação, numa demonstração de que os demais ficam reféns de quem manipula esse tipo de instrumento. Em outras palavras: os poucos que recebem cursos detêm o conhecimento para si, os demais acabam por ficar na “mão” de quem foi treinado. Isso reforça o que Harvey (2005, p. 166) considera ser prática do capitalismo, representado na ideia de que na relação de trabalho empreendedor há vantagens aos que se encaixam numa estrutura de concorrência em que apenas um participante ganha. Nesse sentido, o capitalismo ronda o pequeno agricultor das associações investigadas.

Miranda (2013), quando trata da relação tecnologia e renda, considera ser “O objetivo das políticas públicas de inclusão e renda do Brasil alcançar os grupos à margem da modernização”. Nesse sentido, lembramos de que modernização é, neste texto, considerada sinônimo de tecnologias. Aqui entram as parcerias estabelecidas nas associações rurais, bem como a recorrência às tecnologias ofertadas pelas secretarias municipais de agricultura e pela EMATER, uma vez que

a maioria não dispõe de recursos para pagar assistência técnica particular, salvo em parte dos pequenos agricultores cooperativados.

Isso permite dizermos que trabalhar com agricultura é, então, conjugar terra, capital e trabalho. No século XXI, a essa trilogia juntou-se um quarto elemento: a tecnologia. Cujas finalidades são a reformulação da extensão rural brasileira.

Na apresentação do livro de Miranda (2013, p. 19) intitulado *Agricultura no Brasil do século XXI*, o editor, e também ex-ministro da Agricultura do Brasil, Roberto Rodrigues, ressalta que as atividades agrícolas tiveram impulso a partir do início deste século. Para ele, a atividade agrícola, nos últimos dez anos apresentou contínuo desenvolvimento, chamando a atenção, de tal modo, que gerou outra perspectiva. Ainda o editor considera que:

A agricultura brasileira contemporânea deixou de ser atividade de baixo valor agregado, passando a gerar uma variedade crescente de produtos cada vez mais sofisticados. Envolve o trabalho árduo de um enorme exército anônimo de pequenos produtores rurais, médios agricultores e grandes empreendedores. Juntos puxam para cima indústria e serviços, de forma cada vez mais de forma inovadora e complexa (MIRANDA, 2013, p. 19).

São os pequenos produtores rurais os agentes das associações e que em conjunto ajudam o município de Rolim de Moura a aparecer nas estatísticas como um dos maiores produtores agrícolas do Estado, ocupando a 7ª posição.

O quadro do município é reflexo do quadro nacional, cujas influências são evidentes não só nos aspectos de produção, mas também nos relacionados à devastação ambiental, às tecnologias, às práticas históricas e ao espírito empreendedor do homem rural.

Para compreender a agricultura brasileira, não basta apresentar números recordes de produção, sempre crescentes. Propalar ideias como maior exportador do mundo, disso e daquilo, acaba por esconder a evolução das condições da produção, os impactos e a sustentabilidade. Mais que o quanto é essencial entender como se produz no Brasil. É necessário compreender a enorme evolução da tecnologia agrícola nacional, graças à inovação e ao empreendedorismo dos agricultores e de suas organizações. E saber, como também tudo isso se insere em processos históricos e em raízes culturais próprias do Brasil (MIRANDA, 2013, p. 23).

Miranda (2013) fez um estudo sobre a concentração regional da produção nos anos de 2006 a 2008, identificando que:

A Região Norte contribuiu com quase R\$ 12 bilhões, ou seja, cerca de 6% no valor total da produção agropecuária nacional estimada no estudo. Do valor regional, a cota de 75% alcançada com apenas 8 produtores: bovinos (31%), madeira em toras de espécies nativas (11%), mandioca (10%), leite (8%), soja (5%), arroz (4%), milho (4%) e banana (3%), em que pense toda a diversidade de 83 produtos de extrativismo, cultivo e exploração vegetal e animal computados (MIRANDA, 2013, p. 45).

Sobre a produção de grãos, especificamente o arroz, encontramos dados relativos à Região Norte, que aponta está em 6º lugar, com R\$ 500 milhões e representatividade de 4% do total da região. Já sobre o feijão, este não figura entre os primeiros produtos da região Norte. (MIRANDA, 2013, p. 77; 84).

Quanto à produção de café e de milho, conforme o quadro 6, desta dissertação, houve queda na produção antes de depois do PAA. Encontramos outros dados sobre esse tipo de produção no município de Rolim de Moura, disponibilizados no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA que confirmam a informação.

Quadro 10 - Participação do milho no total da produção agrícola municipal e do país

ANO	MUNICIPAL	NACIONAL
2010	5,98%	9,91%
2009	7,64%	10,64%
2008	5,39%	13,95%
2007	6,27%	13,39%
2006	6,82%	10,06%
2005	6,36%	9,90%
2004	7,64%	10,43%
2003	8,29%	13,55%
2002	14,63%	11,97%
2001	13,78%	11,73%
2000	8,74%	13,37%
1999	6,78%	11,88%

Fonte: IPEADA -> REGIONAL -> AGROPECUÁRIA | Produção Agrícola.

Quadro 11- Participação do café no total da produção agrícola municipal e do país

ANO	MUNICIPAL	NACIONAL
2010	56,45%	7,53%
2009	43,33%	6,10%
2008	51,80%	7,05%
2007	56,42%	6,92%
2006	27,40%	9,40%
2005	56,32%	7,10%
2004	53,85%	6,63%
2003	64,29%	4,47%
2002	52,25%	6,12%
2001	49,34%	5,28%
2000	70,80%	9,52%
1999	70,45%	11,1%

Fonte: IPEADATA -> REGIONAL -> AGROPECUÁRIA | Produção Agrícola.

Nas duas associações pesquisadas – ADAGRIN e AFAR – o cultivo dos grãos, acima citados, também se apresentou reduzido, no ano de 2013. Situação essa que não é peculiar a esse ano, mas de pelo menos 10 anos atrás, tempo em que as políticas públicas agrícolas começaram a abrir novos horizontes aos pequenos agricultores, que puderam escolher outras fontes de renda, que não somente a lavoura de grãos, que lhes rendia lucros apenas uma vez ao ano.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a substituição de grãos por plantação de leguminosas e hortaliças, por exemplo, mantém o agricultor o ano todo ocupado, visto que essas modalidades de plantio têm uma variedade de culturas, com colheita em tempo menor, podendo o agricultor ao mesmo tempo em que está semeando um tipo, esteja colhendo outro ou então fazendo a manutenção de um terceiro tipo. Além

desse aspecto, acentuamos o que diz respeito à renda, que deixa de ser anual, em caso de plantio de grãos, e passa a ter um movimento de entradas muito frequentes, dando à função agrícola uma dinâmica diferente das safras, comuns no agronegócio.

As leguminosas, para este trabalho *raízes*, são quatro – inhame chinês, mandioca, cará e batata-doce - as cultivadas pelos agricultores das duas associações.

A produção de inhame está concentrada na região Norte e Nordeste do país com destaque para o Pará como o principal produtor. Sobre a produção nacional consta a estimativa de 2,3 milhões de toneladas numa área de 238.000 ha, dentre a qual, a área de Rolim de Moura, que corresponde à porção dos proprietários de lavoura deve estar inserida, com uma produção significativa, reservadas às proporções nacionais (MIRANDA, 2013).

Para Miranda (2013), a mandioca ocupou a 11ª posição, na produção brasileira e, na Região Norte, no mesmo período, ocupou a 3ª posição contribuindo com R\$ 1,2 bilhão, mais de 10% do valor regional na produção agropecuária. Dados esses que estão intimamente relacionados aos levantados nas associações, nosso objeto de estudo, que subiu mais de 500% a sua produção com a implantação das políticas da agricultura familiar.

Já o cultivo de cará é praticado apenas pela ADAGRIM, somando mais de 300% com a implantação do PAA. Em Miranda (2013), encontramos informações que mostram o rendimento em ascendência no país, podendo dobrar e até quadruplicar com o auxílio de tecnologias modernas, alcançando números de 90% de aumento nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Espírito Santo (p. 106). Importante dizer que essa raiz é rica em energia, com fonte de vitamina do complexo B e C, e é alimento de fácil digestão, pode ser substituto da batata-doce.

Sobre a batata doce, antes associada às festas juninas, hoje ela passa a compor a mesa no dia a dia dos brasileiros. Sua produção, segundo Miranda (2013), ainda é pequena, 500.000 toneladas/ano, mas em ascensão. No caso da AFAR, antes do PAA, não era produzida, passando a 10.000kg/ano após o Programa e a ADAGRIM, sem registro de produção antes e com 1.000kg depois do PAA. “No Norte e Nordeste, sobretudo, a batata-doce plantada em conjunto com outras

culturas contribui na alimentação das famílias, sobretudo na primeira refeição diária, servida cozida, assada ou frita” (MIRANDA, 2013, p. 105).

As frutas produzidas por uma e/ou associações, (banana, mamão, laranja, goiaba, maracujá, acerola, cupuaçu, manga, araçá-boi, limão, abacaxi, caju, coco e melancia) aparecem no quadro 8 deste trabalho, apontando que sete delas possuem índices altos de colheita, com destaque para as quatro primeiras.

O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frutas, com uma produção que supera os 41 milhões de toneladas, perdendo apenas para China e Índia. O grande consumo interno, absorvendo a maior parte da safra, faz com que o País ocupe apenas a 15ª posição no ranking dos maiores exportadores. Do total produzido, 47% é consumido in natura e 53% vai para o processamento. Deste volume, a maior parte é suco concentrado e congelado de laranja, produto no qual o Brasil lidera a produção e a exportação. Dos 47% destinados ao consumo in natura, apenas 2% são direcionados para exportação. Já dos 53% que seguem para as agroindústrias, 29% são vendidos ao mercado externo (ANUÁRIO, 2008).

Nesse caso, ainda é tímida a participação do Brasil no mercado global, o que talvez se justifique nas exigências para exportação, o que também é chamado de barreiras protecionistas ou então, haja falta de coordenação dos produtores. Em Rolim de Moura, a fruticultura também não se apresentou expressiva tanto quanto a cultura de leguminosas, cujos percentuais ficaram entre 300 e 500% em duas de suas produções.

Destacamos que praticamente toda a colheita é, artesanalmente, transformada em polpas e estas são vendidas no Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal, com exceção da banana.

Em relação à produção de goiaba, os dados que aparecem do quadro 5 apontam-na como uma das frutas que já eram plantadas por dois agricultores da AFAR, antes do PAA. Foi duplicada a produção, com o incentivo das políticas desse programa. Ressaltamos que foi a experiência dos dois e a oportunidade gerada pelo Programa que os levaram a instalar, na propriedade rural, máquinas despulpadeiras, barateando o custo de produção, ao mesmo tempo em que a prática agrícola tornava-se ainda mais atrativa aumentando o espaço de venda no mercado consumidor.

Na categoria outros apresentada no quadro 5, ocupa posição de destaque a criação de aves (AFAR e ADAGRIN), a produção de cana-de-açúcar (ADAGRIN) e

de abóbora (AFAR e ADAGRIN), o que se justifica, na nossa concepção, no fato de aves terem entrega garantida no PAA para a merende escolar das escolas do município. Escolha essa que o agricultor pode praticar junto com a cultura de grãos, leguminosas e verduras; na produção exclusiva de mel, razão pela qual Rolim de Moura é o mais conceituado produtor do Estado. Ainda que não apareça, no referido quadro, com a cana-de-açúcar, o pequeno agricultor produz também o açúcar mascavo e a rapadura, vendidos nas feiras da cidade. O mel, em geral, é entregue tanto nas farmácias quanto nos supermercados; quanto ao aumento de produção de abóbora, isso se deve pelo pequeno custo e seu poder nutritivo.

O que se observou durante a pesquisa é que ao escolher uma ou mais produções significa dizer que o produtor melhor compreende a dinâmica do mercado, entende que uma escolha abre novas oportunidades de negócio, por exemplo, ao preferir criar aves, ele poderá tanto entregar no Programa, quanto no comércio local ou então direto ao consumidor.

O Quadro 5 que apresenta a produção dos agricultores nos remete, mais uma vez, à teoria de Harvey (2005) sobre capital, produção e espaço e, também à concepção de política pública. Esta como elemento fundamental para a realização de direitos, por meio de arranjos institucionais, no caso o PAA, e também como um conjunto de estratégias que fomentam a sociedade a gerar renda e, conseqüentemente, alimentar os ideais do capitalismo. Toda política pública pressupõe “ação, coordenação processo e programa” (BUCCI, *In*: SMANIO e BERTOLIN, 2013). É o último dos quatro elementos o que alcança a sociedade de forma concreta e efetiva, gerando resultados. O conjunto de produtos mencionados no Quadro 5 é o resultado de uma política que deu certo, considerando que os agricultores passaram a ter uma renda mensal, diversificaram a produção, conquistaram liberdades, principalmente a de poder selecionar a quem vender o excedente.

Por outro lado, esses mesmos agricultores, deixaram de produzir o arroz, o feijão e outros alimentos em grandes proporções, passando a atuar com a pequena agricultura, com processo de duração efêmera, numa demonstração de que estão influenciados pelo ritmo e pela velocidade, impostos pelas tecnologias e “regras” próprias do capitalismo. Tanto é que foi possível perceber o acúmulo de bens, de valores de uso, antes não levados em consideração, numa confirmação da

tendência do capitalismo em “destruir e absorver modos não-capitalistas de produção, ao mesmo tempo que os utiliza para criar espaço novo para acumulação de capital” (HARVEY, 2005, p. 56).

O conjunto de figuras de 42 a 47 traz detalhes sobre o tipo de residência, os bens móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e veículos adquiridos, antes e depois da implantação do Programa de Aquisição de Alimentos, o que merece comentários acerca dos resultados. Não foi expressiva a aquisição desses itens em nenhuma das duas associações, salvo em relação ao tamanho que muitos agricultores ampliaram a residência, depois de sua inserção ao Programa, e a aquisição de freezers para o armazenamento das polpas de frutas, visando a manutenção de suas propriedades, antes da entrega ao consumidor.

Observamos que 23 dos 45 entrevistados possuem casa construída em alvenaria, essas, embora não tenha sido o foco da pesquisa, várias unidades são oriundas do Programa *Minha Casa Minha Vida Rural*¹⁹, assunto que merece uma outra investigação.

A existência de mais uma DAP por família, foi constatada no momento do Formulário, sendo essa pertencente aos filhos maiores de 16 anos. A não percepção deste fator amparado pela lei do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF consiste num erro do Formulário. Esse fator levou o pesquisador optar rigorosamente no cumprimento da ideia inicial, considerando que foi pensado em uma única DAP por família, o que não ocorreu. Tanto que foram as famílias com mais de uma DAP as que mais adquiriam bens. O PAA para o Governo Federal é um Indutor de Renda e Qualidade de vida para a agricultura familiar, uma vez que permite o agricultor fazer compras parceladas, pagando-as com os recursos do Programa no final ou início de cada mês (CONAB, 2009).

Para a CONAB:

O PAA, tem contribuído na construção de outras alternativas de relação entre produtores da agricultura familiar e mercado. O PAA

¹⁹ Segundo dados da EMATER do Estado de Rondônia em 2013 o programa Minha Casa e Minha Vida Rural beneficiou 2.750 agricultores familiar Para obter acesso ao programa a renda anual não pode ultrapassar 15 mil reais líquidos ano, além disso, é necessário ter Aptidão ao PRONAF, o DAP e atender aos critérios exigidos pelo Programa Nacional de Habitação Rural. O valor do recurso liberado será de 30 mil e quinhentos reais por unidade habitacional. A contrapartida do beneficiário será a mão de obra para a construção da residência. <http://www.emater-ro.com.br/emater.php?get=6&id=21>. Acesso em 15 de novembro de 2014.

tem servido de instrumento pedagógico, possibilitando exercer o planejamento da produção, desenvolver práticas que permitam estruturar uma logística própria para os recursos financeiros tendo de estabelecer mecanismo de controle, aprimorando a gestão administrativa e financeira da família. (CONAB, 2009 p. 52).

Essa análise da CONAB reforça o que ouvimos de produtores entrevistados que, a diversificação da produção, as vendas externas da sobra da produção, de produtos que antes se perdiam, o interesse por novos mercados (feira livre e mercado) alinhados ao maior número de DAP por família permitiu que aqueles mais numerosas gerassem excedente que contribui na melhoria da qualidade de vida.

Mesmo que pareça pouco a receita gerada pelo PAA sobre as famílias, muitos deles, relatam estar satisfeito com o programa, pois são acostumados a viver com pouco e ter renda apenas anual. Essa entrada de dinheiro mensal, para eles, custeia a maioria das despesas básicas da família, permitindo que a renda gerada pela venda de produtos anuais (ex: Café, Milho..) fosse utilizada na compra equipamentos domésticos, carro e melhoria das casas.

A relação entre mercado e agricultura familiar, a partir do PAA de acordo com a análise da CONAB, e identificada na pesquisa enloco, observou que de um lado tem a gestão financeira e o planejamento da propriedade e da família para ser cuidado, e por outro lado a sobra financeira familiar, somente, possível por essa nova forma de gestão da pequena propriedade através da pedagogia desenvolvida no programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como os objetivos desta dissertação foram: (a) identificar a produção e comercialização de produtos cultivados de forma solidária por pequenos agricultores; (b) identificar as dificuldades para desenvolver as atividades no campo e; (c) compreender a relação entre permanência no espaço rural, associativismo e políticas públicas, iniciamos nossas considerações dizendo que as duas associações estudadas, motivadas pelas políticas do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, de modo geral, praticam a solidariedade produtiva, uma vez que há troca de serviços, uso de equipamentos como o trator e máquinas despoldadeiras, partilham da receita e despesa, sem perder o excedente.

No entanto, relembramos o caso dos únicos dois maiores produtores de goiaba que, entenderam a dinâmica do mercado, participando do associativismo, tirando proveito dessa condição, o que, de certa forma, torna a ideia de solidariedade um tanto quanto utópica, citando aqui as palavras de Marx (*In*: ARROYO e SCHUCH, 2006, p. 25) quando se refere ao socialismo. Ou então, podem as políticas do PPA entrarem em colapso, perecendo vários pequenos agricultores que não tenham se portado segundo os princípios do cooperativismo e que tenham se orientado pelos ideais do capitalismo.

A constituição das políticas do PAA se ocupa de garantir ao pequeno agricultor, com a identificação A DAP, via recomendações de venda do excedente para o governo e o restante deveria alocar para o mercado. Isso não vem acontecendo. O produtor entrega toda a sua produção diretamente ao governo, com raras exceções, como já dissemos. Nesse caso, se o governo deixar de comprar a produção, o risco de prejuízos e consequente endividamento é provável.

Além dessa possível dificuldade, registramos as levantadas pelas entrevistas: (a) a necessidade de ampliação de mercado. Isto denota que os agricultores não desenvolveram noção das potencialidades do mercado e da sua atividade, enquanto coletiva; (b) o não domínio das tecnologias disponíveis. O que se explica na pouca escolarização da maioria dos entrevistados e/ou pela não-assistência técnica pelos órgãos responsáveis pela prestação desse tipo de serviço; (c) A idade pode representar um outro problema. A “roça” está ficando velha, isto é, a maioria dos

entrevistados está na casa dos 50 e 65 anos; (d) o último entrave diz respeito à documentação exigida pelo PAA para integrante do Programa.

A relação entre êxodo rural, associativismo e políticas públicas a que fazemos não é nenhuma novidade. O fato de permanecerem no campo as pessoas mais velhas explica o desinteresse dos jovens pela agricultura e, conseqüentemente, justifica a sua presença no meio urbano, espaço em que há, com isso, aumento no número de desempregados, ou em situação menos caótica, a prática de trabalhos esporádicos. Sobre o associativismo, consideramos positivo o que verificou *in loco*. Este se efetiva segundo o que preceituam as normas de organização social, naturalmente que cada forma de cooperativismo possui seus indicativos. No caso dos entrevistados, embora sejam únicos, quando se apresentam como sindicalizados têm as garantias e deveres predefinidos pelo Sindicato, e, sendo associados, usufruem e agem como tais.

No que diz respeito às políticas públicas voltadas à agricultura familiar, percebemos que o PAA reúne muitos trabalhadores, dos quais entrevistamos 45, que representam 25% de toda a população associada, e esses demonstraram entendem a real intenção do Programa, mas nem todos, tiram proveito das oportunidades que o PAA oferece, isto é exercitam o direito de uso da terra e de exercício de uma profissão, de sua cidadania.

Conforme análise de Hannah Arendt, o primeiro dos direitos do homem é o direito de ter direitos, o que implica na dimensão e conceito de cidadania, como um meio para a proteção de direitos e também como um princípio, pois a destituição da cidadania implica na perda desses direitos (SMANIO e BERTOLIN, 2013, p. 13).

Dito isto, consideramos que as hipóteses levantadas, no início deste trabalho se confirmam, parcialmente, porque o PAA, desde o ano de 2005, no município de Rolim de Moura: tem servido de suporte para a implementação da economia familiar para a maioria dos agricultores. Já, sobre se o Programa acreditamos que este possibilita exercer o planejamento da produção.

Nossa hipótese de que se PAA desenvolve práticas que ensinam o agricultor a estabelecer mecanismos de controle interno, aprimorando a sua gestão administrativa e financeira da propriedade e da produção, entendemos que se confirmou.

A abordagem sobre as políticas do Programa de Aquisição de Alimentos, nas associações familiares, não se esgota aqui, há muito a ser estudado e a ser dito sobre o assunto, para que se possa conhecer e analisar a relação dos vários outros eixos articuladores do Fome Zero. Nesse sentido, é um assunto em aberto, o que pode incitar muitos outros estudiosos a se debruçarem nesse tema, inclusive este pesquisador, numa outra oportunidade.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fonte, 2000.

ABROMAVAY, Ricardo: **Lutas Sociais no Campo**. In: **A Mão-de-obra volante na Agricultura**. São Paulo: Polis, 1982.

AFAR – Associação de Famílias Rurais; ADAGRIM – Associação de; OPM – Associação Popular de Mulheres. Nota Técnica. Rolim de Moura, 2011.

ÁLVARES-AFONSO, F. M. **Rondônia: ocupação, crescimento e organização agrária**. Rondônia: Realce, 2008.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE FRUTICULTURA 2008. **Gazeta**, 2008. 136 p.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. São Paulo: Moderna, 1986.

ARROYO. João Cláudio Tupinanbá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

ARAUJO, Patrícia da Cunha de. **Áreas cafeeiras, programa de aquisição de alimentos, e legislação ambiental no Estado de Rondônia**. Brasília: UNB, 2012 (Monografia) Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4171/1/2012_PatriciadaCunhadeAraujo.pdf. Acesso em 09 de março de 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Caderno balanço – PAA – 2003 – 2010. Disponível em: www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura. Acesso em 30 de março de 2014.

BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

CERQUEIRA, Kleber C. As propostas de política econômica do PT entre 1989 e 2006: um exame sob o referencial teórico das coalizões de defesa. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social (UnB). Brasília (DF), 2010.

CHIEZA, Rosa Angela. **A constituição do Estado Brasileiro nas visões de Florestan Fernandes e Raymundo Faoro: uma comparação**. Proto Alegre: UFRS, s/d. (Mimeo).

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura e Abastecimento alimentar: políticas públicas e mercado agrícola**. Brasília: 2009.

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FARHAT, M. **Assistência técnica**: Uma atribuição das Entidades Associativas e Cooperativas de Produtores Rurais no Agronegócio – Experiência da COPLACANA e AFOCAPI. *In*: Congresso Brasileiro de Assistência Técnica à Agricultura. Os Caminhos da Assistência Técnica À Agricultura, 2004, Piracicaba. Anais. Piracicaba: FEALQ: AGROESP, 2004. p.190-197. ANCO, José Gustavo de Oliveira. **Direito ambiental – matas ciliares**: conteúdo jurídico e biodiversidade. Curitiba: Juruá, 2005.

FRANCO, José Gustavo de Oliveira. **Direito ambiental matas ciliares**: conteúdo jurídico e biodiversidade. Curitiba: Juruá, 2005.

GHIZELINI, André Augusto Michelato. **Atores sociais, agricultura familiar camponesa e o espaço local: uma análise a partir do programa de aquisição de alimentos**. [Tese de doutorado] Curitiba, Universidade Federal de Paraná, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROSSI, Mauro Eduardo Del e SILVA, José Graziano da, **As (re) negociações das Dívidas Agrícolas**. S/D. Disponível em: www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/14/25. Acesso em 15 de agosto de 2014.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Anna Blume, 2005.

_____. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HEIDEMANN, Francisco G. e SALM, José Francisco. **Políticas Públicas e Desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/949260/1/doc146.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2014.

<https://www15.bb.com.br/site/fz/mapa/DocPrefeitos.htm>. Acesso em 12/05/2014

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/131015_bolsa_familia_cap11.pdf. Acesso em 12/04/2014.

<http://www.rondoniadinamica.com>, publicação de 25 de março de 2014, p. 1. Acesso em 20 de setembro de 2014.

http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/rolim-de-moura_ro. Acesso em 23 de agosto de 2014).

<http://www.emater-ro.com.br/emater.php?get=6&id=21>. Acesso em 15 de novembro de 2014.

HOFFMANN, R. Distribuição de renda e da posse de terra no Brasil. *In*: BUAINAIN, A. M. et al. **Dimensões do agronegócio brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.

IBGE. Censo Demográfico. 2010. In www.alunosonline.com.br/geografia/populacao-rondonia.html. Acesso em 15 de agosto de 2014.

IE-UNICAMP; ASE/IAPAR. **Projeto Rurbano**. Campinas, 2000.

JANUÁRIO, Maria Liriece. **Rolim de Moura: uma viagem no tempo**. Rolim de Moura: D'Press, 2009. Disponível em <http://grupambiental.blogspot.com.br/2012/12/historia-de-rolim-de-moura.html>. Acesso em 02 de outubro de 2014.

LACKI, Polan. Estamos “paralisando” os agricultores com diagnósticos equivocados e com soluções demagógicas. 2006. Disponível em: <<http://polanlacki.com.br/artigosbr/paralisisbra.rtf>> Acesso em 02 de outubro de 2014.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **A história agrária como uma experiência de pesquisa**. In: CHEVITARESE, André Leonardo. **O campesinato na História**, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

LUDKE, M; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U. 1986.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. *Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica*. In: PAULINO, Tomiasi Eliane; FABRINI, João Edmilson. (organizadores). **Campesinato e territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Expressão: UNESP. Programa de Pós-Graduação em geografia. 2008.

MARX, Karl. O Capital. In: ARON, Raymond – **As etapas do pensamento sociológico**. Tradução Sérgio Bath. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes 2008. (coleção tópicos).

_____. Manifesto do Partido Comunista. In: BOGO, Ademar. **Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARTINS, José de Souza. *Migrações temporárias no Brasil*. **Revista Travessia**, maio/ agosto, 1988.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. **Agricultura no Brasil do século XXI**. São Paulo: Metalivros, 2013.

MORET, Artur de Souza. **Biomassa Florestal, petróleo e processo de eletrificação em Rondônia: análise das possibilidades de geração descentralizada de eletricidade**. Campinas, SP. Faculdade de Engenharia Mecânica: Unicamp. 2000. Tese de Doutorado.

OLIVEIRA, José Neuton Alves de. “Crescimento desordenado do uso de agrotóxicos em bacias hidrográficas da região Centro Sul de Rondônia”. In: CAMELO, Nubia et al. (Orgs.) **Amazônia: recursos hídricos e diálogos socioambientais**. Curitiba: CRV, 2011.

OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. **História Desenvolvimento e Colonização do Estado de Rondônia**. Porto Velho: Dinâmica Editora e Distribuidora Ltda, 2004.

QUOOS, Rodrigo Diego: **Transição agroecológica em Rondônia: a Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste**. Porto Alegre: UGRGS, 2010. (Dissertação de Mestrado).

PESAVENTO, Sandra Jatahay. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999. *In*: BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo.(Org.), Silva Neto, Antônio J. (Org.). **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação**. 1. ed. Barueri, SP. Manole, 2011 v. 1998.

REDIN Ezequiel; FIALHO Marco Antônio Verardi. **Política agrícola brasileira**: uma análise histórica da inserção da agricultura familiar. Santa Maria: UFSM, 2010.

RIBEIRO, José Vicente e SALLES, Paulo Roberto. **A Mão-de- obra volante na Agricultura**. São Paulo: Polis, 1982.

RIVERO, S.; ALMEIDA, O.; AVILA, S.; OLIVEIRA, W. **Pecuária e Desmatamento**: Uma Análise das Principais Causas Diretas do Desmatamento na Amazônia. Nova Economia, 19(1), pp. 41-66, 2009.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Tradução: Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANTOS, Carlos. **A fronteira do Guaporé**. Porto Velho: EDUFRO, 2001.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual.– Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. Disponível em: Acesso em 10 de outubro de 2014.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Globalização e Fragmentação do Espaço Agrário em Rondônia. *In*: Seminário Internacional RII VI Taller de Editores RIER, 13, 2014, Salvador. Anais. 2014. p. 1-14.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes: **A Luta pela Terra**: experiência e memória. São Paulo: UNESP, 2004.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **(Des) estruturação do trabalho e condições para a universalização da Previdência Social no Brasil**. Brasília: UNB, 2011. Disponível em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8716/1/2011_MariaLuciaLopesDaSilva.pdf. Acesso em 10 de agosto de 2014.

SMANIO, Gianpaolo Poggio; BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins. (Org.) **O direito e as políticas pública no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2013.

SIMON, Elias José. (Orgs.) **A mão-de-obra volante na agricultura**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, Campus de Botucatu, 1982.

SOUZA, Itamar. **Migrações Internas no Brasil**. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Mimeog., FFLCH/USP, 1978.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. AATR-BA, 2005.

TEUBAL, Miguel. O Campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. *In.* Paulino, Eliane Tomiasi / FABRINE, João Edmilson. **Campesinato e Território em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR). **Projeto**: Sistema agrossilvopastoris como instrumento de desenvolvimento rural e sustentável na Amazônia Ocidental. Rolim de Moura. 2012. Mimeo.

VALERIANO, Carla Almeida Neves. O **Programa de Aquisição de Alimentos como instrumento mediador para o desenvolvimento local**: o caso da CPR -doação através do MMNEPA em Santa Maria do Pará (Dissertação). PPGDAM/UFPA, 2012. Disponível em: http://www.ppgedam.ufpa.br/download/disserta/dissertacoes2010dissert_carla_valeriano.pdf. acesso em 09 de março de 2014.

VEIGA, José Eli da: **Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 3. ed. São Paulo: Editora do SENAC, 2006.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: Contratos em espécie. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ANEXOS:

ANEXO I: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

POLÍTICA PÚBLICA E PERSPECTIVA DE MELHORIA, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Prezado Sr (a),

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que analisa os impactos socioeconômicos e educacionais a partir da adesão ao Programa de Aquisição de Alimento (PAA), ocorrido nas três Associações do Município de Rolim de Moura ADAGRIM - Associação de Desenvolvimento Agrícola de Rolim de Moura, OPM - Organização Popular de Mulheres e AFAR - Associação Família Rural.

Você foi selecionado (a) porque é membro da Associação e participa do PAA. A sua participação nesse estudo consiste em responder perguntas relacionadas à sua vida a partir do momento em que fez parte do PAA. O PAA é uma política pública criada pelo Governo Federal voltada para a Agricultura Familiar.

Sua participação é muito importante e voluntária. Você não terá nenhum gasto e também não receberá nenhum pagamento por participar desse estudo. As informações obtidas serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação, quando da apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa, uma vez que os resultados serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa. Você poderá se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão. Os resultados dessa pesquisa servirão para analisar se as ações do PAA tem contribuído para a implementação da agricultura familiar evitando o êxodo rural no Município de Rolim de Moura/RO.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Pesquisador responsável:

Marcos Aparecido Atilas Mateus

Endereço: Av: Calama, 9834, Teixeira. Porto Velho/ RO

Telefone: (69) 9971-6143 / (69) 8413-9174

ANEXO II: FORMULÁRIO PARA LEVANTAMENTO DE DADOS

Data da pesquisa: ____/____/____

Caracterização do Produtor

Nome:	Esposo (a):
RG:	RG:
CPF:	CPF:
Data de Nascimento / /	Data de Nascimento / /
Local de nascimento	Local de nascimento

1- Estado civil:☐ casado (a): vive maritalmente, mesmo sem ser casado oficialmente☐ solteiro (a)☐ Viuvo (a)**2- Número de filhos:**☐ sem filhos☐ 1☐ 2☐ 3☐ 4 ou mais

3- Número de dependentes

☐ sem dependentes

☐ 1 : ☐ filho (a) ou enteado (a) ☐ mãe ou pai ☐ sogra (o)

☐ 2 : ☐ filho (a) ou enteado (a) ☐ mãe ou pai ☐ sogra (o)

☐ 3 : ☐ filho (a) ou enteado (a) ☐ mãe ou pai ☐ sogra (o)

☐ mais que 4: ☐ filho (a) ou enteado (a) ☐ mãe ou pai ☐ sogra (o)

☐ aumentou os dependentes depois do PAA

4- Escolaridade

☐ não frequentou a escola

☐ Primeiro grau: ☐ completo ☐ incompleto

☐ Segundo grau: ☐ completo ☐ incompleto

☐ nível superior: ☐ completo ☐ incompleto

☐ frequentou a escola depois do PAA

5- Atividade Profissional:

Qual era a sua ocupação anterior ao PAA

☐ proprietário

☐ posseiro

☐ meeiro

☐ arrendatário

☐ misto

☐ Comodato

5.1- Quanto tempo trabalha no meio rural:

☐ menos de 1 ano

☐ menos de 2 anos

☐ menos de 3 anos

☐ mais que 3 anos

5.2- Trabalha como empregado parte do ano: ☐ sim ☐ não

Realiza mutirões ou troca dias de serviço com outros agricultores: ☐ sim ☐ não

Vende dias de serviço: ☐ sim ☐ não

Além da atividade na agricultura tem outra ocupação: ☐ sim ☐ não

Qual(is)?

Utiliza trabalhador temporário: ☐ sim ☐ quantos dias homem/ano ☐ não

6- migração do campo

6.1- Quantas pessoas da família migraram para centros urbanos nos últimos 10 anos

☐ nenhum

☐ 1

☐ 2

☐ 3

☐ 4 ou mais

Qual a causa?

6.2- Você já teve vontade de migrar para a cidade: ☐ sim ☐ não

qual a causa?

a vontade de migrar mudou depois do PAA

☐ Sim. Porque?

☐ não. Porque?

7- organização: cooperativa, sindicatos e Associação

7.1- Tem alguma organização perto de você:

() sim, qual? () sindicato () associação () cooperativa () não

o Surgimento dessas organizações foram depois do PAA () sim () não

7.2- Depois do PAA houve mais envolvimento social?

() Sim () Não

7.3- você é associado (a) de alguma cooperativa/ associação

() sim. Você acha importante?

() não. Qual a causa?

quando você se associou a associação/ cooperativa: () antes do PAA () depois do PAA

7.3- Você participa do sindicato rural:

() sim. Você acha importante?

() não. Qual a causa?

() depois PAA

8- Condição legal do produtor

() proprietário

() posseiro

() meeiro

() arrendatário

() misto

() Comodato

() outro especificar:

9- Informações da propriedade

9.1- Tamanho: ☐ 0 a 10 ha ☐ 10 a 20 ha ☐ 20 a 30 ha ☐ maior que 30 ha

☐ aumentou depois do PAA ☐ diminuiu depois do PAA ☐ não alterou depois PAA

9.2- qual a área que é destinada a agricultura familiar:

☐ menos que 10 ha

☐ mais que 10 ha

☐ mais que 20 ha

☐ mais que 30 ha

☐ aumentou depois do PAA ☐ diminuiu depois do PAA ☐ não alterou depois PAA

9.3- qual a área destinada a outras atividades agrícolas

☐ menos que 10 ha

☐ mais que 10 ha

☐ mais que 20 ha

☐ mais que 30 ha

☐ aumentou depois do PAA ☐ diminuiu depois do PAA ☐ não alterou depois PAA

9.4- qual a área arrendada:

☐ menos que 10 ha

☐ mais que 10 ha

☐ mais que 20 ha

☐ mais que 30 ha

☐ aumentou depois do PAA ☐ diminuiu depois do PAA ☐ não alterou depois PAA

9.5- Qual a área de Reserva Natural/ mata ciliar/ reflorestamento

☐ menos que 10 ha

☐ mais que 10 ha

() mais que 20 ha

() mais que 30 ha

() aumentou depois do PAA () diminuiu depois do PAA () não alterou depois PAA

10- Quais as principais culturas da propriedade

arroz. Qual a produção: antes do PAA _____ depois do PAA _____

a produção aumentou: () aumentou depois do PAA () não alterou depois do PAA

feijão. Qual a produção: antes do PAA _____ depois do PAA _____

a produção aumentou: () aumentou depois do PAA () não alterou depois do PAA

milho. Qual a produção: antes do PAA _____ depois do PAA _____

a produção aumentou: () aumentou depois do PAA () não alterou depois do PAA

café. Qual a produção: antes do PAA _____ depois do PAA _____

a produção aumentou: () aumentou depois do PAA () não alterou depois do PAA

mandioca. Qual a produção: antes do PAA _____ depois do PAA _____

a produção aumentou: () aumentou depois do PAA () não alterou depois do PAA

banana. Qual a produção: antes do PAA _____ depois do PAA _____

a produção aumentou: () aumentou depois do PAA () não alterou depois do PAA

frutas. Qual a produção? () aumentou depois do PAA () não aumentou () antes PAA

Hortaliças . Qual a produção: antes do PAA _____ depois do PAA _____

a produção aumentou: () aumentou depois do PAA () não alterou depois do PAA

Aves. Qual a produção: antes do PAA _____ depois do PAA _____

a produção aumentou: () aumentou depois do PAA () não alterou depois do PAA

Mamão. Qual a produção: antes do PAA _____ depois do PAA _____

a produção aumentou: () aumentou depois do PAA () não alterou depois do PAA

Laranja. Qual a produção: antes do PAA _____ depois do PAA _____

a produção aumentou: () aumentou depois do PAA () não alterou depois do PAA

Goiaba. Qual a produção: antes do PAA _____ depois do PAA _____

a produção aumentou: () aumentou depois do PAA () não alterou depois do PAA

Maracujá. Qual a produção: antes do PAA _____ depois do PAA _____

a produção aumentou: () aumentou depois do PAA () não alterou depois do PAA

10.1- Quais seus principais problemas com a lavoura?

Antes do PAA: _____

Depois do PAA: _____

() aumentou depois do PAA () não aumentou

10.2- Você utiliza irrigação: () sim () não: Porque?

() aumentou depois do PAA () não aumentou

10.3 - Recebe algum tipo de assistência técnica?

() sim. () EMATER () prefeitura municipal () governo do estado () cooperativa

() associação () sindicato () ONG`s () outros: _____

() Aumentou com o PAA () não alterou

() não: () porque não existe () porque não quer

10.4 - já fez algum tipo de capacitação:

() sim . () EMATER () prefeitura municipal () governo do estado () cooperativa

() associação () sindicato () ONG`s () outros: _____

() antes do PAA () depois do PAA

() não

10.5- você gostaria de receber capacitação:

() sim. () gestão produtiva () sustentabilidade () gestão econômica () planejamento

() não. () não precisa () não gosta

10.6 - Com que frequência o(a) senhor(a) procurou a assistência técnica nos últimos 12 meses:

antes do PAA: () semanal () mensal () acima de um mês () não procurou

depois do PAA: () semanal () mensal () acima de um mês () não procurou

11- você faz algum processo de agro-industrialização?

() sim. Qual?

() antes do PAA () depois do PAA

() não. Porque?

12- Qual a renda da família?

() menos de 1 salário mínimo/ mês

() entre 1 e 2 salários mínimos/ mês

() entre 2 e 3 salários mínimos/ mês

() mais que 3 salários mínimos

() alterou depois do PAA () não alterou depois do PAA

- tem outra fonte de renda da família?

() sim. () salário da companheira () aposentadoria () bolsa família

() não

() alterou depois do PAA () não alterou depois do PAA

Caso seja casado (a)- resposta positiva na pergunta 1

() o casal trabalha

() só a mulher trabalha

() só o homem trabalha

() um (a) filho (a) trabalha

() mais de um(a) filho (a) trabalha

13- Relação com o PAA

vende para o PAA:

☐ sim. ☐ por fidelidade ☐ melhor preço ☐ melhor atendimento ☐ não tenho outra escolha ☐ para aumentar a concorrência na compra dos produtos agrícolas

☐ não. Porque?

14- Financiamento

Já fez algum tipo de financiamento:

☐ Sim. Porque?

☐ alterou depois do PAA ☐ não alterou depois do PAA

☐ Não. Porque?

☐ alterou depois do PAA ☐ não alterou depois do PAA

15- Por que o(a) senhor(a) não faz uso de técnicas de produção

☐ não se aplica

☐ desconhece novas tecnologias na atividade que exerce

☐ falta de recursos para implantar tecnologias modernas

☐ falta de capacitação de pessoal para utiliza-las

☐ outros

16- Moradia

16.1- Reside na propriedade:

☐ sim. ☐ depois do PAA ☐ antes do PAA

☐ não

16.2- qual o tamanho da casa hoje:

☐ entre 20 e 50 m²

☐ entre 50 e 80 m²

☐ entre 80 e 150 m²

☐ mais de 140 m²

16.3- qual o tamanho da casa antes do PAA

☐ entre 20 e 50 m²

☐ entre 50 e 80 m²

☐ entre 80 e 150 m²

☐ mais de 140 m²

16.4- a casa melhorou depois do PAA

☐ sim. ☐ reboco ☐ pintura ☐ telhado ☐ aumentou de tamanho

☐ não

16.5- a casa é de alvenaria

☐ sim. ☐ tem reboco ☐ está pintada ☐ não está pintada

alteração depois do PAA: _____

☐ não. ☐ madeira ☐ mixta ☐ está pintada ☐ não está pintada

alteração depois do PAA: _____

16.6- qual o tipo de telhado

☐ barro

☐ fibrocimento

☐ palha

alteração depois do PAA: _____

17- tem energia elétrica

☐ sim. ☐ antes do PAA ☐ depois do PAA

☐ não

18- quais os eletrodomésticos tem na casa

☐ fogão. ☐ depois do PAA ☐ antes do PAA

☐ geladeira. ☐ depois do PAA ☐ antes do PAA

☐ rádio. ☐ depois do PAA ☐ antes do PAA

☐ televisão. ☐ depois do PAA ☐ antes do PAA

☐ microondas. ☐ depois do PAA ☐ antes do PAA

☐ batedeira. ☐ depois do PAA ☐ antes do PAA

☐ computador. ☐ depois do PAA ☐ antes do PAA

☐ liquidificador. ☐ depois do PAA ☐ antes do PAA

☐ outros, quais? _____

19- Você tem veículo

☐ sim. ☐ carro ☐ moto ☐ bicicleta ☐ carroça ☐ carro de boi

☐ adquiriu antes do PAA ☐ adquiriu depois do PAA

☐ não

ANEXO III: Autorização para a Realização de Pesquisa AFAR**AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA**

Eu Thiago Bonneze, responsável pela Associação das Famílias Agrícolas – AFAR, Linha 180, km 10, lado sul, autorizo a realização da Pesquisa intitulada **Política Pública e Perspectiva de Melhoria Ampliação e Manutenção da Agricultura Familiar**, que tem por objetivo Analisar os impactos socioeconômicos e educacionais na nossa Associação, a partir da adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) período de 2005 a 2013. Estou ciente de que a pesquisa será realizada sob a responsabilidade de Marcos Aparecido Atilés Mateus, e concordo que a mesma seja realizada no período de 10/11/2013 a 10/11/2014

Atenciosamente,

Rolim de Moura, 09 de outubro de 2013.



Thiago Bonneze
Presidente da AFAR

ANEXO IV: Autorização para Realização da Pesquisa ADAGRIM**AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA**

Eu Airton Jacinto, responsável pela Associação do Desenvolvimento Agrícola de Rolim de Moura – ADAGRIM, Linha 180, km 01, norte, autorizo a realização da Pesquisa intitulada **Política Pública e Perspectiva de Melhoria Ampliação e Manutenção da Agricultura Familiar**, que tem por objetivo Analisar os impactos socioeconômicos e educacionais na nossa Associação, a partir da adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) período de 2005 a 2013. Estou ciente de que a pesquisa será realizada sob a responsabilidade de Marcos Aparecido Atilés Mateus, e concordo que a mesma seja realizada no período de 10./11./2013.a.10./11./2014


Atenciosamente,

Rolim de Moura, 09 de outubro de 2013.



Airton Jacinto
Presidente da ADAGRIM

ANEXO V: Termo de Compromisso

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: POLÍTICA PÚBLICA E PERSPECTIVA DE MELHORIA, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR		2. Número de Participantes da Pesquisa: 45	
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 5. Ciências Agrárias, Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Marcos Aparecido Atilés Mateus			
6. CPF: 573.152.562-53		7. Endereço (Rua, n.º): CALAMA 8130/8302 TEIXEIRAO PORTO VELHO RONDONIA 76825340	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: (69) 9971-6143	10. Outro Telefone:
		11. Email: marcos.aparecido@ifro.edu.br	
12. Cargo:			
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: 15 / 10 / 2013		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
Não se aplica.			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			